







Boletim Agropecuário

Nº 160, set./2026

Epagri | CEPA
Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola



Governador do Estado
Jorginho dos Santos Mello

Secretário de Estado da Agricultura e Pecuária
Admir Edi Dalla Cort

Presidente da Epagri
Dirceu Leite

Diretores

Andréia de Fátima de Meira Batista F. Schlickmann
Ensino Agrotécnico

Fabrícia Hoffmann Maria
Administração e Finanças

Gustavo Gimi Santos Claudino
Extensão Rural e Pesqueira

Jurandi Teodoro Gugel
Desenvolvimento Institucional

Éverton Blainski
Ciência, Tecnologia e Inovação

Epagri

Boletim Agropecuário

N° 160, set./2026

Autores desta edição

Andréa Castelo Branco Brasileiro-Assing
Alexandre Luís Giehl
Glaucia de Almeida Padrão
Haroldo Tavares Elias
João Rogério Alves
Henrique Oldoni
Lillian Bastian
Luis Augusto Araujo
Roberth Andres Villazon Montalvan
Rogério Goulart Junior

Florianópolis
2026

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
Rodovia Admar Gonzaga, 1347 – Itacorubi
Florianópolis, SC – Brasil – CEP 88034-901
Fone: (48) 3665-5000
Site: www.epagri.sc.gov.br
E-mail: epagri@epagri.sc.gov.br

Editado pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa)
Rodovia Admar Gonzaga, 1486, Itacorubi
Florianópolis, SC – Brasil – CEP 88034-001
Fone: (48) 3665-5078
Site: https://cepa.epagri.sc.gov.br/
E-mail: online@epagri.sc.gov.br

Coordenação: Luis Augusto Araujo

Colaboração:

Adelina Cecilia de Andrade Berns
Andriele Caroline De Morais
Bruna Parente Porto
Catherine Amorim
Édila Gonçalves Botelho
Emile Dayara Rabelo Santana
Evandro Uberdan Anater
Fabio Feltrin Fabro
Gabriella Cristina Sevald
Lucas Trindade Borges
Maiara Antunes
Valdenize Pianaro
Valmir Kretschmer

Diagramação: Sidaura Lessa Graciosa

Capa: Bianca Ariela Eickel Barel

Edição: set/2026 – (on-line)

É permitida a reprodução parcial deste trabalho desde que citada a fonte.

Ficha Catalográfica

Boletim Agropecuário. Florianópolis: Epagri, n.1 (2014)

Publicação iniciada em maio/2014 (nº de 1 –70). Em abril/2019 até dezembro/2021 integrou a série Documentos com numeração própria.
A partir de 2022 passou a ter ISSN próprio.

Análise de mercado; Conjuntura; Safras.

ISSN: 2764-7579 (on-line)

Apresentação

O Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Cepa), unidade de pesquisa da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), tem a satisfação de disponibilizar o Boletim Agropecuário *on-line*. Ele reúne as informações conjunturais de alguns dos principais produtos agropecuários do estado de Santa Catarina.

O objetivo deste documento é apresentar, de forma sucinta, as principais informações conjunturais referentes ao desenvolvimento das safras, da produção e dos mercados para os produtos selecionados. Para isso, o Boletim Agropecuário contém informações referentes à última quinzena ou aos últimos 30 dias. Em casos esporádicos, a publicação poderá conter séries mais longas e análises de eventos específicos. Além das informações por produto, eventualmente poderão ser divulgados neste documento textos com análises conjunturais que se façam pertinentes e oportunas, chamando a atenção para aspectos não especificamente voltados ao mercado.

O Boletim Agropecuário pretende ser uma ferramenta para que o produtor rural possa vislumbrar melhores oportunidades de negócios. Visa, também, fortalecer sua relação com o mercado agropecuário por meio do aumento da competitividade da agricultura catarinense.

Esta publicação está disponível em arquivo eletrônico no site da Epagri/Cepa, https://cepa.epagri.sc.gov.br/. Podem ser resgatadas também as edições anteriores.

Dirceu Leite

Presidente da Epagri



Sumário

Análise de Conjuntura:..... 7
Fruticultura 10
Grãos..... 17
Hortaliças 41
Pecuária 50
Outras culturas..... 79

Análise de Conjuntura:

Restrição da importação de carnes brasileiras pela União Europeia: Impactos e oportunidades para Santa Catarina

Roberth Andres Villazon Montalvan
Engenheiro-produção, Dr. - Epagri/Cepa
roberthmontalvan@epagri.sc.gov.br

A partir de 3 de setembro de 2026, a União Europeia (UE) suprimiu a autorização do Brasil para exportar bovinos, equídeos, aves de capoeira, produtos da aquicultura, mel e tripas, motivada pela falta de garantias quanto ao cumprimento da proibição do uso de medicamentos antimicrobianos como promotores de crescimento e de antimicrobianos reservados para uso humano. Desta forma, o presente documento analisa a dinâmica de exportações catarinenses para a UE, a origem e a evolução das restrições impostas pela UE à importação de carnes e produtos de origem animal provenientes do Brasil.

Para Santa Catarina, que destina ao bloco europeu parcela expressiva de suas exportações de carne de frango (mais de US$ 337 milhões em 2025, correspondendo a mais de 98% da pauta estadual exportada para a UE), o impacto potencial é alto. A análise das fontes documentais (Regulamentos 2019/6, 2023/905 e 2026/1189, relatórios de auditoria sanitária) revela que a regulamentação europeia prevê a autorização e a listagem de "regiões de países terceiros". Como o Estado não possui diferenciação explícita nos documentos emitidos até o momento, a principal oportunidade regulatória reside na proposição de uma regionalização, com o Estado de Santa Catarina estabelecendo um sistema autônomo e auditável de rastreabilidade (livre das falhas administrativas federais apontadas em 2025) para figurar diretamente no Anexo XVI-A do Regulamento (UE) 2021/405 de 24/03/2021 e alterado pelo Regulamento (UE) 2026/1189 de 04/06/2026.

Contexto

O panorama da relação comercial entre o Brasil e a UE tem sido historicamente pautado por exigências sanitárias rigorosas. O contexto atual de restrição origina-se no cruzamento de duas vertentes principais documentadas:

- Vertente do controle de resíduos e rastreabilidade: Em outubro de 2025, a auditoria DG(SANTE) CT-2025-0241 concluiu que o governo brasileiro - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) falhou em garantir que a carne de fêmeas bovinas tratadas com estradiol 17β não fosse exportada para a UE. Apesar do Mapa ter instituído o Protocolo de Exportação de Fêmeas Bovinas (PEFB), falhas de rastreabilidade e certificação permitiram que produtos inelegíveis fossem despachados, o que quebrou a confiança institucional nos mecanismos de controle centralizados do Brasil.
- Vertente do controle de antimicrobianos: A origem da medida restritiva imposta em 2026 baseia-se na resistência aos antimicrobianos (AMR). O Regulamento Delegado (UE) 2023/905 exigiu que países terceiros garantissem a proibição do uso de medicamentos antimicrobianos para promover o crescimento ou aumentar o rendimento, e do uso de antimicrobianos reservados para uso humano.
- Vertente de Sustentabilidade e Rastreabilidade Digital: Integrada ao Pacto Verde Europeu (European Green Deal), a UE consolidou a sustentabilidade como pilar

inegociável de acesso ao seu mercado. Regulamentações estruturais, como o Regulamento Antidesmatamento (EUDR - Reg. UE 2023/1115), passaram a exigir rastreabilidade estrita baseada em geolocalização. Em paralelo, a implementação do Passaporte Digital do Produto (Digital Product Passport - DPP), originada no Regulamento de Ecodesign (ESPR), projeta-se como o garantidor final do processo de rastreabilidade de ponta a ponta. O DPP exige dados integrados e invioláveis (ambientais, sanitários e de origem), tornando a adoção de tecnologias de transparência digital um requisito inevitável para que países terceiros (ou suas regiões) mitiguem as falhas documentais apontadas nas auditorias sanitárias e comprovem a conformidade integral de suas cadeias agroindustriais.

A restrição culminou na edição do Regulamento de Execução (UE) 2026/1189, no qual a Comissão Europeia atestou não ter recebido informações que garantissem que o Brasil tivesse aplicado as medidas necessárias para assegurar o cumprimento dos requisitos até 3 de setembro de 2026. Como consequência, o Brasil teve sua autorização suprimida na lista oficial europeia.

Desta forma, o escopo da medida de supressão (Regulamento 2026/1189) foi aplicado a todo o território brasileiro de forma unificada, sem qualquer diferenciação ou regra específica para regiões ou estados isolados, e abrange estritamente as exportações de bovinos, equídeos, aves de capoeira, produtos de aquicultura, mel e tripas. Essa restrição possui caráter permanente e continuará em vigor até que o país, ou uma de suas regiões, consiga comprovar o cumprimento das exigências sanitárias europeias por meio da apresentação de novas garantias documentais.

Análise setorial dos dados de exportação de Santa Catarina

Em 2025, Santa Catarina exportou globalmente US$2.550.905.413 (1.255.048 toneladas) em produtos de origem animal, dos quais US$341.089.126 (99.031 toneladas) foram destinados à União Europeia, enquanto entre janeiro e julho de 2026 o estado registrou um faturamento global de US$2.895.471.708, com o bloco europeu absorvendo US$ 287.348.107 desse montante. A carne de frango representa 98,92% (US$337.407.790) do valor exportado para a UE da agropecuária em 2025 e 24,95% do total exportado por Santa Catarina quando considerado o total de produtos da pauta exportadora. No período de janeiro a julho do ano corrente, a carne de frango representa 97,62% (US$280.524.932) da pauta agro para a UE e 31,55% da pauta total de produtos de Santa Catarina para a UE.

Tabela 1 - Exportações catarinenses de produtos de origem animal – Total exportado e exportações para a União Europeia (jan. a jul./2026)

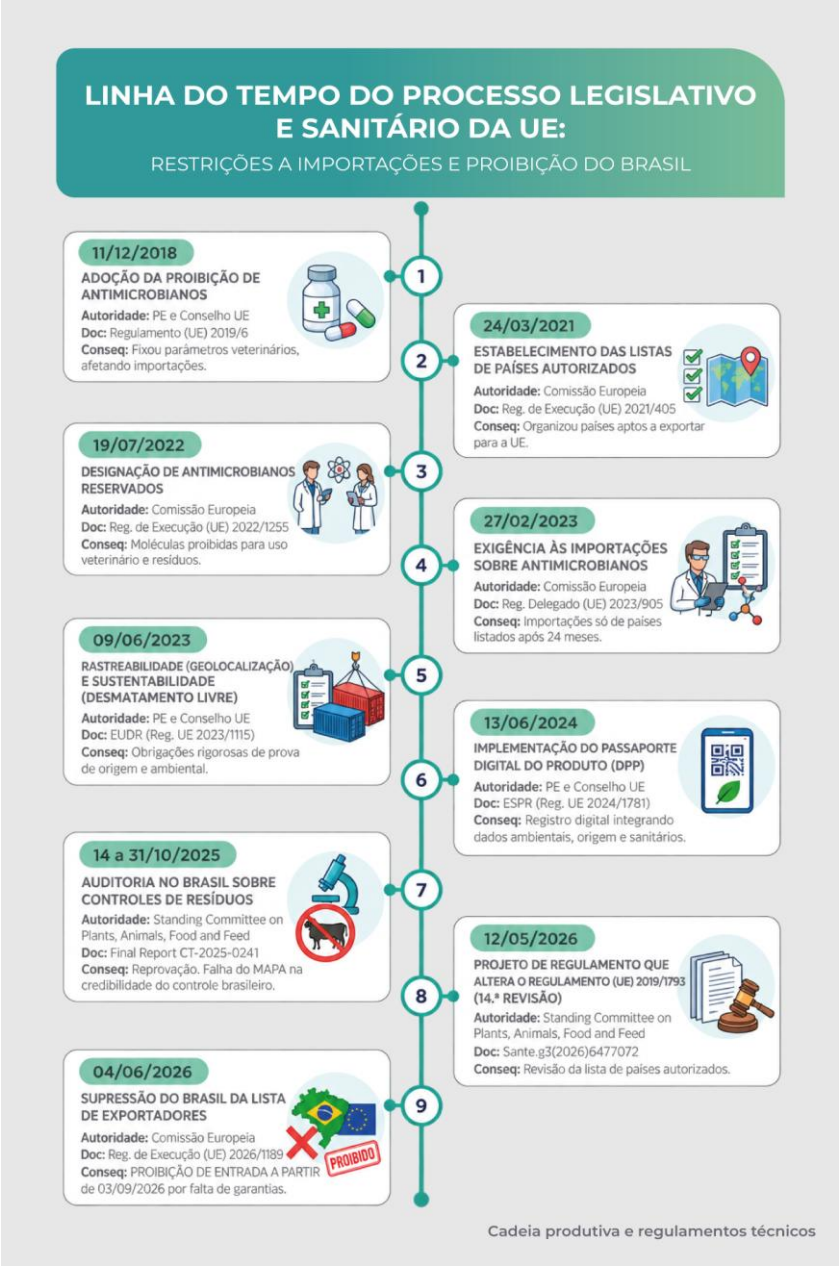
Produto	Código HS (NCM - 4 dígitos)	Valor [US$]	Quantidade [t]
Carne de frango	207	280.524.932,00	85.882,20
Tripas	504	852.877,00	310,7
Carne bovina	0201e 0202	805.400,00	300,7
Pescado	300	142.053,00	110,4
Produtos apícolas	409	2.309.052,00	662,1
Outras carnes e miudezas	0206,0208 e 0210	71.873,00	62,9
Carne suína	203	114.172,00	22,1
Carne de peru	0207.24 e 0207.27	2.519.640,00	327,7

Fonte: Epagri/Cepa

Bases documentais e evolução das restrições

A construção da atual proibição seguiu um rigoroso processo legislativo e de avaliação sanitária na União Europeia, como observado na Figura 1.

Figura 1 - Linha do tempo do processo de restrição às exportações brasileiras



Fonte: Epagri/Cepa

A Figura 1 apresenta uma linha do tempo cronológica que ilustra o endurecimento progressivo das exigências legislativas e sanitárias da UE entre 2018 e 2026, culminando na proibição das importações de carnes do Brasil. O infográfico demonstra como a regulamentação inicial sobre o uso de antimicrobianos evoluiu para a exigência de rastreabilidade rigorosa e transparente, integrando sustentabilidade e o Passaporte Digital do Produto (DPP), o que, atrelado à reprovação do país em uma auditoria de controle de resíduos no final de 2025, resultou na supressão oficial do Brasil da lista de exportadores autorizados a partir de setembro de 2026 devido à falta de garantias documentais.



Fruticultura

Banana.....11

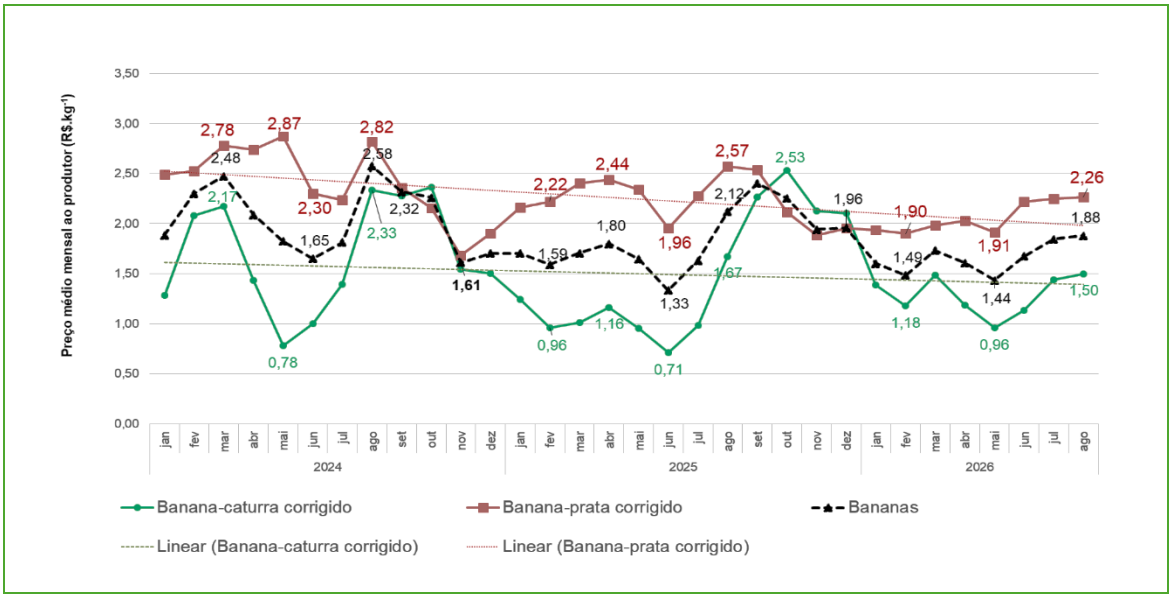
Banana

Rogério Goulart Junior
Economista, Dr. - Epagri/Cepa
rogeriojunior@epagri.sc.gov.br

O mercado de bananas em Santa Catarina entre julho e agosto de 2026 apresentou valorização de preços ao produtor da banana-caturra e da banana-prata devido menor oferta no mercado nacional, mas expectativa de desvalorização em setembro com aumento da oferta e concorrência com outras frutas.

Preços e mercado estadual

Figura 1 - Banana – Santa Catarina: evolução do preço mensal ao produtor



Fonte: Epagri/Cepa, 2026
Nota: preço mensal corrigido (IGP-DI/FGV – set./26=100).

Entre julho e agosto de 2026, as cotações da **banana-caturra** apresentaram valorização de 4,1% devido à redução na produção de cachos nos bananais com temperaturas mais baixas. No comparativo entre agosto de 2026 e os preços dos anos anteriores houve desvalorização de 9,7%, em relação ao ano anterior, e de 35,3%, em comparação a 2024. Para o mês de setembro, a expectativa é de desvalorização nos preços ao produtor com o aumento da oferta da fruta e menor demanda relativa no mercado.

Para a **banana-prata**, entre julho e agosto de 2026, houve valorização de 0,6% nos preços com manutenção da oferta da variedade no mercado. Em agosto, as cotações estão 11,2% desvalorizadas, em relação às do mesmo mês do ano anterior, e de 19,0% em comparação a 2024. Em setembro, a expectativa é de desvalorização nos preços da banana-prata com aumento na oferta e menor qualidade da fruta.

Na média, entre julho e agosto de 2026, houve valorização nos preços das bananas, com aumento de 1,9%. Mas, em agosto, as cotações estão 10,6% desvalorizadas em relação ao ano anterior e 26,4% em comparação a 2024. Em setembro, a expectativa é de desvalorização nos preços da banana-prata com aumento na oferta.

Tabela 1 - Banana – Santa Catarina: preço médio ao produtor (R$.kg^{-1})(1) nas principais praças

Praça	Mês				Var. (%)
	Jun./26	Jul./26	Ago./26	Set./26 (2)	Ago.-Jul./26
Litoral Norte					
Caturra	0,88	1,17	1,30	0,90	11,3
Prata	2,32	2,25	2,30	2,01	2,2
Litoral Sul					
Caturra	1,40	1,71	1,70	1,63	-0,7
Prata	2,16	2,25	2,23	2,22	-0,9

Fonte: Epagri/Cepa e Conaban, set. 2026.
Nota: (1) valores em R$/cx. 20 kg transformados em R$.kg.$^{-1}$; (2) até o dia 4 do mês.

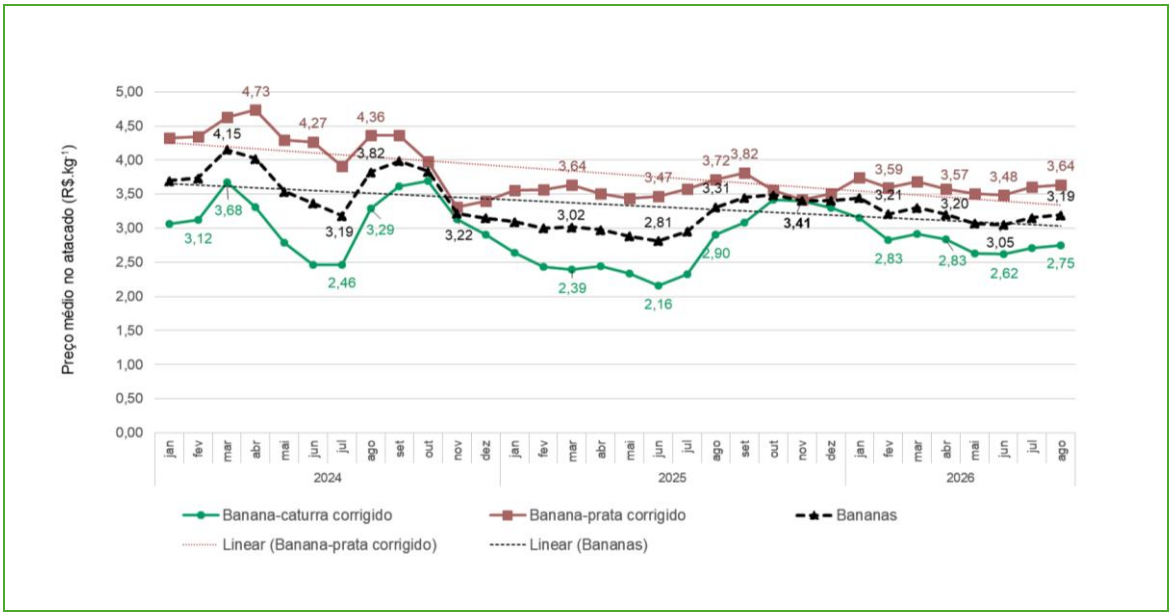
No Litoral Norte Catarinense, entre julho e agosto de 2026, houve valorização nos preços da banana-caturra com menor disponibilidade da fruta. Em agosto, predominou tempo frio, chuvoso e com pouca luminosidade, condição que pode prejudicar o engordamento e favorecer o escurecimento dos frutos. Posteriormente, houve redução das chuvas e elevação das temperaturas, mas com ocorrência de grande amplitude térmica. Para setembro é estimada a desvalorização das cotações da banana-caturra, devido a maior oferta no mercado nacional e com a qualidade da fruta afetada pelos efeitos climáticos.

No Litoral Sul Catarinense, a banana-prata apresentou desvalorização nas cotações, entre julho e agosto. No mês de agosto, houve grande variação nas condições climáticas, com semanas de chuvas intensas, períodos de estiagem e temporais. Para a banana-prata, o excesso de umidade dificultou o acesso às lavouras e aumentou a preocupação com a ocorrência de fungos. Além disso, as quedas bruscas de temperatura representaram risco à qualidade das pencas e aos frutos. A colheita permaneceu mais lenta devido à época do ano. Para setembro é esperada desvalorização das cotações da banana-prata com a maior concorrência com outras frutas da época.

No mercado atacadista estadual, entre julho a agosto, houve valorização de 1,3% nas cotações da banana-caturra e de 1,0% nas de banana-prata. Em função da menor oferta nacional das frutas. Ao comparar o mês de agosto com o do ano anterior, os preços apresentaram desvalorização de 5,2% para a banana-caturra e de 2,2% para a banana-prata. Em setembro a estimativa é de manutenção dos preços com o aumento da demanda da banana-caturra e desvalorização nas cotações da banana-prata com menor demanda pela concorrência com outras frutas.

Entre janeiro e agosto de 2026, nas Centrais de Abastecimento de Santa Catarina (Ceasa-SC), o volume comercializado total de banana foi de 6.758,39 toneladas com aumento de 54,1% entre julho e agosto, sendo, 60,7% de origem catarinense no período. No período de oito meses foram gerados R$25,0 milhões em valores negociados, sendo 61,9% de origem catarinense e com aumento de 59,4% entre julho e agosto.

Figura 2 - Banana – Santa Catarina: evolução do preço mensal no atacado da Ceasa/SC



Fonte: Epagri/Cepa, 2026
Nota: preço mensal corrigido (IGP-DI/FGV – set./26=100).

Nos oito primeiros meses de 2026, na Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp-SP), o volume comercializado de banana foi de 38.862 toneladas, sendo, 5,6% de origem catarinense no período. No período foram gerados R$152,37 milhões em valores negociados com aumento de 15,6% entre julho e agosto, sendo 8,4% de participação catarinense. O entreposto foi afetado pelo incêndio ocorrido no início de setembro, que destruiu centenas de boxes e provocou grandes prejuízos. Entretanto, o pavilhão dos atacadistas de banana não foi atingido, permitindo a continuidade das negociações da fruta.

Preço e mercado nacional

Tabela 2 - Banana – Brasil: preço médio ao produtor (R$.kg^{-1})[1] nas principais praças

Praça	Mês				Variação (%)
	Jun./26	Jul./26	Ago./26	Set./26[2]	Ago.-Jul./2026
Bom Jesus da Lapa (BA)					
Nanica	1,57	2,09	1,80	1,09	-13,9
Prata	2,47	2,03	2,42	1,85	19,2
Norte de Minas Gerais (MG)					
Nanica	1,52	2,20	1,93	1,36	-12,3
Prata	3,33	2,66	3,00	2,84	12,8
Vale do Ribeira (SP)					
Nanica	1,49	1,76	1,70	1,45	-3,4
Prata	2,62	2,50	2,40	2,08	-4,0
Vale do São Francisco (BA e PE)					
Nanica	-	-	-	-	-
Prata	2,41	1,87	2,09	1,75	11,8

Fonte: Epagri/Cepa adaptado de Cepea/Esalq/USP
Nota: [1] Preço médio mensal em R$.kg^{-1}; [2] até dia 11 do mês.

No Sudeste, no Vale do Ribeira (SP), a produção ficou abaixo da safra anterior, reflexo dos problemas climáticos do segundo semestre de 2025, da redução dos investimentos e das baixas temperaturas de 2026. O frio prolongou o ciclo, reduziu o calibre e provocou *chilling* e escurecimento da casca, prejudicando a qualidade comercial. A menor oferta não sustentou as cotações com desvalorização nos preços entre julho e início de setembro devido qualidade inferior das frutas. O Norte de Minas Gerais a banana-prata apresentou maior competitividade, principalmente pela melhor qualidade da fruta em relação às regiões afetadas pelo frio. A nanica alternou períodos de alta em julho e queda entre agosto e início de setembro.

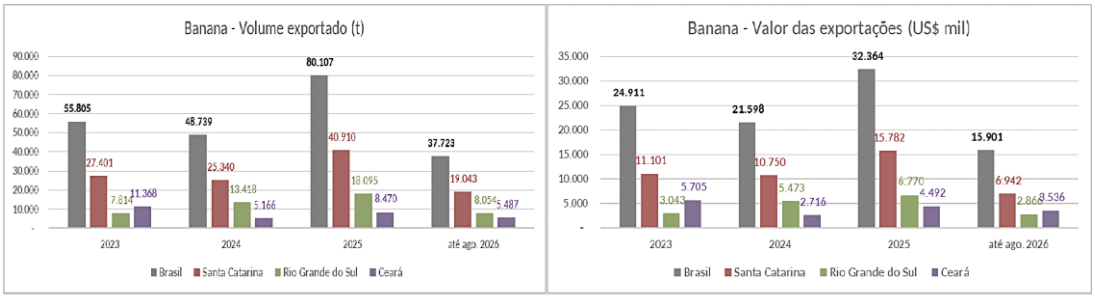
Já no Nordeste, Bom Jesus da Lapa (BA) apresentou oferta restrita em diversos momentos, favorecendo a valorização da nanica. A prata, porém, sofreu maior concorrência de outras regiões. A região enfrentou dificuldades de rentabilidade e comercialização, levando produtores a mobilizações em busca de preço mínimo. No Vale do São Francisco (BA/PE) a oferta de prata permaneceu limitada em parte do período, mas as cotações oscilaram conforme temperatura, qualidade e demanda. A melhora gradual da qualidade favoreceu a comercialização. No fim de agosto e início de setembro, o aumento da oferta associado ao enfraquecimento da demanda pressionou os preços da prata.

As perspectivas para os próximos meses indicam aumento da produção pressionando os preços com desvalorização nas cotações da banana-nanica e banana-prata mesmo com aumento da demanda do mercado, devido a problemas na qualidade das frutas.

Mercado Externo

Entre janeiro e agosto de 2026, o volume das exportações brasileiras de banana apresentou redução em relação ao ano anterior. Com a maior participação de Santa Catarina no mercado exportador da fruta, Uruguai e Argentina são os principais destinos.

Figura 3 - Banana – Evolução das exportações brasileiras (2023-2026[1])



Fonte: Comex Stat/MDIC, agosto/2026
Nota: (1) até ago./26

As exportações brasileiras de banana, de janeiro a agosto de 2026, apresentaram volume comercializado de 37,7 mil toneladas, sendo 36,2% menor que o volume dos primeiros oito meses de 2025, mas 22,3% maior que o mesmo período em 2024. Os valores brasileiros negociados, no período, foram de US$15,9 milhões, com redução de 26,5% no comparativo com o ano anterior, mas ampliação de 25,7% em relação a 2024.

O Estado de Santa Catarina, com 19,0 mil toneladas, representa 50,5% do volume exportado brasileiro entre janeiro e agosto de 2026, com redução de 35,7% em comparação a 2025, mas aumento de 22,6% em relação a 2024. Os valores das exportações catarinenses, no período, foram de US$6,94 milhões, representando 43,7% do total brasileiro com redução de 31,6% no comparativo com o ano anterior, mas crescimento de 17,1% na comparação com 2024.

O Rio Grande do Sul participa com 21,4% do volume exportado brasileiro, seguido do Ceará com 14,5%. Os valores das exportações gaúchas representaram 18,0% do total brasileiro; enquanto o Ceará, com maior preço da fruta exportada, representou 22,2% dos valores das exportações no período analisado.

Nos oito meses de 2026, os principais países de destino das exportações brasileiras de banana foram: o Uruguai (38,7%) com US$6,1 milhões; a Argentina (27,4%) com US$4,3 milhões; os Países Baixos (20,0%) com US$3,18 milhões e a Espanha (3,9%) com US$620 mil. Em volume, o Uruguai participou com 16,8 mil toneladas; a Argentina com 12,4 mil toneladas; os Países Baixos com 4,9 mil toneladas; e a Espanha com 1,2 mil toneladas exportadas.

Dos valores das exportações brasileiras, entre janeiro e agosto de 2026, para os quatro principais destinos brasileiros o Estado catarinense participou com 45,5% do total, sendo 20,2% para o Uruguai e 23,3% para a Argentina. O estado do Ceará participou com 20,9% do total, sendo 19,9% para os Países Baixos, 0,7% para a Espanha e 0,3% para o Uruguai. O Estado gaúcho participou com 17,9%, sendo 17,9% para o Uruguai.

Comparativo e evolução de safra

Comparativo de safras - Banana total

Microrregiões	Safra 2025/26			Estimativa 2026/27			Variação (%)			2026/27
	Área colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade média (kg.ha^{-1})	Área colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade média (kg.ha^{-1})	Área colhida	Produção	Produtiv. média	Participação na produção (%)
Blumenau	5.177	159.809	30.869	5.186	159.712	30.797	0,17%	-0,06%	-0,23%	20,51%
Itajaí	3.944	119.190	30.221	3.980	121.280	30.472	0,91%	1,75%	0,83%	15,57%
Joinville	12.358	360.493	29.171	12.445	365.044	29.333	0,70%	1,26%	0,55%	46,87%
São Bento do Sul	510	13.012	25.513	510	16.545	32.441	0,00%	27,16%	27,16%	2,12%
Araranguá	5.775	94.092	16.293	5.771	92.999	16.115	-0,07%	-1,16%	-1,09%	11,94%
Criciúma	1.320	23.014	17.435	1.373	21.971	16.002	4,02%	-4,53%	-8,22%	2,82%
Tubarão	95	1.039	10.939	119	1.227	10.313	25,26%	18,10%	-5,72%	0,16%
Total	**29.179**	**770.648**	**26.411**	**29.384**	**778.778**	**26.503**	**0,70%**	**1,05%**	**0,35%**	**100,00%**
Litoral Norte	**21.989**	**652.504**	29.674	**22.121**	**662.581**	29.953	**0,60%**	**1,54%**	0,94%	85,08%
Litoral Sul	**7.190**	**118.145**	16.432	**7.263**	**116.197**	15.998	**1,02%**	**-1,65%**	-2,64%	14,92%

Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026

Participação da banana-caturra

Microrregiões	Safra 2025/26			Estimativa 2026/27			Variação (%)			2026/27
	Área colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade média (kg.ha^{-1})	Área colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade média (kg.ha^{-1})	Área colhida	Produção	Produtiv. média	Participação na produção (%)
Blumenau	4.765	151.662	31.828	4.795	151.902	31.679	0,63%	0,16%	-0,47%	24,24%
Itajaí	3.349	107.357	32.056	3.365	109.100	32.422	0,48%	1,62%	1,14%	17,41%
Joinville	10.581	322.010	30.433	10.456	319.025	30.511	-1,18%	-0,93%	0,26%	50,91%
São Bento do Sul	320	8.960	28.000	340	12.920	38.000	6,25%	44,20%	35,71%	2,06%
Araranguá	1.278	25.960	20.313	1.179	23.722	20.121	-7,75%	-8,62%	-0,95%	3,79%
Criciúma	478	9.956	20.828	480	10.000	20.833	0,42%	0,44%	0,02%	1,60%
Tubarão	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Total	**20.771**	**625.904**	**30.134**	**20.615**	**626.669**	**30.399**	**-0,75%**	**0,12%**	**0,88%**	**100,00%**
Litoral Norte	**19.015**	**589.989**	31.028	**18.956**	**592.947**	31.280	**-0,31%**	**0,50%**	0,81%	94,62%
Litoral Sul	**1.756**	**35.916**	20.453	**1.659**	**33.722**	20.327	**-5,52%**	**-6,11%**	-0,62%	5,38%

Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026

Participação da banana-prata

Microrregiões	Safra 2025/26			Estimativa 2026/27			Variação (%)			2026/27
	Área colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade média (kg.ha^{-1})	Área colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade média (kg.ha^{-1})	Área colhida	Produção	Produtiv. média	Participação na produção (%)
Blumenau	412	8.147	19.774	391	7.810	19.975	-5,10%	-4,13%	1,02%	5,13%
Itajaí	595	11.834	19.888	615	12.180	19.805	3,36%	2,93%	-0,42%	8,01%
Joinville	1.777	38.483	21.656	1.989	46.019	23.137	11,93%	19,58%	6,84%	30,25%
São Bento do Sul	190	4.052	21.324	170	3.625	21.324	-10,53%	-10,53%	0,00%	2,38%
Araranguá	4.497	68.132	15.151	4.592	69.276	15.086	2,11%	1,68%	-0,42%	45,54%
Criciúma	842	13.058	15.508	893	11.971	13.405	6,06%	-8,32%	-13,56%	7,87%
Tubarão	95	1.039	10.939	119	1.227	10.313	25,26%	18,10%	-5,72%	0,81%
Total	**8.408**	**144.744**	**17.215**	**8.769**	**152.109**	**17.346**	**4,29%**	**5,09%**	**0,76%**	**100,00%**
Litoral Norte	**2.974**	**62.515**	21.020	**3.165**	**69.634**	22.001	**6,42%**	**11,39%**	4,67%	45,78%
Litoral Sul	**5.434**	**82.229**	15.132	**5.604**	**82.475**	14.717	**3,13%**	**0,30%**	-2,74%	54,22%

Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026

No comparativo de safras, a estimativa da safra 2026/27 é de aumento de 1,05% na produção de banana, em relação à da safra anterior, com acréscimo de 0,70% na área em produção, com crescimento de 0,35% na produtividade média estadual. As microrregiões do Litoral Norte Catarinense representam 85,1% do total, enquanto as do Litoral Sul Catarinense representam os outros 14,9% da produção de banana no Estado. Para a banana-caturra a expectativa é de aumento de 0,12% na produção em comparação a safra anterior e diminuição de área colhida de 0,75%, com crescimento de 0,88% na produtividade média. Já na produção de banana-prata estima-se aumento de 5,09% em comparação a safra de 2025/26 e aumento de 4,29% na área colhida, com crescimento de 0,76% na produtividade média.



Grãos

Arroz 18
Feijão 22
Milho 26
Soja 31
Trigo 36

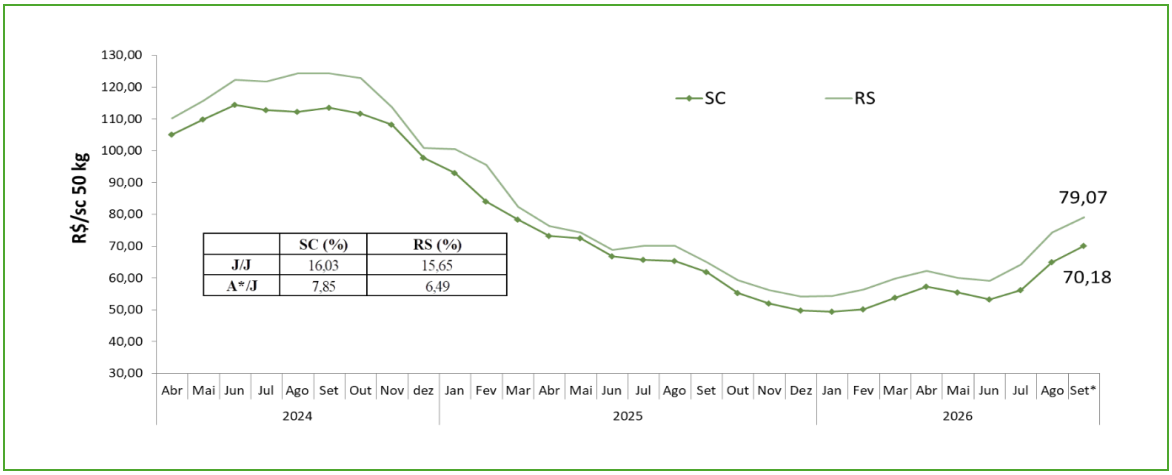
Arroz

Glaucia de Almeida Padrão
Economista, Dra. - Epagri/Cepa
glauciapadrao@epagri.sc.gov.br

Mercado

O mercado de arroz continua trajetória de alta iniciada no final de julho. Esse comportamento reflete a baixa liquidez do mercado, a necessidade de recomposição dos estoques das indústrias e a resistência dos produtores em comercializar o arroz a preços considerados insuficientes para cobrir os custos de produção após a conclusão da colheita da safra 2025/26. No mês de agosto, o preço médio da saca de 50kg de arroz em Santa Catarina foi de R$65,07, avanço de 16,03% em relação ao mês de julho. No Rio Grande do Sul, alcançou a marca de R$74,24 a saca de 50kg, o que representou uma elevação de 15,65% em relação à julho. Nos primeiros dias de setembro, porém, a demanda das indústrias teve seu ritmo reduzido, após a recomposição dos estoques, o que resultou em preços maiores na média parcial do mês, porém com ajustes menos expressivos. A média parcial de setembro em Santa Catarina fechou em R$70,18/saca de 50kg (7,85% de aumento em relação à agosto) e no Rio Grande do Sul fechou em R$79,07 (variação de 6,49% em relação à agosto). Cabe ressaltar que no período de entressafra que ocorre no segundo semestre do ano, os preços médios tendem a aumentar nos dois estados, pela menor disponibilidade do grão no mercado. No entanto, a dificuldade de repasse dos preços ao mercado varejista e a baixa demanda do mercado consumidor tem dificultado elevações mais significativas dos preços ao produtor.

Figura 1 - Arroz – SC: evolução do preço médio real mensal ao produtor – (abr./2024 a set./2026[1])



Fonte: SC – Epagri/Cepa, RS – Cepea, setembro/2026
Preço médio mensal corrigido pelo IGP DI.
(1) Refere-se à média dos 10 primeiros dias do mês.

Outros fatores que podem explicar esse comportamento dos preços são o aumento das exportações brasileiras, em especial no Rio Grande do Sul, observada no primeiro semestre do ano e as incertezas quanto ao impacto do *El niño* sobre a produção do arroz e a disponibilidade do grão na safra 2026/27.

Comércio Exterior

No que diz respeito ao comércio internacional de arroz, os dados acumulados de janeiro a agosto de 2026 indicam desempenho favorável das exportações brasileiras. No período, o Brasil exportou R$356,01 milhões em arroz, valor que já corresponde a aproximadamente 77,7% do total exportado em todo o ano de 2025, de R$457,92 milhões. O Rio Grande do Sul manteve-se como principal estado exportador, com R$341,79 milhões, concentrando cerca de 96% das exportações brasileiras. Em Santa Catarina, as exportações apresentaram crescimento expressivo, alcançando R$9,17 milhões entre janeiro e agosto de 2026, valor mais de quatro vezes superior aos R$2,16 milhões registrados durante todo o ano de 2025. Com esse desempenho, o estado respondeu por aproximadamente 2,6% das exportações brasileiras de arroz no período.

A ampliação das exportações constitui uma importante alternativa para reduzir a pressão da elevada disponibilidade interna sobre os preços. Entretanto, apesar do desempenho observado em 2026, o volume direcionado ao mercado externo ainda é insuficiente para promover uma redução mais acentuada da oferta doméstica e uma recuperação consistente dos preços internos. Além disso, o Brasil enfrenta a concorrência dos demais países do Mercosul, que, em determinadas conjunturas, apresentam maior competitividade no comércio internacional. Ainda assim, o fortalecimento das vendas externas contribui para o escoamento da produção nacional e pode favorecer a sustentação dos preços ao produtor.

Em Santa Catarina, o avanço das exportações em 2026 está associado à maior disponibilidade do produto após a safra, à competitividade dos preços e às condições logísticas do estado, especialmente em razão da proximidade das regiões produtoras com a estrutura portuária. Esses fatores ampliaram as oportunidades de inserção do arroz catarinense no mercado externo.

Tabela 1 - Arroz – Evolução das exportações e importações anuais do Brasil e estados selecionados – (2020 a 2026[1])

Ano	Exportações (R$ milhões)			Importações (R$ milhões)	
	BR	RS	SC	BR	SC
2020	503,58	452,95	20,45	376,53	27,48
2021	359,09	330,69	7,48	316,79	11,82
2022	656,33	638,60	4,08	349,99	12,76
2023	621,46	604,45	9,72	529,37	26,01
2024	561,17	541,59	3,84	679,62	31,09
2025	457,92	447,70	2,16	390,08	12,03
2026(1)	356,01	341,79	9,17	272,86	11,47

Fonte: Comex Stat/Mdic, maio/2026

(1) Para o ano de 2026 estão os dados acumulados de janeiro a junho.

No lado das importações, estas somaram R$272,86 milhões entre janeiro e agosto de 2026. Esse valor representa aproximadamente 70% dos R$390,08 milhões importados durante todo o ano de 2025. Em Santa Catarina, as importações alcançaram R$11,47 milhões no período analisado, montante próximo ao total de R$12,03 milhões registrado em todo o ano anterior. Dessa forma, embora Santa Catarina tenha apresentado forte expansão das exportações, o estado também manteve participação relevante nas compras externas de arroz.

Considerando conjuntamente as exportações e importações, o Brasil registrou saldo positivo de aproximadamente R$83,15 milhões no comércio internacional de arroz nos primeiros oito meses de 2026. Os resultados indicam fortalecimento das vendas externas e maior capacidade de

escoamento da produção nacional, movimento particularmente relevante diante do cenário de elevada oferta interna e de pressão sobre os preços recebidos pelos produtores.

Acompanhamento de safra

A safra 2026/27 de arroz em Santa Catarina teve início no mês de agosto e as estimativas iniciais da Epagri/Cepa apontaram para uma redução na produção esperada em aproximadamente 6%. O estado deverá plantar uma área de 143,4 mil hectares plantados, produção estimada em 1,22 milhão de toneladas e produtividade média de 8.501kg/ha (170,02 sacas/ha), uma redução de 5,85% em relação à safra anterior. A produção permanece concentrada no Litoral Sul (66,8% da área estadual), seguido pelo Litoral Norte (23,2%), Alto Vale do Itajaí (7,1%) e Grande Florianópolis (2,9%). Entre as explicações para a expectativa de redução na safra está a confirmação de ocorrência de um *El Niño* muito forte, que impacta diretamente a produção de arroz em Santa Catarina. O efeito esperado sobre a produção é de redução significativa e apresenta forte variação regional. Nos últimos eventos, observou-se que os municípios do Alto Vale do Itajaí e parte do Litoral Norte são os mais suscetíveis à redução da produtividade, em razão do aumento da frequência e intensidade das chuvas durante o ciclo da cultura. O excesso de umidade favorece a ocorrência de doenças, reduz a radiação solar, dificulta as operações de manejo e colheita e pode comprometer tanto o rendimento quanto a qualidade dos grãos. Em contrapartida, o Litoral Sul, principal região produtora do estado, tende a sofrer impactos menos expressivos, em função da maior sistematização das áreas e da melhor infraestrutura de drenagem. Soma-se a isso o fato de os preços da safra 2025/26 terem sido muito baixos, o que deverá resultar em menor investimento por parte dos produtores na safra que se inicia. Atualmente, cerca de 30% da área de Santa Catarina já foi plantada e está em fase de desenvolvimento vegetativo.



Tabela 2 - Arroz – Comparativo de safras

Microrregião	2025/26			Estimativa inicial safra 2026/27				Variação		
	Área (ha)	Produtiv. (kg/ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produtiv. (kg/ha)	Produção (t)	Participação da produção em relação a SC (%)	Área (%)	Produtiv. (%)	Produção (%)
Araranguá	58.434	9.411	549.922	58.454	8.587	501.972	41,18	0,03	-8,75	-8,72
Blumenau	6.993	8.853	61.909	6.962	8.630	60.082	4,93	-0,44	-2,52	-2,95
Criciúma	21.889	9.162	200.547	21.989	8.424	185.232	15,19	0,46	-8,06	-7,64
Florianópolis	2.080	6.571	13.668	2.030	6.576	13.350	1,10	-2,40	0,08	-2,32
Itajaí	8.504	8.503	72.310	8.504	8.420	71.602	5,87	0,00	-0,98	-0,98
Ituporanga	175	9.002	1.575	180	9.000	1.620	0,13	2,86	-0,02	2,83
Joinville	17.525	8.137	142.601	17.399	8.254	143.614	11,78	-0,72	1,44	0,71
Rio do Sul	9.896	10.378	102.701	9.996	10.363	103.592	8,50	1,01	-0,14	0,87
Tabuleiro	120	6.723	807	120	7.000	840	0,07	0,00	4,12	4,12
Tijucas	1.960	7.322	14.351	1.960	7.476	14.652	1,20	0,00	2,10	2,10
Tubarão	15.802	8.494	134.222	15.802	7.753	122.519	10,05	0,00	-8,72	-8,72
Santa Catarina	**143.378**	**9.029**	**1.294.613**	**143.396**	**8.501**	**1.219.076**	**100,00**	**0,01**	**-5,85**	**-5,83**

Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026

No âmbito nacional, segundo o 11º Levantamento da Safra Brasileira de Grãos da Conab, a colheita da safra brasileira de arroz 2025/26 está praticamente concluída nas principais regiões produtoras do país. De acordo com a publicação, a área cultivada foi estimada em 1,52 milhão de hectares, redução de 14,0% em relação à safra anterior, movimento associado principalmente ao cenário de mercado observado no período de implantação das lavouras. A retração ocorreu tanto nas áreas de arroz irrigado, estimadas em 1,26 milhão de hectares, quanto no cultivo de sequeiro, que totalizou cerca de 253,2 mil hectares. Em contrapartida, as condições de desenvolvimento das lavouras foram, de modo geral, favoráveis, permitindo produtividade média de 7.302kg/ha, 1,0% superior à registrada no ciclo anterior. Esse ganho, contudo, não foi suficiente para compensar a expressiva redução da área, resultando em produção estimada de 11,08 milhões de toneladas, queda de 13,1% na comparação com a safra 2024/25. Ainda não há estimativa para a safra 2026/27, mas diante do cenário climático e de mercado, a expectativa é de redução da área no Rio Grande do Sul e produtividade menor em relação à safra passada.

Feijão

João Rogério Alves
Engenheiro-agrônomo, M.Sc. – Epagri/Cepa
joaoalves@epagri.sc.gov.br

Mercado

No mês de agosto, o mercado de feijão se mostrou bastante ativo, com os preços do feijão-carioca e do feijão-preto apresentando comportamentos distintos. Em Santa Catarina, as cotações do feijão-carioca registraram desvalorização mensal de 6,3%, fechando o período em R$254,21/sc. Já o feijão-preto apresentou ligeira elevação de 0,5%, encerrando cotado a R$192,89/sc. Na comparação anual, o preço médio da saca de feijão-preto ficou 68% acima do valor registrado em agosto de 2025, enquanto o feijão-carioca acumulou valorização anual de 77%.

Tabela 1 - Feijão BR - Comparativo de preços pagos ao produtor (sc 60kg)

Estado	Tipo	Jul./26	Ago./26	Variação mensal (%)	Ago./25	Variação anual (%)
Santa Catarina	Feijão-carioca	271,22	254,21	-6,27	143,78	76,80
Paraná		271,95	256,18	-5,80	165,29	54,99
Minas Gerais		330,77	276,01	-16,56	209,77	31,58
Bahia		341,49	331,59	-2,90	188,04	76,34
São Paulo		366,09	299,75	-18,12	207,81	44,24
Goiás		326,03	269,70	-17,28	192,62	40,02
Santa Catarina	Feijão-preto	191,92	192,89	0,51	114,77	68,07
Paraná		192,77	187,53	-2,72	116,77	60,60
Rio Grande do Sul		187,50	182,28	-2,78	177,38	2,76

Fonte: Epagri/Cepa (SC), Conab (BA, GO, MG, SP), Deral (PR), setembro/2026

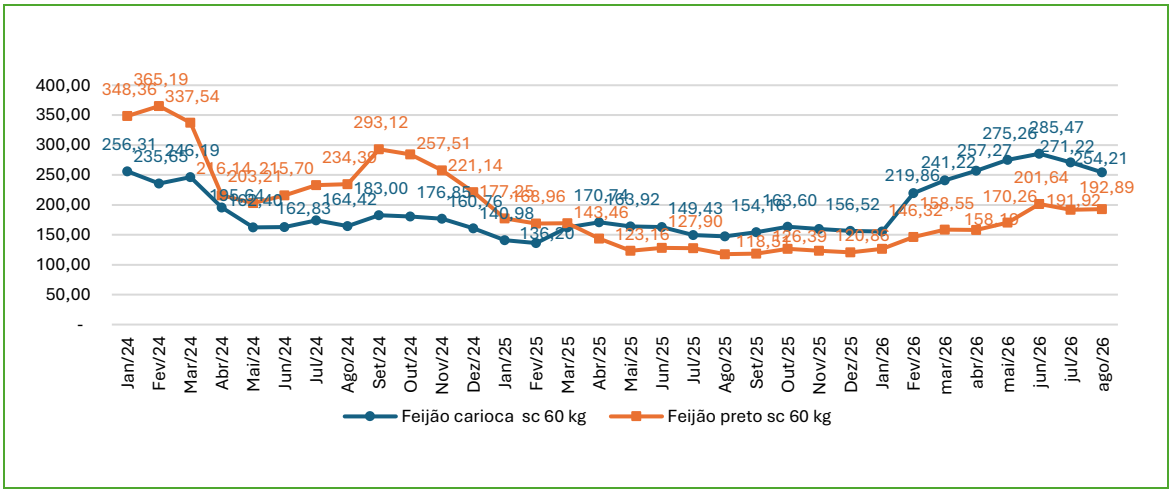
De acordo com o Indicador de Preços Cepea/CNA, o avanço da colheita da terceira safra, especialmente nas áreas irrigadas, ampliou a oferta de feijão-carioca e manteve pressão sobre os preços. No curto prazo, a maior disponibilidade deve sustentar esse cenário de baixa nas cotações, a depender do ritmo de colheita da terceira safra e do comportamento da demanda. No acompanhamento do Epagri/Cepa, os maiores recuos mensais do carioca ocorreram em São Paulo (-18,1%), Goiás (-17,3%) e Minas Gerais (-16,6%). Em relação ao feijão-preto, a oferta doméstica restrita durante a entressafra tende a manter os preços estáveis no curto prazo, com o abastecimento interno sendo complementado pelas importações argentinas.

O comportamento sazonal dos preços do feijão é amplamente conhecido pelos agentes de mercado. Em julho, com as férias escolares, o consumo costuma recuar; com o consequente aumento de oferta, as cotações se retraem. Como o produto perde qualidade na armazenagem prolongada, seu tempo de guarda é curto, forçando os produtores a comercializarem a produção em momentos de pico de oferta e preços reduzidos, dinâmica que atinge atualmente o feijão-carioca.

Em termos de ganho real para o produtor catarinense (valores corrigidos pelo IGP-DI), a evolução do preço médio anual indica que, em 2025, a saca de 60kg do feijão-carioca foi cotada a

R$155,73, enquanto em 2026 (até agosto) alcança R$244,99, um ganho médio parcial real de 57%. Para o feijão-preto, o ganho real é de aproximadamente 23%, subindo de R$137,10/sc em 2025 para R$168,30/sc até agosto de 2026.

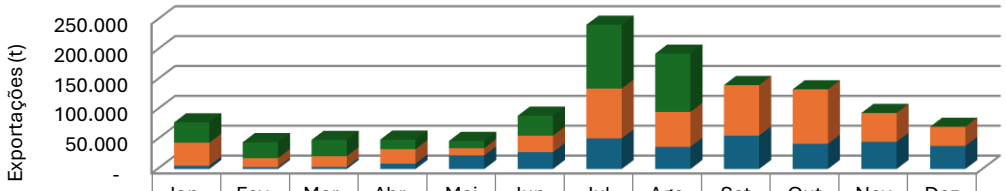
Figura 1 - Feijão – SC: evolução do preço médio real mensal ao produtor – (jan./2024 a ago./2026)



Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026
Nota: preço médio mensal corrigido pelo IGP DI

As exportações brasileiras de feijão somaram 353,6 mil toneladas até agosto de 2026. No mesmo período do ano anterior, foram embarcadas 277,2 mil toneladas, o que representa um avanço de quase 28%. O volume acumulado em 2026 já supera todo o total exportado pelo país ao longo do ano de 2024.

Figura 2 - Feijão – BR: evolução das exportações – (jan./2024 a ago./2026)



	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2026	33.97	26.63	27.27	15.99	12.09	33.29	106.8	97.52	-	-	-	-
2025	38.49	14.97	18.02	24.09	12.13	27.69	83.43	58.40	84.49	91.15	48.28	32.01
2024	5.552	3.370	3.411	9.156	22.84	28.25	51.30	37.17	56.04	42.24	45.60	38.71

Fonte: Comex Stat, setembro/2026
Nota: estimativa em agosto/2026.

Análises do Cepea/CNA indicam que, apesar dos volumes recordes de exportação, os embarques se concentram em variedades voltadas ao mercado asiático, como o feijão-fradinho e o feijão-mungo. Como o consumo interno é amplamente dominado pelos tipos carioca e preto, o

crescimento das vendas externas tem um impacto mínimo sobre a disponibilidade do produto no mercado doméstico.

Pelo lado das importações, destaca-se o feijão-preto, cuja produção sofreu uma quebra superior a 40% na última safra. Até agosto deste ano, as compras externas da variedade atingiram 23,6 mil toneladas, correspondendo a 67,7% de todo o volume de feijão importado pelo Brasil.

Tabela 2 - Feijão BR - Exportações e Importações – 2024 a 2026[(1)]

NCM - Nomenclatura Comum do Mercosul	Importação (t)			Exportação (t)		
	2024	2025	2026[(1)]	2024	2025	2026[(1)]
Outros feijões (vigna mungo ou radiata)	88	66	50	92.511	273.298	268.148
Feijão-fradinho	-	-	-	88.671	93.680	43.870
Outros feijões comuns	4.524	2.230	2.706	67.986	86.130	21.807
Outros feijões comuns, pretos	4.107	1.758	23.581	91.128	74.429	17.826
Outros feijões comuns, brancos	13.440	9.045	8.482	601	2.944	356
Outros feijões (Vigna ou Phaseolus)	-	68	-	1.705	1.697	1.076
Outros feijões adzuki (Phaseolus ou Vigna angularis)	-	-	-	281	973	489
Outros feijões, para semeadura	10	24	11	787	43	72
Total	**22.169**	**13.192**	**34.830**	**343.670**	**533.194**	**353.642**

Fonte: Comex Stat, setembro/2026
[(1)] Estimativa em agosto/2026.

Safra Nacional

Segundo o boletim de acompanhamento da safra brasileira de grãos da Conab (agosto de 2026), a safra nacional de feijão 2025/26 deve registrar uma redução de 6,0% na área plantada, caindo para 2,5 milhões de hectares. A produtividade média estimada aponta alta de 2,9%, alcançando 1.170kg/ha. Como resultado, projeta-se um recuo de 3,2% na produção nacional, que deve somar pouco mais de 2,9 milhões de toneladas. A queda é motivada, sobretudo, pela forte frustração de safra na Região Sul, que sofreu uma perda de 36,8%, caindo de 1,0 milhão de toneladas no ciclo anterior para aproximadamente 662 mil toneladas no atual.

Safra Catarinense

Feijão 1ª Safra

Em Santa Catarina, a produção divide-se em duas safras (1ª e 2ª safra), com predomínio dos tipos carioca e preto. A janela de semeadura da 1ª safra ocorre entre agosto e dezembro, enquanto a 2ª safra é cultivada de janeiro a março.

O cenário para a temporada 2026/27 de 1ª safra é bastante desafiador. As estimativas iniciais indicam uma retração expressiva da área cultivada, provocada pela combinação de altos custos de produção, baixa atratividade econômica da cultura e maior percepção de risco produtivo — agravada pela atuação do fenômeno *El Niño* na primavera e no verão.

Para essa 1ª safra 2026/27, prevê-se o cultivo de aproximadamente 22 mil hectares, o que representa um recuo de quase 18% em relação ao ciclo anterior. A produtividade média é estimada em 2.078kg/ha, avanço superior a 6% na comparação anual. No entanto, diante da forte redução na intenção de plantio, a produção estadual inicial está projetada em 45 mil toneladas — volume 13% inferior ao obtido na temporada 2025/26.

Tabela 3 - Feijão 1ª Safra SC – Comparativo de safras – 2025/26 – 2026/27

Microrregião	Safra 2025/2026			Estimativa Inicial Safra 2026/2027				Variação (%)		
	Área (ha)	Produt. (kg/ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produt. (kg/ha)	Produção (t)	Participação Produção (%)	Área	Produtividade	Produção
Araranguá	11	1.304	14							
Blumenau	117	1.416	166	126	1.323	167	0,32	7,7	-6,5	0,6
Campos de Lages	3.655	1.863	6.808	3.175	2.080	6.605	12,70	-13,1	11,7	-3,0
Canoinhas	6.850	1.780	12.196	5.825	1.780	10.367	19,94	-15,0	0,0	-15,0
Chapecó	2.856	1.640	4.683	1.879	1.917	3.601	6,93	-34,2	16,9	-23,1
Concórdia	298	1.502	448	30	1.647	49	0,09	-89,9	9,6	-89,0
Criciúma	30	1.210	36	31	1.635	51	0,10	3,3	35,2	39,7
Curitibanos	1.379	1.799	2.481	1.200	2.306	2.767	5,32	-13,0	28,2	11,5
Itajaí	3	1.500	5	3	1.500	5	0,01	0,0	0,0	0,0
Ituporanga	915	1.984	1.815	245	1.980	485	0,93	-73,2	-0,2	-73,3
Joaçaba	2.649	2.409	6.381	2.649	2.409	6.381	12,27	0,0	0,0	0,0
Rio do Sul	687	1.900	1.306	523	1.889	988	1,90	-23,9	-0,6	-24,3
São Bento do Sul	530	1.557	825	150	1.558	234	0,45	-71,7	0,1	-71,7
São Miguel do Oeste	1.277	2.358	3.012	1.210	2.395	2.898	5,57	-5,2	1,5	-3,8
Tabuleiro	305	1.800	549	305	1.800	549	1,06	0,0	0,0	0,0
Tijucas	55	1.585	87	55	1.585	87	0,17	0,0	0,0	0,0
Tubarão	250	1.212	303	290	1.193	346	0,67	16,0	-1,6	14,2
Xanxerê	4.704	2.315	10.890	4.109	2.370	9.739	18,73	-12,6	2,4	-10,6
Total Geral	**26.571**	**1.957**	**52.003**	**21.805**	**2.078**	**45.318**	**87,14**	**-17,9**	**6,2**	**-12,9**

Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026

Milho

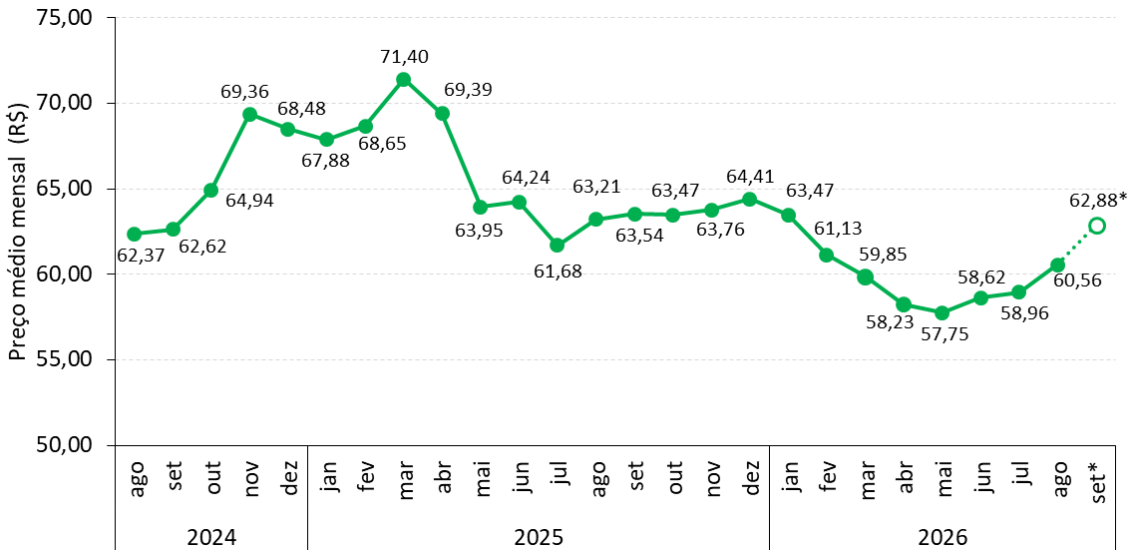
Henrique Oldoni
Engenheiro-agrícola, Dr. – Epagri/Cepa
henriqueoldoni@epagri.sc.gov.br

Haroldo Tavares Elias
Engenheiro-agrônomo, Dr.
htelias07@gmail.com

Mercado

Em agosto de 2026, houve um novo aumento do preço médio mensal do milho pago ao produtor catarinense, o qual chegou a R$60,56/sc (Figura 1), um aumento de 2,7% em relação a julho/2026 (Figura 2). Esse aumento não foi suficiente para superar o mesmo patamar do ano anterior, de modo que a variação frente a agosto de 2025 foi de -4,2%. Por outro lado, o preço segue reagindo em um nível constante, chegando a uma média de R$62,88/sc nos 10 primeiros dias do mês de setembro (Figura 1).

Figura 1 - Milho – SC: evolução do preço médio real mensal pago ao produtor – (ago./2024 a set.(1)/2026)



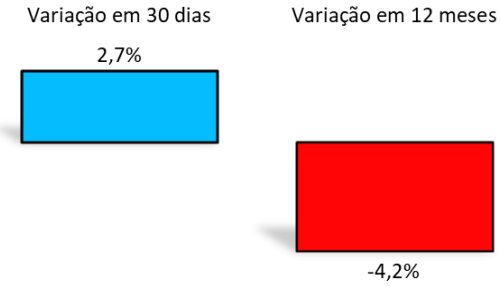
Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026
Preço médio mensal corrigido pelo IGP DI de agosto/2026.
(1) Refere-se à média dos 10 primeiros dias do mês.

Esse avanço gradual no mês de agosto, porém pouco expressivo (Figuras 1 e 2), refletiu o equilíbrio entre fatores de sustentação externa e a ampla oferta doméstica. No cenário internacional, os estoques finais de milho dos EUA reduziram, assim como o rendimento das lavouras foi abaixo do esperado[1]; as tensões no Mar Negro e o corte na estimativa de safra da União Europeia[2] sustentaram os preços futuros em Chicago. No mercado interno, a retenção dos produtores e a demanda firme das indústrias de ração e de etanol mantiveram as cotações em

[1] USDA | World Agricultural Supply and Demand Estimates - 674 | 12 ago. 2026
[2] Reuters | French drought could halve maize crop, deepen EU harvest losses | 14 ago. 2026

alta, mesmo com a colheita da segunda safra recorde em fase final. Esse mesmo cenário, contudo, limitou a magnitude do avanço, já que a oferta corrente ainda abundante e a safrinha praticamente colhida fizeram os preços subirem de forma gradual e moderada, abaixo do patamar de agosto de 2025.

Figura 2 - Milho – SC: variação dos preços médio mensal pago ao produtor em 30 dias e 12 meses (base agosto/2026)



A variação do preço médio do milho pago ao produtor de Santa Catarina segue com variação positiva desde junho/2026, dessa vez com variação de 2,7% nos últimos 30 dias. Porém, a variação do preço médio frente ao ano passado segue negativa, com 4,2% de queda nos últimos 12 meses.

Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026
Variação considerando o preço médio mensal corrigido pelo IGP DI de agosto/2026.

Fatores e perspectivas de mercado – setembro de 2026

A Tabela 1 apresenta os cinco fatores de mercado mais citados na primeira semana de setembro de 2026. De modo geral, o mercado do milho operou sob forte sustentação, impulsionado conjuntamente pela retenção de oferta por parte dos produtores e pelos ruídos climáticos globais. Esse bloco de alta enfrentou o contraponto da concorrência da Argentina no mercado externo e da postura cautelosa dos compradores no físico, resultando em um cenário de liquidez travada e cotações firmes no ambiente doméstico.

Tabela 1 - Milho – Mercado: fatores e dinâmica predominantes no início de setembro de 2026, de sentido baixista (vermelho) e expectativa de alta (azul)

Fator de mercado	Indicador	Nº de citações	Dinâmica no mercado
Demanda por etanol de milho	Altista	5	Expansão acelerada em Mato Grosso e Goiás absorve excedentes locais.
El Niño e risco climático	Altista	5	Incerteza sobre a safra 2026/27 nos EUA, Ásia e Brasil.
Retenção de estoques	Altista	4	Produtores aguardam melhores preços, limitando a oferta.
Competição da Argentina	Baixista	3	Vizinhos mais competitivos travam as exportações brasileiras.
Avanço do plantio nacional	Baixista	3	Clima firme no Sul do país acelera a semeadura da nova safra.

Elaboração: Epagri/Cepa, setembro/2026
Auxílio: Gemini e Google alerta.

Milho grão – Safra 2026/27

Após duas safras de estabilização da área plantada (2024/25 e 2025/26), somando safra principal e safrinha, a área de milho deve crescer na safra 2026/27. Segundo o novo levantamento da Epagri/Cepa, apenas na safra principal a área plantada deve aumentar 2,5% ante a safra anterior (Tabela 2), alta de mais de 6,6 mil ha. Por ser um levantamento inicial, as estimativas podem variar ao longo da safra, com expectativa de revisão para cima no próximo mês. Em microrregiões com redução prevista de área de milho grão, como Concórdia (Tabela 2), a leitura é de migração para o milho silagem e, em Canoinhas, para a soja. Quanto à produtividade, a estimativa é de recuo de 0,8%, em parte associado às incertezas climáticas com a previsão de *El Niño* forte para 2026/27.

Tabela 2 - Milho grão SC – área plantada, produtividade e produção: comparativo de safra das principais microrregioes e do total estadual

Microrregião	1ª safra 2025/26			Estimativa inicial 1ª safra 2026/27			Variação (%)		
	Área (ha)	Produt. (kg/ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produt. (kg/ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produt. (kg/ha)	Produção (t)
Araranguá	6.930	8.998	62.355	6.500	8.576	55.746	-6,2	-4,7	-10,6
Campos de Lages	24.690	7.024	173.418	26.000	8.391	218.164	5,3	19,5	25,8
Canoinhas	27.712	9.336	258.726	25.230	9.322	235.199	-9,0	-0,2	-9,1
Chapecó	39.600	10.847	429.554	40.660	10.759	437.450	2,7	-0,8	1,8
Concórdia	19.270	10.640	205.030	17.110	8.667	148.293	-11,2	-18,5	-27,7
Criciúma	7.359	7.664	56.400	7.027	7.570	53.193	-4,5	-1,2	-5,7
Curitibanos	15.722	11.682	183.664	17.127	10.246	175.483	8,9	-12,3	-4,5
Ituporanga	8.000	8.242	65.935	9.100	8.246	75.035	13,8	0,0	13,8
Joaçaba	51.250	10.091	517.185	51.250	10.091	517.185	0,0	0,0	0,0
Rio do Sul	14.660	7.167	105.073	14.760	7.171	105.850	0,7	0,1	0,7
São M. do Oeste	18.005	9.744	175.441	17.480	9.120	159.422	-2,9	-6,4	-9,1
Xanxerê	18.530	12.142	225.000	26.085	12.006	313.164	40,8	-1,1	39,2
Santa Catarina	**265.530**	**9.592**	**2.546.971**	**272.194**	**9.517**	**2.590.404**	**2,5**	**-0,8**	**1,7**

Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026
Dados referentes ao milho grão 1ª safra.

Calendário – rito de plantio



Quanto ao avanço da safra de milho, a semeadura iniciou-se em várias microrregiões do estado, porém ainda com grande disparidade regional (Tabela 3). Até primeira semana de setembro, 24% das áreas já haviam sido semeadas, e 96% delas encontravam-se boas condições, conforme levantamento da Epagri/Cepa. Essa expansão vem ocorrendo desde o início de agosto, período de semeadura ainda incipiente, com as primeiras áreas implantadas principalmente nas microrregiões mais quentes e próximas ao rio Uruguai, como Chapecó e Concórdia. No Sul do estado (Araranguá, Criciúma e Tubarão), também se iniciou o plantio em agosto, enquanto outras regiões aguardavam o início da semeadura previsto para setembro. O excesso de chuvas e a elevada umidade do solo limitaram o avanço das operações e prejudicaram algumas lavouras já emergidas, embora períodos de tempo firme e temperaturas mais elevadas tenham permitido a antecipação do plantio em determinadas áreas. A partir da segunda quinzena de agosto, a redução das precipitações favoreceu a intensificação da semeadura, especialmente nas

microrregiões de Chapecó, Xanxerê, Concórdia, Curitibanos, Ituporanga, Rio do Sul, São Miguel do Oeste, Tabuleiro e Tijucas.

Tabela 3 - Milho grão – Avanço da semeadura (safra 2026/27) em algumas microrregiões de Santa Catarina: condições para agosto e início de setembro de 2026

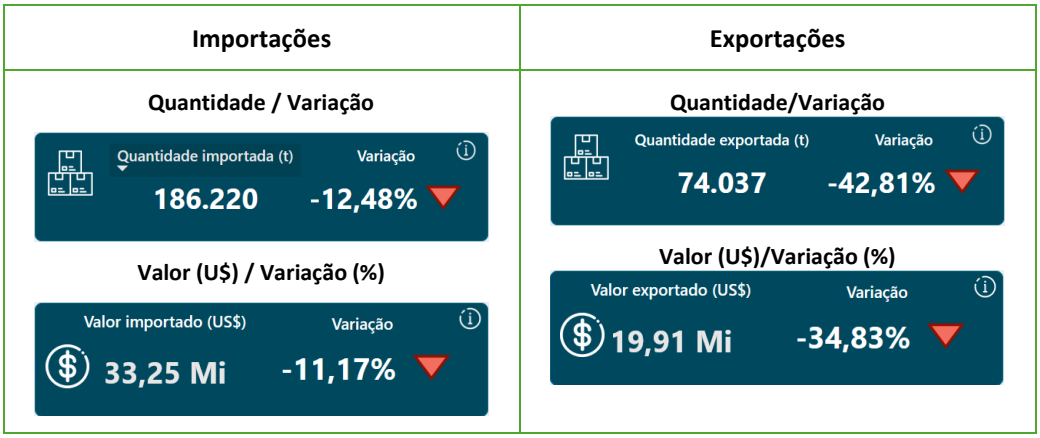
Microrregião	% Semeada até 5 set.	Condições/comentários principais (agosto/início de setembro)
Chapecó	85	Semeadura iniciou pontualmente em municípios próximos ao Rio Uruguai limitado pelo excesso de umidade; depois avançou de forma expressiva com o tempo firme, refletindo a opção dos produtores por uma semeadura antecipada. Os elevados volumes de chuva no final de agosto e início de setembro interromperam o avanço da semeadura.
Xanxerê	60	Avanço significativo a partir da última semana de agosto, com antecipação em relação ao calendário normal, de modo a aproveitar as condições firmes de tempo. Os altos volumes de chuva no final de agosto e início de setembro interromperam temporariamente o avanço da semeadura.
Concórdia/ Curitibanos	15	Semeaduras pontuais na região próxima ao Rio Uruguai no início de agosto; o tempo firme proporcionou avanço da semeadura a partir da terceira semana de agosto. Produtores da região de Concórdia relataram pressão pelas pragas cigarrinha e percevejo. Em Campos Novos, depois de muitos anos, produtores voltam a semear o milho no mês de agosto. Expectativa de avanço rápido da semeadura a partir da segunda semana de setembro.
São Miguel do Oeste	20	Início da semeadura em 16 de agosto em meio a uma semana de clima seco e de alerta fitossanitário: grande presença de cigarrinhas infectadas.
Ituporanga, Rio do Sul, Tabuleiro e Tijucas	20	Semeadura iniciada em 16 de agosto; alerta de temperaturas mais baixas na semana do dia 23 de agosto, que podem ter retardado o desenvolvimento inicial da cultura.
Araranguá, Criciúma e Tubarão	49	Aceleração da semeadura durante o mês de agosto ocorrendo de maneira irregular entre os municípios devido às condições de alta umidade do solo. As condições climáticas das duas últimas semanas de agosto propiciaram o desenvolvimento da cultura, antes prejudicada pela falta de luminosidade.

Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026

Importações e exportações de milho por Santa Catarina

As importações de milho por Santa Catarina em 2026 somaram 186,2 mil toneladas (Figura 3), no acumulado até agosto, 12,5% inferior ao mesmo período do ano anterior. O valor das importações segue inferior ao mesmo período de 2025 em 11,2%. A origem principal das compras continua sendo do Paraguai, com participação de 90,5% do volume total importado. Quanto às exportações no comércio exterior em 2026, o estado exportou o volume de 74 mil toneladas de milho e derivados (no acumulado até agosto), 42,8% a menos do que no mesmo período do ano passado (Figura 3). Em termos de valor, as exportações representaram 19,9 milhões de dólares, 34,8% inferior ao mesmo período de 2025. O Irã foi o principal destino das exportações até agosto/2026, o que representou 98,6% do volume total exportado pelo estado.

Figura 3 - Milho e derivados – Importações e exportações por Santa Catarina em 2026, no acumulado até agosto de 2026 e comparativo ao mesmo período de 2025

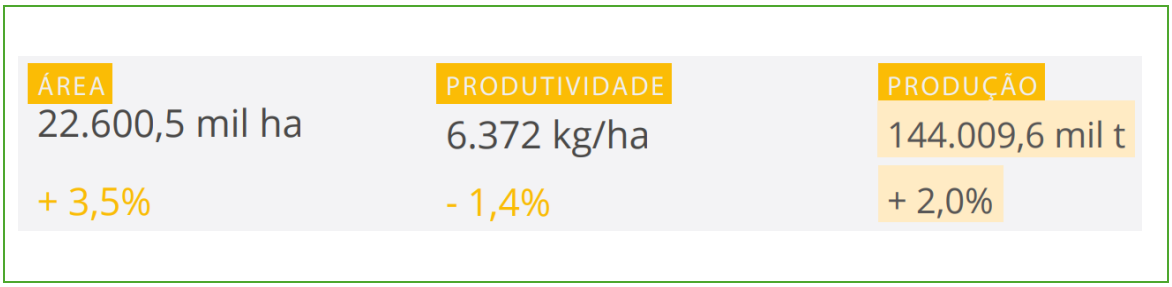


Fonte: Observatório AgroCatarinense; Comex Stat/Mdic, setembro/2026

Safra Nacional

Segundo a Conab[3], 96,6% das áreas estimadas para o cultivo do milho 2ª safra já foi colhida até o início de setembro/2026, com estimativa de produtividade de apenas 1% abaixo da 2ª safra de 2024/25. Para a 3ª safra, a colheita já foi iniciada em todas as regiões produtoras, com expectativa de produção 20,1% inferior ao obtido na última safra. Como resultado, a produção total para a safra 2025/26 (considerando as três safras no país) está estimada em 144 milhões de toneladas, um aumento de 2,0% em relação à safra total anterior (Figura 4) e uma produtividade de 1,4% inferior.

Figura 4 - Milho – Brasil: área, produtividade e produção nacional



Fonte: Conab, setembro/2026
Comparativo com safra anterior.

[3] Conab | Acompanhamento da safra brasileira de grãos | v.14 – Safra 2025/26, nº 13 - Décimo segundo levantamento | setembro 2026

Soja

Henrique Oldoni
Engenheiro-agrícola, Dr. – Epagri/Cepa
henriqueoldoni@epagri.sc.gov.br

Haroldo Tavares Elias
Engenheiro-agrônomo, Dr.
htelias07@gmail.com

Mercado

O preço médio da soja pago ao produtor catarinense segue em ascensão desde junho de 2026, atingindo R$130,50/sc no mês de agosto (Figura 1), uma alta de 5,8% em relação ao mês anterior e 1,7% em relação a agosto de 2025 (Figura 2). Para início de setembro, o preço segue reagindo, com média de R$139,21/sc dos 10 primeiros dias do mês (Figura 1). Se essa tendência se confirmar, setembro atingirá o maior valor médio pago ao produtor catarinense desde janeiro de 2024 (preços corrigidos pelo IGP DI de agosto/2026).

Figura 1 - Soja – SC: evolução do preço médio real mensal pago ao produtor por saca de 60kg (2025/26)



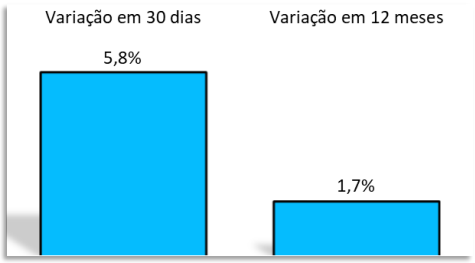
Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026
Preço médio mensal corrigido pelo IGP DI de agosto/2026.
(*) Refere-se à média dos 10 primeiros dias do mês.

A valorização do preço pago ao produtor no mês de agosto decorre da combinação de fatores externos e domésticos. No plano internacional, a China retomou com força as compras de soja norte-americana na fase final do mês de agosto e início de setembro, com sucessivas vendas privadas para a China[4]. Isso sinaliza uma demanda firme em meio ao temor de uma safra americana mais restrita, com queda contínua no índice de lavouras de soja em boas/excelentes condições ao longo de agosto[5]. Soma-se a isso a valorização do óleo de soja, impulsionada pelo

[4] USDA | Foreign Agricultural Service. Weekly Highlights: Summary of Export Transactions Reported Under the Daily Reporting System | 3 set. 2026.
[5] USDA | National Agricultural Statistics Service. Crop Progress: Week Ending | 30 ago. 2026.

biodiesel e pelo petróleo. No cenário doméstico, os prêmios de exportação permaneceram firmes, com projeções de embarques robustos em agosto e exportações recordes no ano[6], enquanto o dólar em patamares elevados e a demanda aquecida da indústria recompondo estoques sustentaram as cotações internas, em cenário de retração dos vendedores.

Figura 2 - Soja – SC: variação dos preços médio mensal pago ao produtor em 30 dias e 12 meses (base agosto/2026)



A variação do preço pago ao produtor em 30 dias foi de 5,8%, semelhante ao mesmo período anterior (6,8%), mostrando um nível constante de crescimento dos preços nos últimos dois meses. Isso refletiu para um cenário de variação positiva nos últimos 12 meses (1,7%).

Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026
Variação considerando o preço médio mensal corrigido pelo IGP DI de agosto/2026.

Fatores que impactam o preço da soja (8 a 15 de setembro/2026)

O mercado da soja operou sob intensa disputa de fundamentos. No cenário internacional, a revisão altista da safra norte-americana pelo USDA exerceu forte pressão vendedora na Bolsa de Chicago. Contudo, o movimento de baixa foi contido pela forte tração da demanda chinesa nos EUA, pela valorização do petróleo e, sobretudo, pelo alerta climático do *El Niño* na América do Sul. No mercado doméstico, o ritmo é de baixa liquidez e negócios travados.

Tabela 1 - Soja – Mercado: principais fatores no mercado no período entre 8 e 15 de setembro de 2026

Fator de mercado	Indicador	Nº de citações
Clima no Brasil: a previsão de que o *El Niño* pode cortar até 12 milhões de toneladas da safra brasileira 2026/27, além da apreensão quanto às chuvas em MT, precifica riscos e eleva cotações no mercado interno.	Altista	10
Demanda externa: o retorno significativo da China às compras nos EUA antes do encontro presidencial, com volumes superiores a 1 milhão de toneladas, e o avanço das exportações da Anec, oferecem forte suporte às cotações.	Altista	10
Relatórios do USDA: A elevação da previsão de safra norte-americana pelo USDA demonstrou ampla oferta global, sendo o principal fator a derrubar os preços futuros em Chicago durante o período.	Baixista	7
Retenção de vendedores/oferta física restrita: produtores brasileiros estão adotando postura defensiva, segurando negócios da safra 2026/27.	Altista	6
Alta do Petróleo (Brent): o rompimento da casa dos US$104 pelo barril de Brent impulsiona indiretamente os óleos vegetais e o mercado de commodities agrícolas em geral.	Altista	4

Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026
Auxílio: Gemini e Google alerta.

[6] ANEC - Statistics 2026 | Brazilian Exports of Soybeans, Soybean Meal, Maize, DDGS, Sorghum and Wheat | Week 34/2026.

Perspectivas para a safra 2026/27

- Bolsa de Chicago (CBOT): A perspectiva de curto prazo é de alta volatilidade. Os contratos futuros enfrentam um teto de valorização imposto pela robusta colheita nos Estados Unidos confirmada pelo USDA (fator de baixa). No entanto, o piso de preços é muito bem defendido pela volta agressiva da China ao mercado norte-americano e pelo suporte indireto vindo do mercado de energia (petróleo).
- Bolsa B3 e Mercado Físico Brasileiro: Perspectiva de sustentação e viés de alta. O mercado interno brasileiro está operando com dinâmica própria neste momento. Muitos produtores estão buscando iniciar o plantio de forma antecipada para mitigar o clima. Com o alerta do *El Niño* já precificado e estoques curtos, a tendência é de prêmios positivos nos portos e preços físicos resilientes no interior.

Início da safra catarinense 2026/27

Após uma redução da área destinada à soja em Santa Catarina na 1ª safra passada depois de mais de uma década de aumento contínuo, a estimativa inicial da 1ª safra 2026/27 aponta uma nova variação negativa, porém pouco expressiva (-0,3%; Tabela 2), em relação à 1ª safra 2025/26. Essa variação representa 2,6 mil ha a menos de área destinada ao cultivo da soja no estado. Vale ressaltar que é uma estimativa ainda inicial realizada pela equipe do Epagri/Cepa, que pode sofrer variação durante a corrente safra. Acredita-se que essa breve redução de área plantada ocorre da preocupação dos produtores de risco climático frente às previsões de ocorrência do fenômeno *El Niño*, com forte intensidade, durante a safra 2026/27. Com isso, algumas as áreas, antes destinadas ao cultivo da soja, passam a receber o milho, uma vez que este tende a se adaptar melhor em anos de *El Niño*. Em contrapartida, a reação positiva dos preços da soja em julho e agosto (Figura 1) estimula o plantio e limita a redução da área na atual safra.

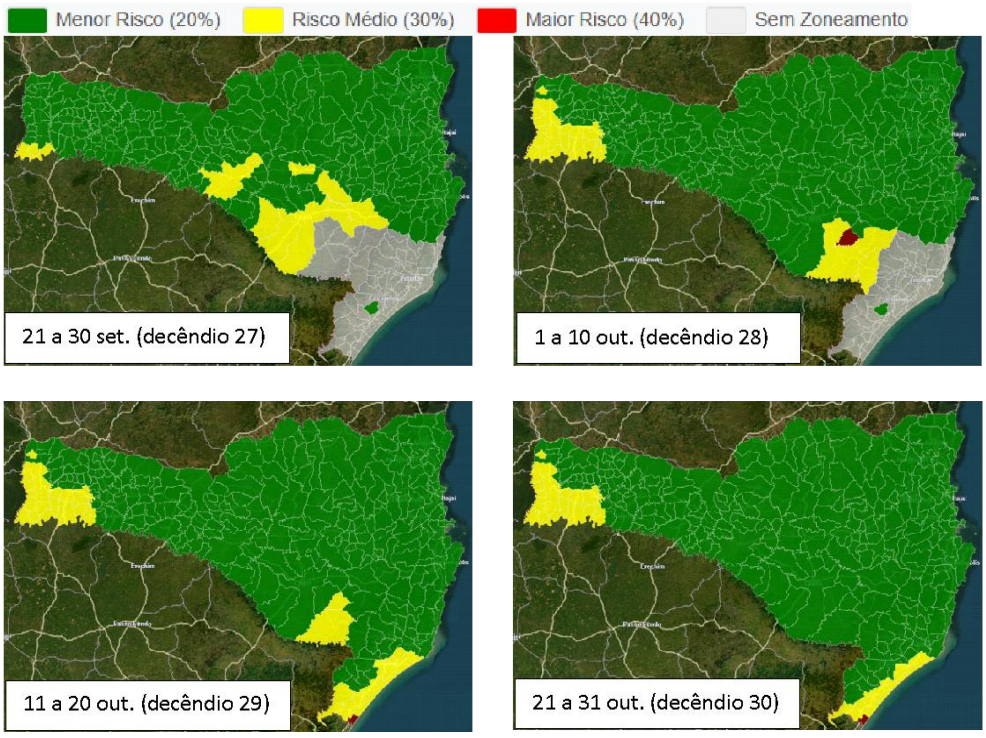
Tabela 2 - Soja SC – área plantada, produtividade e produção: comparativo de safra das principais microrregioes e do total estadual

Microrregião	Safra 2025/26			Estimativa inicial safra 2026/27			Variação (%)		
	Área (ha)	Produt. (kg/ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produt. (kg/ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produt. (kg/ha)	Produção (t)
Campos de Lages	90.950	3.269	297.312	90.850	3.997	363.165	-0,1	22,3	22,1
Canoinhas	163.523	3.884	635.155	166.295	3.884	645.924	1,7	0,0	1,7
Chapecó	79.220	3.782	299.623	78.560	3.921	307.996	-0,8	3,7	2,8
Concórdia	10.100	3.970	40.092	9.610	3.733	35.873	-4,9	-6,0	-10,5
Curitibanos	129.833	4.197	544.959	130.433	4.102	535.029	0,5	-2,3	-1,8
Ituporanga	9.450	4.205	39.740	9.500	4.205	39.950	0,5	0,0	0,5
Joaçaba	65.960	3.952	260.686	65.960	3.952	260.686	0,0	0,0	0,0
Rio do Sul	10.400	3.935	40.924	9.560	3.919	37.469	-8,1	-0,4	-8,4
São Bento do Sul	12.100	3.940	47.672	16.100	3.922	63.146	33,1	-0,4	32,5
São M. do Oeste	43.725	3.667	160.356	43.345	3.870	167.760	-0,9	5,5	4,6
Xanxerê	138.750	3.873	537.350	131.350	3.855	506.305	-5,3	-0,5	-5,8
Santa Catarina	758.987	3.848	2.920.341	756.403	3.941	2.980.706	-0,3	2,4	2,1

Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026

Conforme o Zoneamento Agrícola de Riscos Climáticos (Zarc)[7], a maioria das regiões de Santa Catarina está apta para a semeadura da soja (safra 2026/27) desde a terceira dezena de setembro (Figura 3), embora a maior parte deva se concentrar em outubro. Devido às previsões climáticas de grande volume de chuva para a atual safra, alguns produtores estão programando a antecipação da semeadura, buscando melhores condições de solo e clima para o estabelecimento da cultura. No entanto, é necessário atentar-se ao período de vazio sanitário estabelecido para a nova safra[8]. Para municípios do Sul do estado, a janela de vazio sanitário está aberta até 12 de outubro de 2026, com início da semeadura liberada a partir do dia 13 de outubro. Para as demais regiões, a semeadura pode ser iniciada em 22 de setembro.

Figura 3 - Zoneamento agrícola de risco climático (Zarc – Safra 2026/27) para a cultura da soja



Fonte: Adaptado de MAPA - Painel de Indicação de Riscos do Zarc, setembro/2026
Mapas gerados para soja de ciclo médio de 115 dias, classe AD4 de água disponível do solo (0,80 a 1,06mm/cm) e nível de manejo 2, conforme a Portaria SPA/MAPA Nº 210, de 30 de junho de 2026. Para demais condições de solo, ciclo e nível de manejo, acesse o Painel de Indicação de Riscos do Zarc.

[7] MAPA | Painel de Indicação de Riscos do Zarc | Soja safra 2026/27 | setembro 2026. Condições de solo AD4, nível de manejo 2 e cultivares do Grupo II, conforme Portaria SPA/MAPA Nº 210, 30 de Junho/2026.
[8] Portaria SDA/MAPA nº 1.579, de 09 de abril de 2026.

Exportações de soja por Santa Catarina

Tabela 3 - Produtos do complexo soja: exportações por Santa Catarina em 2026, acumulado até agosto de 2026

Quantidade/Variação

Quantidade exportada (t)	Variação
1.123.667	11,74% ▲

Valor (U$)/Variação (%)

Valor exportado (US$)	Variação
$507,32 Mi	22,88% ▲

No acumulado do ano, até agosto/26, foram exportadas 1,12 milhões de toneladas de soja-grão e derivados de Santa Catarina. Em termos de valor, isso representa 507,36 milhões de dólares. Esses valores seguem superando o acumulado do mesmo período do ano anterior, com 11,7% e 22,9% a mais em quantidade e valor exportado, respectivamente, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Fonte: Observatório AgroCatarinense; Comex Stat/Mdic, setembro/2026

Safra Nacional

Segundo Conab[9], o plantio da soja (safra 2026/27) iniciou-se nos estados do Paraná e Mato Grosso. Quando ao fim da safra 2025/26, restaram poucas áreas em Tocantins, Roraima e Alagoas. Em relação às estimativas da safra 2025/26, tanto a área quanto a produtividade superaram a safra anterior, com 2,7% e 2,5% a mais, respectivamente (Figura 4). Isso levou a uma produção 5,2% superior e um total de 180,4 milhões de toneladas do grão.

Figura 4 - Soja – Brasil: área, produção e rendimento da safra 2025/26 e comparativo com safra 2024/25

ÁREA	PRODUTIVIDADE	PRODUÇÃO
48.608,6 mil ha	3.711 kg/ha	180.406,6 mil t
+2,7%	+2,5%	+5,2%

Fonte: Conab, setembro/2026
Comparativo com safra anterior

[9] Conab | Acompanhamento da Safra brasileira de grãos | v.14 – safra 2025/26, n° 12 – Décimo segundo levantamento | setembro 2026.

Trigo

João Rogério Alves
Engenheiro-agrônomo, M.Sc. – Epagri/Cepa
joaoalves@epagri.sc.gov.br

Mercado

No mercado brasileiro, os preços da saca de trigo recebido pelos produtores seguem firmes. Em Santa Catarina no mês de agosto, alta de 2,7%, fechando o mês em R$70,98 sc/60kg. Na variação anual, queda de 4,2%. No Rio Grande do Sul, o preço médio mensal registrou uma variação positiva de 0,11%, e no Paraná, no mercado-balcão, alta de 5,42%.

Tabela 1 - Trigo (Pão, PH 78, tipo 1) – Comparativo de preços pagos ao produtor (R$/sc 60kg)

Estado	Jul./26	Ago./26	Variação mensal (%)	Ago./25	Variação anual (%)
Santa Catarina	69,15	70,98	2,65	74,06	-4,16
Goiás	84,00	84,00	0,00	77,71	8,09
Minas Gerais	87,13	87,60	0,54	79,00	10,89
Mato Grosso do Sul	75,09	78,00	3,88	74,48	4,73
Rio Grande do Sul	69,74	69,82	0,11	69,43	0,56
Paraná	71,05	74,90	5,42	75,55	-0,86

Fonte: Epagri/Cepa (SC), Conab (GO, MG, MS, RS), Deral (PR), setembro/2026

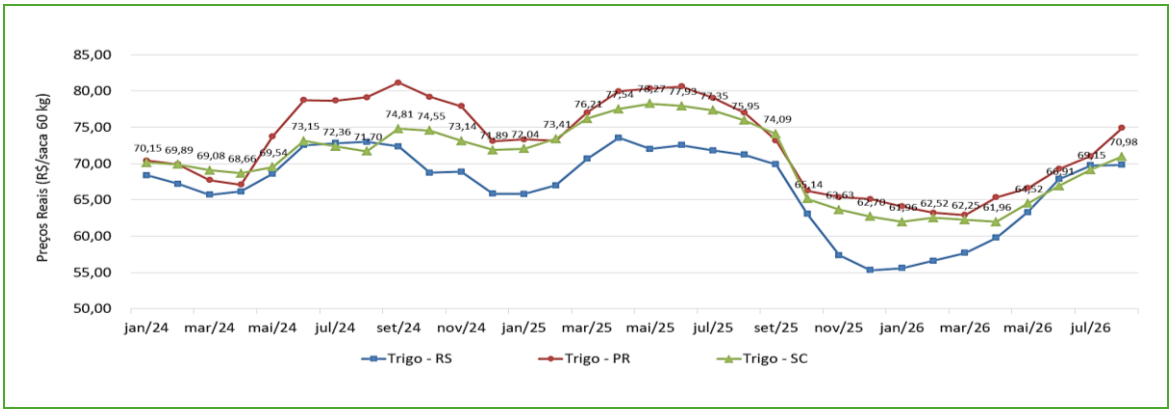
Os preços recebidos pelos produtores de trigo seguem um padrão sazonal bem definido. Essa dinâmica decorre da capacidade de estocagem do grão e da existência de duas safras anuais em momentos distintos, uma no Hemisfério Norte e outra no Hemisfério Sul, cujas ofertas se integram no mercado global via Bolsa de Mercadorias de Chicago. No Brasil, o comportamento esperado reflete-se em cotações mais altas entre maio e outubro e mais baixas de novembro a abril, quando ocorre a colheita nacional.

Diante dessa oscilação, vale destacar o protagonismo crescente dos produtores na comercialização da própria safra, etapa que, no passado, era delegada a cooperativas, cerealistas e intermediários. Nesse contexto, dominar o conceito de sazonalidade tornou-se indispensável para fundamentar decisões estratégicas e negociações, tanto no mercado físico quanto no futuro.

Nos meses de plantio, os volumes comercializados correspondem aos estoques da temporada anterior (safra velha). Como a oferta se reduz na entressafra, a tendência é de elevação nos preços, registrando-se picos de alta a partir de maio até o início da colheita da nova safra. Já em novembro, com a entrada da nova produção, a oferta se restabelece e pressiona as cotações para baixo.

Em 2026, o mercado manteve a sazonalidade típica, desenhando uma trajetória ascendente a partir de abril/maio, embora em patamares um pouco inferiores aos registrados no ciclo anterior. Novamente, adversidades climáticas e tensões geopolíticas impactaram a oferta global, com reflexos diretos na precificação do produto no mercado interno.

Figura 1 - Trigo – SC: evolução do preço médio real mensal ao produtor – (jan./2024 a ago./2026)



Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026
Preços corrigidos pelo IGP DI.

O mercado de trigo no Brasil passa por um momento de cabo de guerra entre fundamentos de alta e de baixa nos preços do trigo. Os fatores de alta concentram-se no risco logístico e geopolítico global, nas adversidades de safra e na oferta de produto no Brasil. Já os fatores de baixa são impulsionados por movimentos técnicos dos mercados, oferta de outros grandes produtores e especulações diplomáticas.

Fator de mercado de alta (sustentação aos preços)	Forças de mercado de baixa (pressão sobre os preços)
Atraso na colheita: oferta restrita (8,1% colhido, contra 9,1% em 2025).	Realização dos fundos: venda técnica em bolsas realiza lucros de quatro semanas de alta.
Chuvas excessivas: chuvas excessivas no Sul do país ameaçam a qualidade sanitária e o rendimento do grão.	Especulação de paz: notícias diplomáticas reduzem temporariamente o prêmio de risco.
Demanda externa firme: compras da Ásia (+500 Mil t) e UE sustentam piso global.	Oferta dos EUA e Austrália: colheita rápida nos EUA (77%) e safra recorde na Austrália (+3,2 Mil t).
Tensão no Mar Negro: ataques e limitação de portos na Ucrânia encarecem fretes.	Cautela na compra: compradores recusam preços muito altos pedidos pelos produtores.

Safra Mundial

A perspectiva global para o trigo em 2026/27 para o mês de agosto, divulgada pelo Departamento de Agricultura do Estado Unidos, aponta para uma redução de 2,9% na produção mundial, quando comparada com a safra 2025/26. Essa redução foi alavancada por reduções expressivas na produção dos Estados Unidos (-23,0%), Argentina (-25,0%), Austrália (-22,0%), União Europeia (-7,5%) e Rússia (-2,0). Por outro lado, o consumo global vem aumentando gradualmente, chegando a 826,3 milhões de toneladas, mas ainda 0,3% abaixo do observado na safra passada.

As exportações mundiais deverão reduzir aproximadamente 6,5%, alcançando 213 milhões de toneladas, enquanto que as importações também deverão cair em 6,0%. As projeções para os estoques globais finais de 2026/27 são projetadas em 273 milhões de toneladas, redução de 2,5%, principalmente devido às reduções dos estoques nos Estados Unidos (-22,0%), Argentina (-38,0%) e Canadá (-27,0%).

Tabela 2 - Trigo grão – Mundo: quadro de oferta e demanda (milhões de toneladas)

Safra	Estoque Inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque Final
2024/25	270,12	799,10	201,25	1.270,47	808,75	210,54	260,48
2025/26(1)	260,48	843,35	221,32	1.325,15	823,61	227,40	280,22
2026/27(2)	280,22	819,30	208,28	1.307,80	826,27	212,71	273,25

Fonte: WASDE/USDA, setembro/2026
(1) estimativa. (2) projeção.
Nota: Estimativa em agosto/2026.

Safra Brasileira

O monitoramento dos estágios fenológicos das lavouras da Conab, até a semana de 29 de agosto a 04 de setembro de 2026, o plantio de trigo estava concluído em todo país. Nesse período, aproximadamente 11% da área cultivada com trigo em todo país já havia sido colhida. Para as lavouras a campo, 32,5% da área encontra-se em desenvolvimento vegetativo; 19,6% em floração; 14,9% em enchimento de grãos e 21,5% em maturação.

No panorama nacional, segundo o Boletim de Monitoramento Semanal das Condições das Lavouras da Conab do dia 07 de setembro de 2026, no Rio grande do Sul, o aumento da luminosidade tem favorecido o desenvolvimento da cultura, que apresenta, de modo geral, condições satisfatórias. A maior parte das lavouras encontra-se em estádio vegetativo, embora algumas regiões estejam em transição para a fase reprodutiva, o que reforça a preocupação com as condições climáticas. A sequência de dias com temperaturas amenas e elevada umidade tem favorecido a ocorrência de manchas foliares e bacterioses, enquanto, nas lavouras mais adiantadas, aumenta o risco de ocorrência de doenças de espiga. Já no Paraná, precipitações intensas têm ocasionado atraso nas operações de colheita. Eventos de granizo causaram danos em algumas áreas.

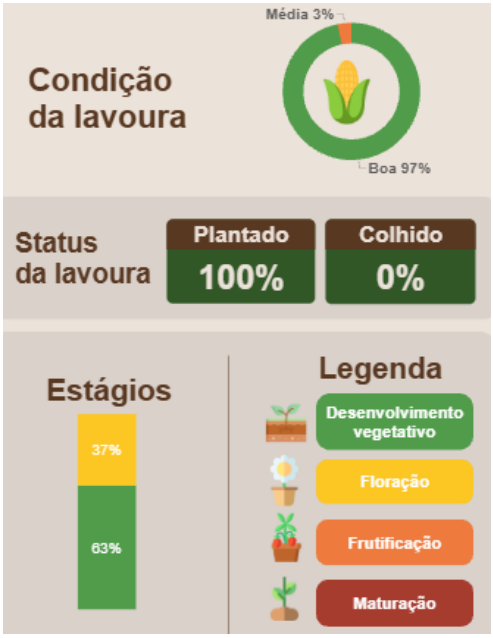
Em Mato Grosso do Sul, as precipitações interromperam as operações de colheita, que se aproxima da finalização. Em Goiás, a colheita avança nas áreas irrigadas e as produtividades obtidas estão abaixo das estimativas. Em Minas Gerais, a colheita das áreas irrigadas avançou, confirmando redução da produtividade estimada e da qualidade inferior da produção colhida. Na Bahia, as lavouras apresentam bom desenvolvimento e estão nos estádios de enchimento de grãos e maturação, no estado de São Paulo, chuvas intensas paralisaram momentaneamente a colheita em algumas regiões.

O boletim de safras da Conab, divulgado em agosto, revela que a produção brasileira de trigo deve chegar a 5,8 milhões de toneladas em 2026, volume 26,2% inferior ao registrado na safra de 2025. Essa redução na produção é resultado tanto da diminuição da área plantada (-20,4%), quanto da produtividade média das lavouras (-7,2%). Segundo a companhia, essa retração está associada às condições de mercado para a cultura e à cautela dos produtores diante do risco climático.

Safra Catarinense

Até a última semana de agosto, o plantio do trigo em Santa Catarina foi concluído em todo o estado. Atualmente, 97% das áreas apresentam boas condições, enquanto 3% são classificadas como regulares. De forma geral, as lavouras implantadas mostram boa germinação, emergência e início de desenvolvimento vegetativo. Em aproximadamente 63% da área plantada no estado,

as lavouras encontram-se em fase de desenvolvimento vegetativo, enquanto em 37% elas avançaram para a fase de floração.



Nas MRG's (microrregiões geográficas) de Chapecó e Xanxerê, que respondem por 38% da produção estadual, observaram-se boas condições de lavoura na primeira quinzena do mês de agosto, período em que os baixos volumes de precipitação favoreceram o desenvolvimento das plantas e a realização dos tratos culturais. A maior parte das lavouras encontra-se em espigamento, enquanto as demais seguem avançando no ciclo. Na segunda quinzena, os elevados volumes de chuva aumentaram a atenção quanto à ocorrência de doenças, especialmente a giberela. As condições de elevada umidade podem favorecer o avanço de doenças, sendo necessário acompanhar os possíveis impactos sobre as lavouras nas próximas semanas. Na MRG de São Miguel do Oeste, que participa com 11% da produção estadual, as temperaturas estiveram em elevação, o que favorece o desenvolvimento de doenças fúngicas, como a giberela e a brusone. Em toda a região, há predomínio da fase de floração e formação de grãos, com algumas áreas avançando para a fase de maturação. No geral, as lavouras estão em excelentes condições.

Nas MRG's de Curitibanos, Concórdia e Joaçaba, que juntas respondem por 22% da produção estadual, o mês de agosto foi marcado pela alternância de períodos com intensa precipitação e momentos de tempo firme. As lavouras estão nas fases de emborrachamento (período anterior ao espigamento, quando a espiga está inchada dentro da bainha) e espigamento (quando a espiga emerge da bainha). As primeiras áreas implantadas já avançaram para a fase de floração. De maneira geral, as lavouras seguem bem avaliadas e com expectativa de boa safra.

No Sul do estado, nas MRG's de Criciúma e Tubarão, o mês de agosto registrou semanas alternadas de muita chuva e estiagem, além de um aumento das temperaturas diurnas. Boa parte do trigo está em maturação e sofrendo com a umidade. O período com menor volume de chuvas foi propício para o desenvolvimento das plantas, mas a ocorrência de temporais nas últimas semanas do mês pode comprometer a sanidade das lavouras.

Para a safra 2026/27, a expectativa até o momento é de uma redução de aproximadamente 35% na área plantada em comparação com a safra passada. Da mesma forma, a produtividade também deverá cair: a estimativa é de diminuição de 2,5% na produtividade média do estado. Assim, prevê-se que, ao final da safra, a produção seja de aproximadamente 243 mil toneladas do cereal, volume que representa uma redução de cerca de 37% em comparação à temporada anterior.

Tabela 3 - Trigo – Comparativo de safras

Microrregião	Safra 2025/26			Estimativa Safra 2026/27				Variação (%)		
	Área (ha)	Produt. (kg/ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Produt. (kg/ha)	Produção (t)	Particip. produção (%)	Área	Produt.	Prod.
Araranguá	567	3.098	1.756	-	-	-	-	-	-	-
Campos de Lages	3.680	3.455	12.714	2.176	3.602	7.838	2,89	-40,87	4,26	-38,35
Canoinhas	16.700	3.488	58.245	10.355	3.489	36.124	13,31	-37,99	0,02	-37,98
Chapecó	22.208	3.538	78.562	17.490	3.431	60.002	22,10	-21,24	-3,02	-23,62
Concórdia	2.310	4.052	9.361	1.555	3.977	6.185	2,28	-32,68	-1,86	-33,93
Criciúma	419	3.157	1.323	165	2.894	478	0,18	-60,62	-8,33	-63,90
Curitibanos	15.750	4.577	72.083	8.195	4.182	34.271	12,62	-47,97	-8,63	-52,46
Ituporanga	1.190	2.399	2.855	670	2.743	1.838	0,68	-43,70	14,34	-35,62
Joaçaba	7.540	3.875	29.216	5.111	3.863	19.745	7,27	-32,21	-0,30	-32,42
Rio do Sul	1.125	2.470	2.779	820	2.321	1.903	0,70	-27,11	-6,05	-31,52
São Bento do Sul	700	3.343	2.340	500	3.340	1.670	0,62	-28,57	-0,09	-28,63
São M. do Oeste	11.120	3.552	39.504	8.550	3.502	29.943	11,03	-23,11	-1,42	-24,20
Tabuleiro	57	3.100	176,7	50	3.000	150	0,06	-12,28	-3,23	-15,11
Tubarão	401	3.008	1.206	50	2.800	140	0,05	-87,53	-6,93	-88,40
Xanxerê	20.780	3.415	70.954	12.410	3.461	42.957	15,82	-40,28	1,37	-39,46
Santa Catarina	104.547	3.664	383.075	68.097	3.572	243.242	100,00	-34,86	-2,51	-36,50

Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026



Hortaliças

Alho 42
Cebola 46

Alho

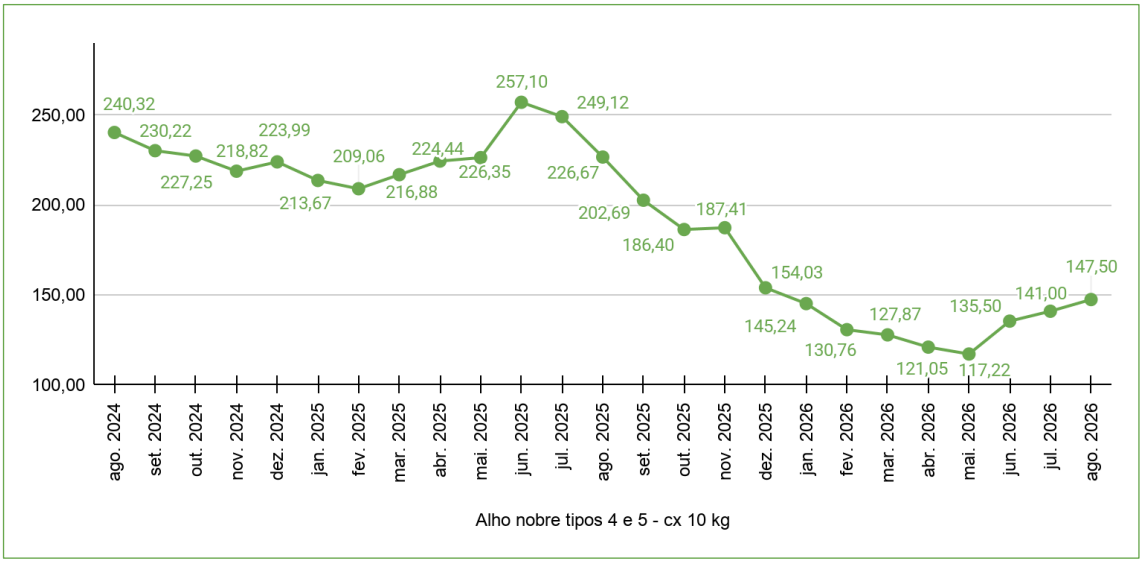
Lillian Bastian
Desenvolvimento Rural, Dra. – Epagri/Cepa
lillianbastian@epagri.sc.gov.br

Mercado – Preço no mercado atacadista

O preço do alho no atacado catarinense reflete a disponibilidade de alho no mercado nacional, e em certa medida o internacional, dado que um volume significativo de alho consumido no Brasil é originário do exterior. De acordo com os dados da Figura 1, o preço do quilo do alho em agosto esteve cotado em R$14,75, aumento de 5%, aproximadamente, em relação a julho, quando o preço foi de R$14,10. Com relação ao mesmo mês do ano passado, registra-se uma retração de 35% nas cotações. Naquele mês o preço era de R$22,66.

Conforme a figura percebe-se que os preços no segundo semestre de 2024 e primeiro semestre de 2025 estiveram mais elevados do que os meses ao final da linha temporal. Os elementos que auxiliam a compreender essa disposição podem ainda não estar suficientemente claros e disponibilizados, mas estão ligados à produção interna e aumento das importações. Embora os dados da última Pesquisa dos Orçamentos Familiares (POF) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) indiquem que o consumo do alho, entre os brasileiros, aumentou 27% de 2002 a 2018 e que a produção interna tenha registrado queda de 5% de 2022 para 2024, caindo de 181,1 mil toneladas para 172,8 mil toneladas (IBGE, 2025), houve um aumento de 33% nas importações de 2022 para 2025. O volume importado em 2022 foi de 119,7 mil toneladas e em 2025 foi de 158,8 mil toneladas (BRASIL, 2026). Se a diminuição na produção interna, para os últimos anos, foi de 8,3 mil toneladas, o aumento no volume importado foi de 39,1 mil toneladas.

Figura 1 - Alho – SC: evolução do preço médio mensal ao atacado, em reais – (ago./2024 a ago./2026)



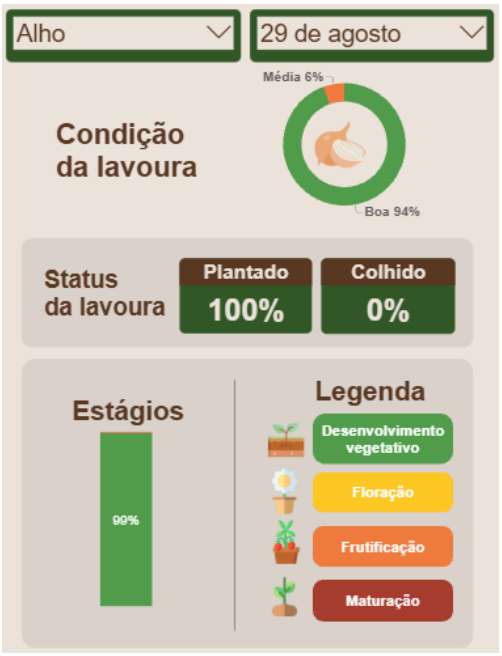
Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026
Preço médio mensal. Em valores deflacionados conforme o IGP-DI/FGV para julho de 2026.

A retração nos preços a partir do segundo semestre de 2025, com alguma recuperação a partir de junho de 2026, indica, dentre outras coisas, que a produção de alho em 2025 foi superior àquela de 2024. Os dados da produção das lavouras temporárias, para o último ano, ainda não foram divulgados pelo IBGE, não permitindo a comprovação desta informação. Essa produção somada ao aumento no volume importado, reduziu os preços e tem reduzido as margens dos produtores.

Informações da Associação Nacional dos Produtores de Alho (Anapa) indicam que, atualmente, o mercado nacional está abastecido, principalmente, com o alho do Cerrado. Os preços ao produtor de Minas Gerais e Goiás continuam abaixo do esperado e alguns municípios desses dois estados, especialmente do mineiro, decretaram estado de emergência econômica para facilitar a renegociação de dívidas junto às instituições financeiras.

Safra Catarinense

As lavouras seguem em desenvolvimento vegetativo, com algumas áreas próximas à diferenciação ou em fase de diferenciação, que é quando os bulbilhos começam a se formar. A maior parte das lavouras se encontra em boas condições. No segundo decêndio de agosto houve formação de geadas, sem prejuízo às lavouras. No terceiro decêndio ocorreram dias mais ensolarados e foi possível colocar o tratamento químico em dia. As lavouras estão se desenvolvendo de modo mais lento, por conta do excesso de chuva e dias nublados. Há algum relato de bacteriose.



As estimativas de safra permanecem as mesmas do boletim passado. As microrregiões de Curitibanos e Joaçaba concentram a maior parte das lavouras, conforme a tabela 1. Estima-se que o município de Fraiburgo produzirá em torno de 29% dos bulbos a serem colhidos entre novembro e dezembro em Santa Catarina.

Tabela 1 - Alho – SC: distribuição Microrregional – Comparativo entre área de plantio, produtividade e produção – Safras 2025/26 e 2026/27

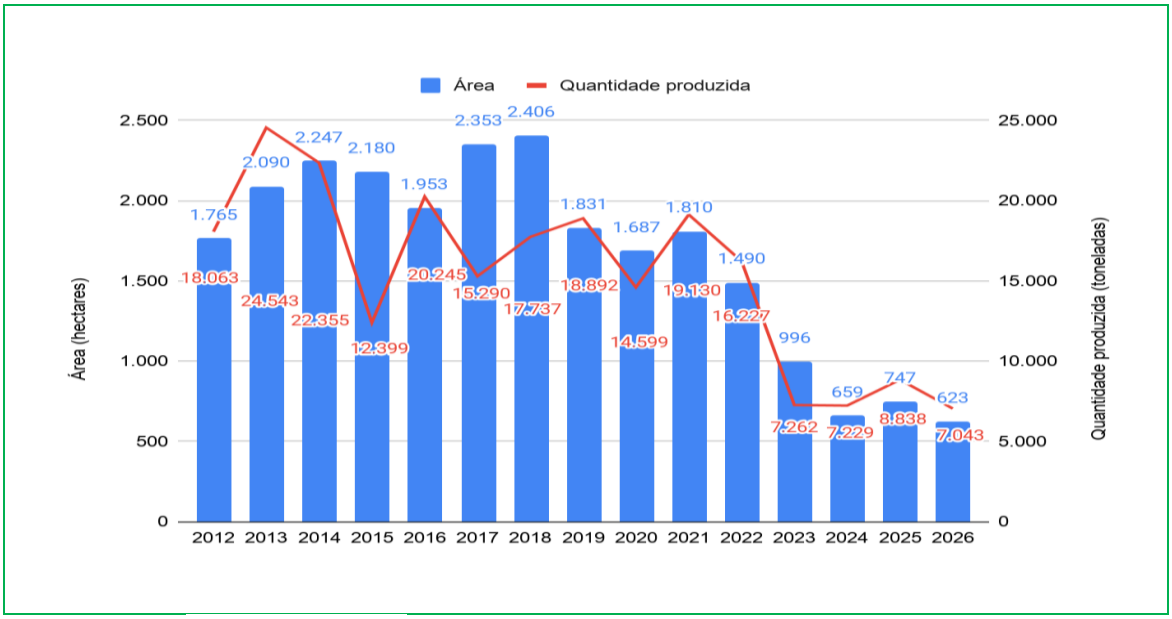
Microrregião	Safra 2025/26			Estimativa Safra 2026/27				Variação (%)		
	Área (ha)	Produtiv. (kg/ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produtiv. (kg/ha)	Prod. (t)	Particip. produção (%)	Área	Produtiv.	Prod.
Campos de Lages	16	9.938	159	10	9.900	99	1,41	-37,5	-0,38	-37,74
Curitibanos	405	11.894	4.817	348	10.958	3.814	54,15	-14,07	-7,86	-20,83
Joaçaba	326	11.847	3.862	265	11.811	3.130	44,44	-18,71	-0,3	-18,95
Total geral	747	11.831	8.838	623	11.304	7.043	100,00	-16,6	-4,45	-20,31

Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026

Outros dois municípios se destacam na produção. São Frei Rogério e Curitibanos que produzirão em torno de 26% e 22% do estimado, respectivamente. A produção estimada desses três municípios agrega 77% do esperado para a safra 2026/27. Foi justamente na região do Planalto Catarinense que foi desenvolvida, por Takashi Chonan, a variedade de alho nobre roxo.

A tradição na produção do alho roxo nobre catarinense confronta-se com as leis do mercado e tal confrontação tem feito a área do cultivo diminuir ao longo dos anos. Na Figura 2 constam área e quantidade produzida de alho em Santa Catarina, de 2012 a 2026. A área cultivada e a produção estimada em 2026 são as menores da série temporal. As razões que conduziram a esta diminuição remetem, principalmente, ao preço recebido pelo produtor nas últimas safras que tem estado abaixo dos custos de produção. Esse preço é influenciado diretamente pelo volume importado de alho.

Figura 2 - Alho – SC: evolução da área cultivada e da quantidade produzida – (2012-2026).



Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026

Importações

O volume incorporado em agosto arrefeceu, sendo 28% menor ao do mês anterior e 15% maior ao importado em agosto de 2025 (Tabela 2). Desta forma, se confirmou a suposição lançada no boletim anterior de que haveria nova retração nos volumes incorporados entre julho e agosto. Essa diminuição é um reflexo do início da comercialização da safra do Cerrado, que está em boa qualidade e em volume inferior ao da safra passada.

Tabela 2 - Alho – Brasil: evolução do volume das importações mensais – (jan./2024 a ago./2026)

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
2024	14,89	15,77	15,87	16,36	16,67	13,27	12,94	7,96	1,98	4,62	6,39	18,87	**145,57**
2025	15,32	14,62	15,97	20,11	17,74	15,25	10,48	8,3	10,73	4,43	4,69	21,14	**158,78**
2026	13,76	17,74	16,66	14,28	19,47	13,75	13,2	9,52	-	-	-	-	**118,38**

Fonte: Comex Stat/MDIC, setembro/2026. Em mil toneladas

Para o próximo mês não é possível ter um delineamento minimamente claro de como se comportará o mercado quanto ao volume importado. No entanto, se o volume aportado pela região do Cerrado é em volume menor ao do ano passado, muito possivelmente o volume importado se manterá em patamar intermediário ao verificado para setembro de 2024 e de 2025. No entanto, caso os preços do alho continuem a subir, tal qual foi constatado para o atacado, surge uma oportunidade de mercado para o alho chinês.

Os dispêndios financeiros com a importação são mencionados na Tabela 3. Houve redução de 30% em relação ao mês passado e aumento de 38% em relação ao mesmo mês de 2025. A diminuição, entre os últimos três meses, nos volumes do produto importado, assim como dos dispêndios financeiros foi acompanhada de uma minimização do preço pago pelo quilo do produto que ficou em US$1,25. No mês passado esse preço foi de US$1,30. Já no comparativo com o mesmo mês do ano passado, apura-se uma maximização do preço, pois naquele mês a cotação era de US$1,04.

Tabela 3 - Alho – Brasil: evolução dos custos das importações mensais – (jan./2024 a ago./2026)

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
2024	16,34	17,83	20,48	24,1	24,33	18,14	16,1	8,94	2,51	5,62	7,48	25,65	**187,5**
2025	21,41	21,04	22,45	26,73	25,05	24,13	12,35	8,66	11,24	4,58	5,68	28,1	**211,42**
2026	17,64	20,83	20,11	18,45	25,12	18,52	17,2	11,98	-	-	-	-	**149,85**

Fonte: Comex Stat/MDIC, setembro/2026. Valores nominais em milhões de dólares americanos

Constatou-se diminuição do volume trazido da Argentina, Egito e Espanha e aumento do volume advindo da China. Em torno de 75% do alho trazido do exterior veio da China, e 5% veio da Argentina. Do Egito vieram 20% e a Espanha teve uma participação ínfima.

Cebola

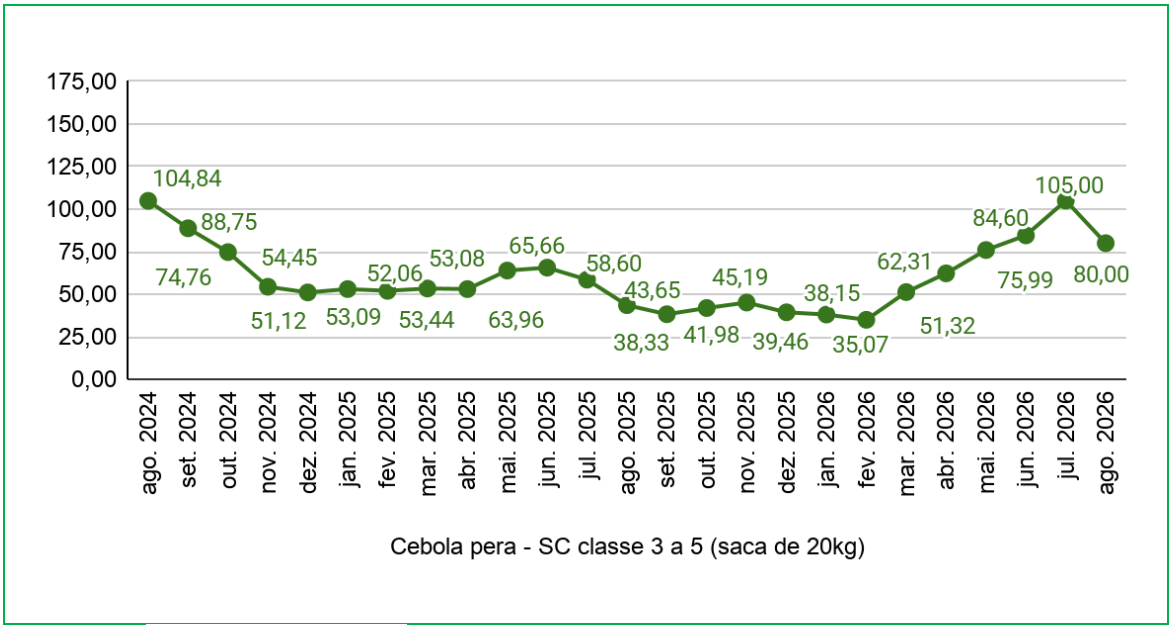
Lillian Bastian
Desenvolvimento Rural, Dra. – Epagri/Cepa
lillianbastian@epagri.sc.gov.br

Mercado - preço no mercado atacadista

No último mês houve uma queda significativa no preço da cebola no atacado catarinense. Obviamente que esse comportamento reflete o abastecimento dos bulbos no mercado nacional. No mês de julho o quilo da cebola estava registrado em R$5,25 caindo para R$4,00 em agosto, retração de 24% nas cotações. Já com relação ao mesmo mês de 2025, houve um aumento de 83%. Naquele mês o preço ficou em R$2,18. Da série histórica trazida na Figura 1, o preço da saca de 20 quilos de julho de 2026 é o mais elevado. O segundo preço mais elevado é o de agosto de 2024. O preço da saca de 20 quilos de julho de 2024, que não consta na figura, foi de R$134,31, em valores deflacionados, ou R$6,71 o quilo. Ressaltando que os preços em meados de 2024 foram influenciados pela baixa oferta decorrente da quebra de safra de 2023/24 do Sul.

No ano intermediário da série, 2025, o preço para os meses de julho (R$2,93 o quilo) e agosto (R$2,18 o quilo) estiveram cotados em patamares bem abaixo dos registrados no mesmo bimestre dos outros dois anos da figura. O ano de 2025 é marcado por um cenário de excesso de oferta. Com a quebra da safra do Sul, as regiões produtoras do Cerrado, São Paulo e Nordeste expandiram suas áreas com intenção de se capitalizarem por conta dos preços altos. No entanto, isso conduziu à sobreposição de calendários típicos durante a colheita, que, conciliada com o clima favorável, propiciou o ápice do potencial produtivo no Brasil e manteve a oferta elevada durante o ano, fazendo com que o preço só começasse a se recuperar a partir de março de 2026.

Figura 1 - Cebola – SC: evolução do preço médio real mensal ao atacado, em reais – (ago./2024 a ago./2026)

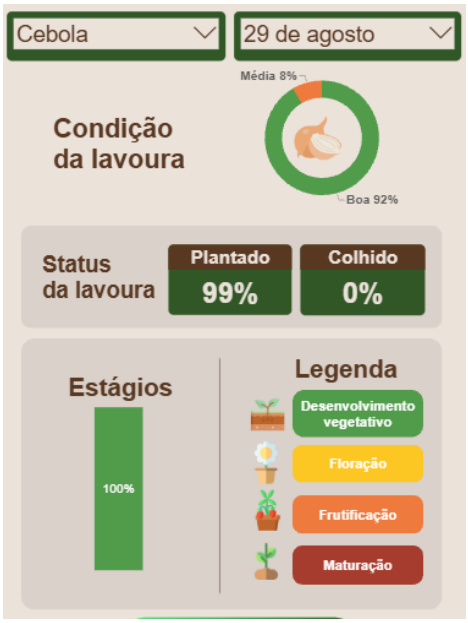


Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026
Preço médio mensal. Em valores deflacionados conforme o IGP-DI/FGV para julho de 2026.

No entanto, todas as safras possuem suas especificidades. A safra atual tem sido influenciada pelas chuvas que atingem as lavouras em períodos cruciais, provocando atrasos e lacunas no oferecimento do produto ao mercado e oscilação do preço. De acordo com dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea, 2026), nas últimas quatro semanas, as cotações variaram negativamente e positivamente. Em meados de agosto, o preço caiu em todas as praças que têm comercializado os bulbos (Brasília, Divinolândia, Irecê, Monte Alto, São José do Rio Pardo, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Vale do São Francisco), para virem a se recuperar a partir da última semana de agosto e da primeira semana de setembro.

Safra catarinense

O plantio da cebola praticamente terminou, com as últimas áreas sendo plantadas no início de setembro. As chuvas atrapalharam os trabalhos de transplantio e atrasaram o calendário agrícola. A despeito destas condições, a maioria das lavouras apresenta bom desenvolvimento, conforme imagem ao lado, com algumas áreas em médias condições e relatos de erosão em superfícies com alguma declividade.



As estimativas da safra 2026/27 se mantiveram iguais àquelas registradas no boletim passado, como é possível visualizar na tabela a seguir. A microrregião de Ituporanga continua sendo a que concentra a maior produção estimada, 46% do total, seguida pela microrregião de Tabuleiro, com 18%. Os principais municípios produtores são Ituporanga e Alfredo Wagner. Ambos os municípios com previsão de colherem 26% e 17% do esperado para Santa Catarina na safra vindoura.

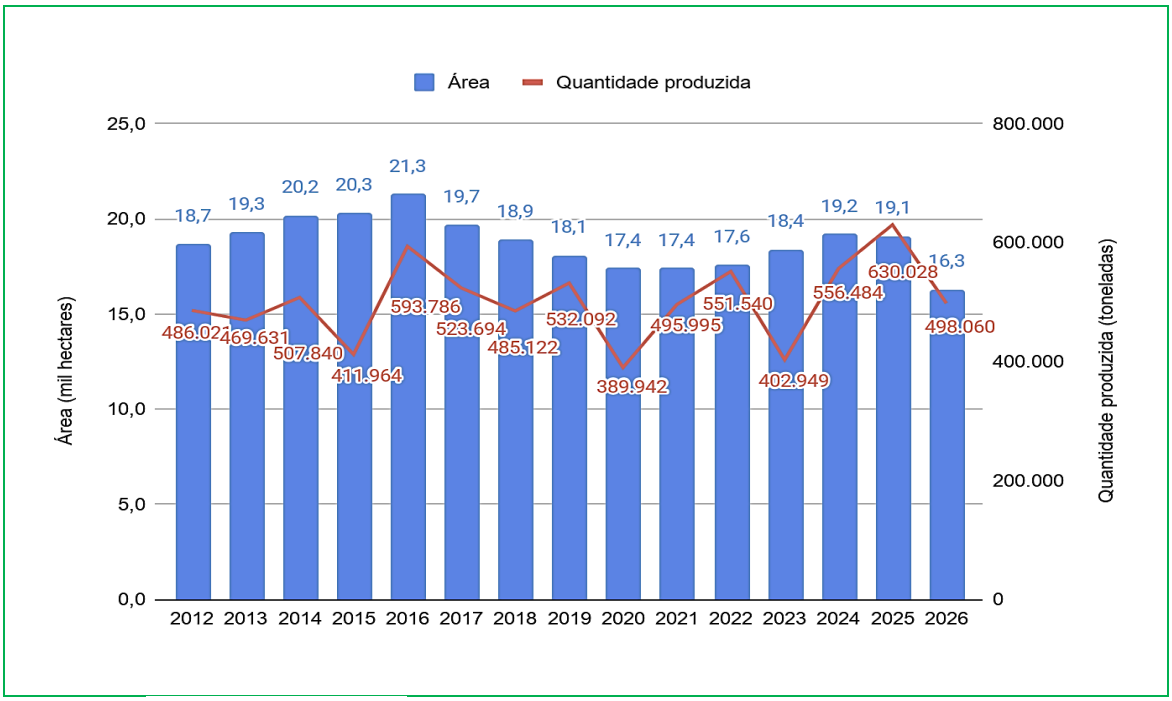
Tabela 1 - Cebola – SC: distribuição microrregional – Comparativo entre área de plantio, produtividade e produção – Safras 2025/26 e 2026/27

Microrregião	Safra 2025/26			Estimativa Safra 2026/27				Variação (%)		
	Área (ha)	Produt. (kg/ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Produt. (kg/ha)	Prod. (t)	Particip. Prod. (%)	Área	Produt.	Prod.
Blumenau	3	20.000	60	0	0	0	0,00	-100	-100	-100
Campos de Lages	1.215	31.081	37.764	1.080	34.699	37.475	7,52	-11,11	11,64	-0,77
Canoinhas	170	43.235	7.350	170	43.235	7.350	1,48	0	0	0
Curitibanos	312	45.833	14.300	277	42.700	11.828	2,37	-11,22	-6,84	-17,29
Ituporanga	8.723	34.211	298.422	7.510	30.513	229.150	46,01	-13,91	-10,81	-23,21
Joaçaba	1.797	40.857	73.420	1.155	38.797	44.810	9,00	-35,73	-5,04	-38,97
Rio do Sul	1.757	32.461	57.034	1.644	29.749	48.907	9,82	-6,43	-8,36	-14,25
Tabuleiro	3.861	27.149	104.823	3.256	26.963	87.790	17,63	-15,67	-0,69	-16,25
Tijucas	1.282	28.748	36.855	1.230	25.000	30.750	6,17	-4,06	-13,04	-16,56
Santa Catarina	19.120	32.951	630.028	16.322	30.515	498.060	100,00	-14,63	-7,39	-20,95

Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026

Na Figura 2 constam a área destinada ao cultivo da cebola e a produção obtida para o período de 2012 a 2026. Com exceção da produção de 2026, que é uma estimativa, as demais informações são consolidadas. A área da cebola de 2026 é a menor da série histórica gerada pela Epagri/Cepa. As maiores áreas foram as registradas no triênio 2014-2016, sendo a maior aquela de 2016. Já a maior produção é a da última safra, 2025, seguida pelo volume colhido na safra de 2016. O volume colhido no estado, de 2012 a 2026, e as áreas que foram destinadas aos cultivos podem ser conferidas na Figura 2.

Figura 2 - Cebola – SC: evolução da área cultivada e da quantidade produzida – (2012-26)



Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026

Importações

As cebolas importadas pelo Brasil em agosto de 2026 contabilizaram, aproximadamente, 461 toneladas. Esse volume é 95% inferior ao volume introduzido ao país em julho de 2026 e 236% superior em relação ao volume trazido do exterior em agosto de 2025. O volume incorporado mensalmente de bulbos estrangeiros, de março à agosto de 2026 foi superior aos respectivos meses de 2025, com exceção de maio, para o qual as importações são mais significativas em 2025.

Tabela 2 - Cebola – Brasil: evolução do volume das importações mensais (jan./2024 a ago./2026)

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
2024	5.018	22.930	48.987	83.672	65.851	23.255	2.310	3.040	329	1.295	475	268	**257.430**
2025	308	2.584	19.075	29.422	60.207	22.391	2.477	137	26	0	327	882	**137.835**
2026	186	417	23.355	42.265	53.502	38.108	9.450	461	-	-	-	-	**167.744**

Fonte: Comex Stat/MDCS, setembro/2026. Em toneladas.

A tonelagem importada de cebola respeita uma dinâmica guiada pela disponibilidade interna. Quanto maior a disponibilidade, menor será o volume trazido do exterior. Quanto menor a disponibilidade, maior deve ser o volume incorporado ao mercado interno. Os volumes expostos na Tabela 2 refletem bem essa dinâmica, como discutido na primeira parte deste boletim. A variação nos dispêndios financeiros, inerentes à importação da cebola pelo país, indicam uma retração de quase 90% no comparativo com o mês anterior. No comparativo com agosto de 2025, o gasto é quase 867% mais elevado, conforme Tabela 3. Esses números indicam que as cebolas importadas em agosto de 2026 possuem um custo por quilo maior.

Tabela 3 - Cebola – Brasil: evolução dos custos das importações mensais – (jan./2024 a ago./2026)

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
2024	1.665	5.150	15.351	28.549	23.019	6.954	1.155	1.442	148	521	280	172	**84.407**
2025	199	573	4.057	5.106	9.749	3.913	451	29	18	-	225	523	**24.843**
2026	139	116	5.408	10.250	15.299	12.412	2.844	285	-	-	-	-	**46.753**

Fonte: Comex Stat/MDIC, setembro/2026. Valores nominais em mil dólares americanos.

O preço de agosto de 2026 é quase três vezes maior que o de agosto de 2025 e mais que o dobro do registrado em julho de 2026. Cada quilo da cebola foi incorporado por US$0,61, ao passo que no mês passado o preço pago por cada quilo foi de US$0,30 e em agosto de 2025 foi de US$0,21.

Do total importado, a parte mais significativa veio da Espanha, em torno de 75%. Os demais 25% advieram dos Países Baixos. Já o volume de recursos gastos com essa importação foi 86% destinado para o primeiro país e os demais 14% remetidos ao segundo país. As cebolas espanholas adentram a um custo de US$0,71 o quilo e as holandesas a US$0,33.



Pecuária

Avicultura 51
Bovinocultura 58
Suinocultura 63
Leite 69

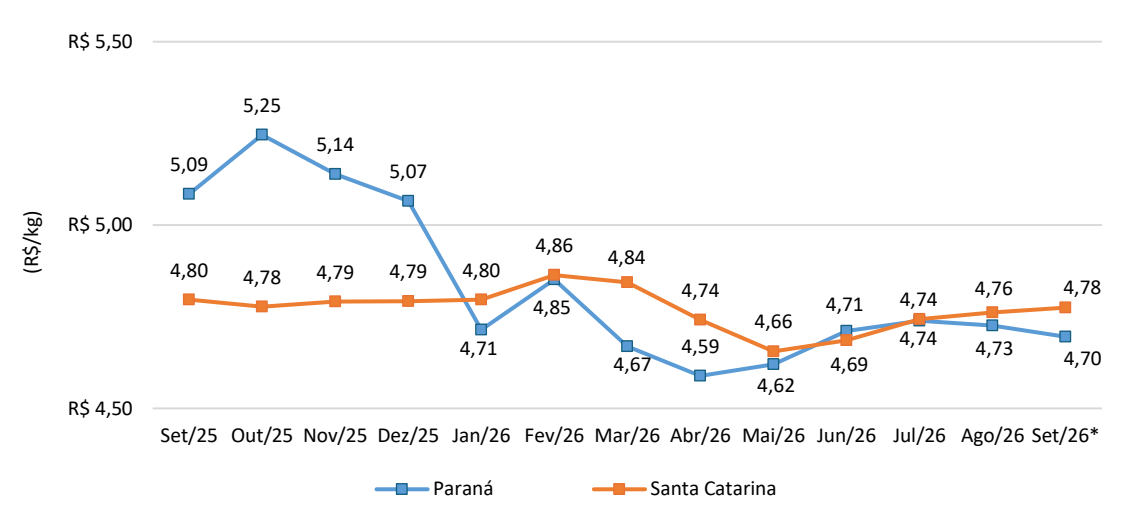
Avicultura

Alexandre Luís Giehl
Engenheiro-agrônomo – Epagri/Cepa
alexandregiehl@epagri.sc.gov.br

Preços

Na primeira quinzena de setembro, os preços do frango vivo mais uma vez apresentaram movimentos distintos nos dois principais estados produtores: queda de 0,6% no Paraná e alta de 0,3% em Santa Catarina, na comparação com o mês anterior. Em relação aos preços de setembro de 2025 – corrigidos pelo IGP-DI –, verificaram-se quedas nos dois estados: -7,7% no Paraná e -0,4% em Santa Catarina.

Figura 1 - Frango vivo – Santa Catarina e Paraná: preço médio mensal aos avicultores (R$/kg)**

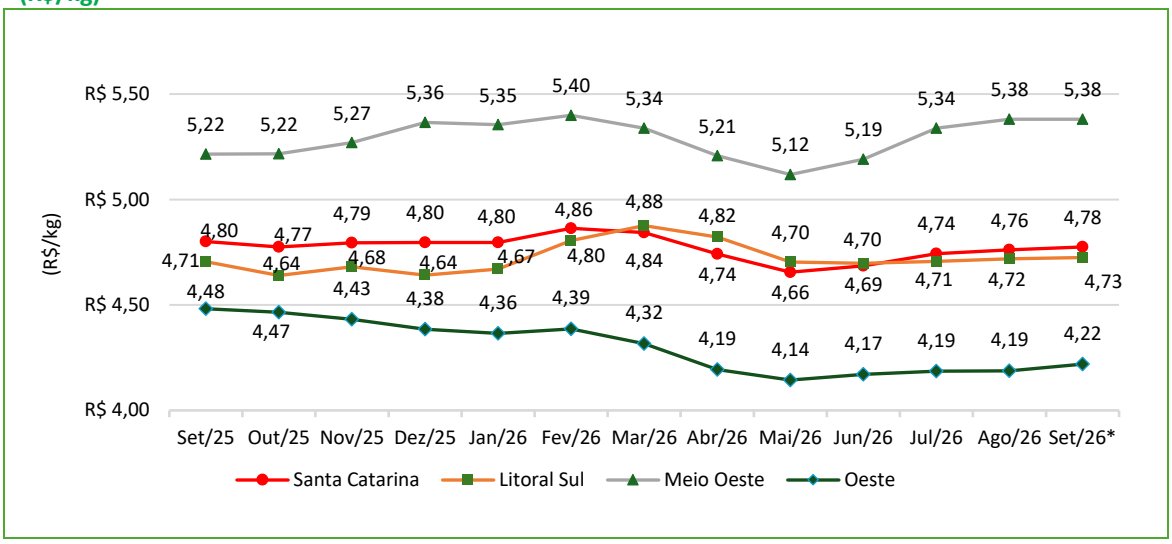


Fonte: Epagri/Cepa (SC); Seab (PR)
* Os valores de setembro de 2026 são preliminares (referentes aos dias 1 a 15 do mês).
** Refere-se ao custo do frango vivo na integração, posto na plataforma da agroindústria.
Valores corrigidos pelo IGP-DI.

Nas três regiões catarinenses em que a Epagri/Cepa realiza levantamentos, os preços também apresentaram movimentos distintos entre si na primeira quinzena de setembro. No Oeste e no Litoral Sul, observaram-se leves altas (0,8% e 0,1%, respectivamente), enquanto no Meio Oeste os preços permaneceram inalterados em relação ao mês anterior.

Ao comparar os valores atuais com os de setembro de 2025 – corrigidos pelo IGP-DI –, observam-se variações positivas nas regiões Meio Oeste (3,2%) e Litoral Sul (0,4%), enquanto na região Oeste registrou-se queda (-5,8%).

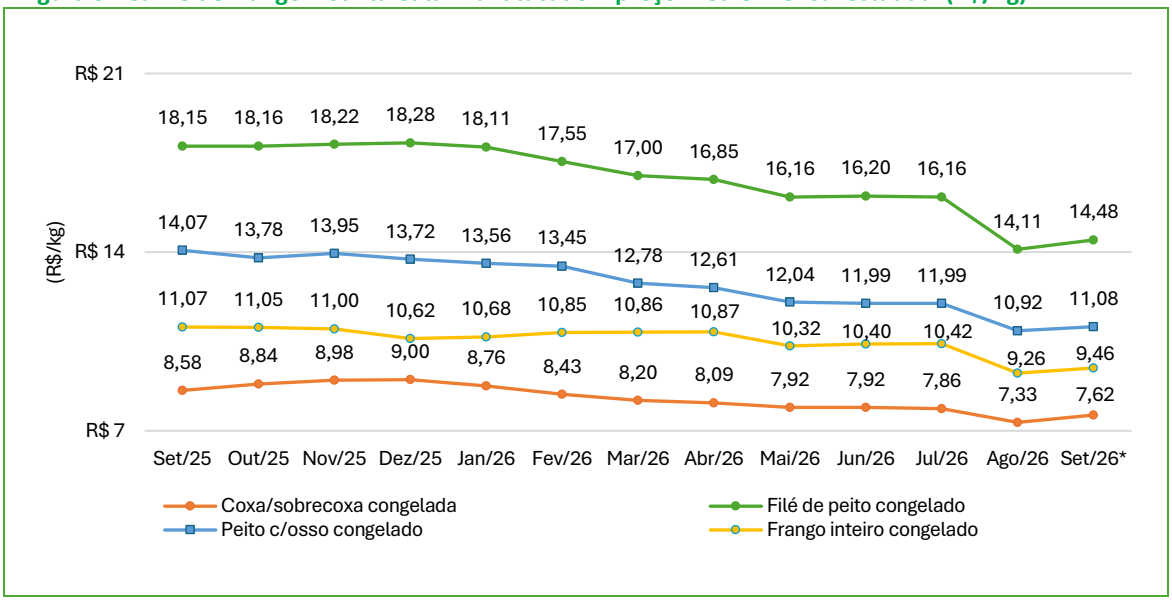
Figura 2 - Frango vivo – Santa Catarina: preço médio pago ao produtor nas principais regiões do estado (R$/kg)



Fonte: Epagri/Cepa
(1) Refere-se ao custo do frango vivo na integração, posto na plataforma da indústria.
Valores corrigidos pelo IGP-DI.
* Os valores de setembro de 2026 são preliminares (referentes aos dias 1 a 15 do mês).

No mercado atacadista, a primeira quinzena de setembro foi marcada por variações positivas nos preços quando comparados ao mês anterior, situação que não era observada desde abril passado: coxa/sobrecoxa (3,9%), filé de peito (2,6%), frango inteiro (2,1%) e peito com osso (1,5%). Com isso, a variação média dos quatro cortes foi de 2,5%. Contudo, no ano a carne de frango acumula queda de 15,3%.

Figura 3 - Carne de frango – Santa Catarina: atacado – preço médio mensal estadual (R$/kg)



Fonte: Epagri/Cepa
Valores corrigidos pelo IGP-DI.
* Os valores de setembro de 2026 são preliminares (referentes aos dias 1 a 15 do mês).

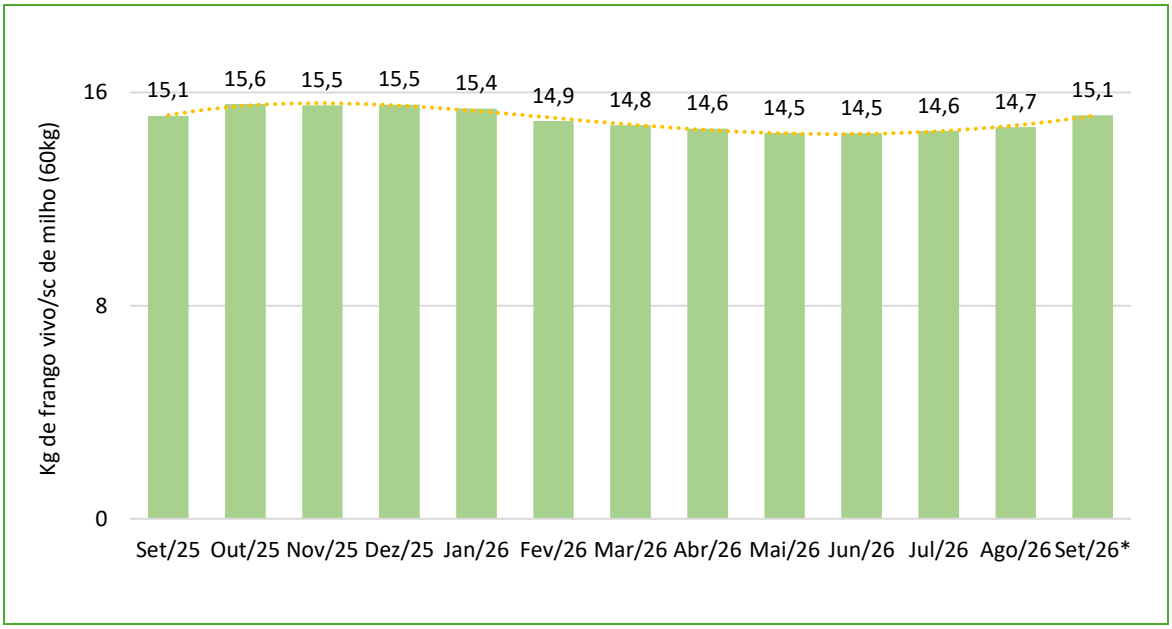
Ao comparar os valores deste mês com os de setembro de 2025 – corrigidos pelo IGP-DI do período –, observa-se que todos os cortes apresentaram variações negativas expressivas: peito com osso (-21,3%); filé de peito (-20,2%); frango inteiro (-14,5%); coxa/sobrecoxa (-11,2%). A variação média dos quatro cortes foi de -16,8%.

Custos

Segundo a Embrapa Suínos e Aves, em agosto o custo de produção de frangos em aviário climatizado de pressão positiva em Santa Catarina foi de R$5,00/kg de peso vivo, o que representa uma leve alta de 0,6% em relação ao mês anterior. Apesar das sucessivas elevações observadas nos últimos cinco meses, o custo de agosto está 4,1% abaixo do registrado no mesmo mês de 2025 (corrigido pelo IGP-DI).

A relação de troca insumo-produto apresentou alta de 3,0% na primeira quinzena de setembro em relação ao mês anterior. Na comparação com setembro de 2025, observou-se leve alta de 0,2%.

Figura 4 - Frango vivo – Santa Catarina: quantidade necessária (kg) para adquirir uma saca (60kg) de milho

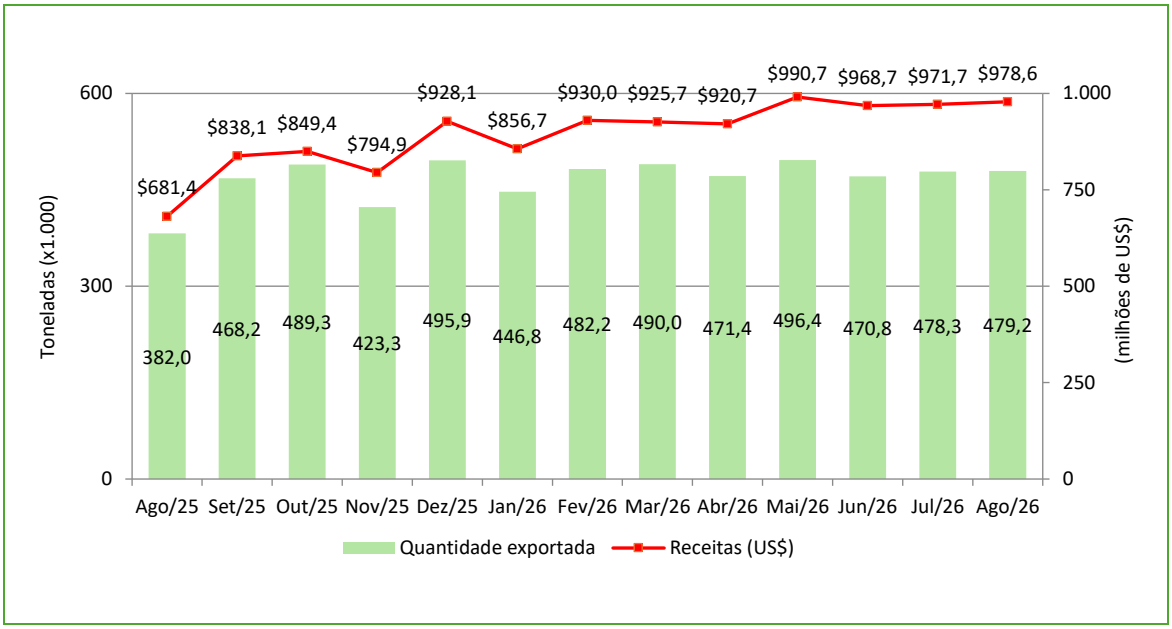


Fonte: Epagri/Cepa
Para o cálculo da relação de equivalência, utilizam-se os preços médios estaduais do frango vivo (ao produtor) e do milho (atacado).
* Os valores de setembro de 2026 são preliminares (referentes aos dias 1 a 15 do mês).

Comércio exterior

O Brasil exportou 479,2 mil toneladas de carne de frango em agosto, o que representou alta de 0,2% em relação a julho e de 25,4% na comparação com agosto de 2025. As receitas somaram US$978,6 milhões, crescimento de 0,7% frente ao mês anterior e de 43,6% em relação a agosto de 2025. O valor exportado no mês passado representa o segundo melhor desempenho da série histórica, iniciada em 1997, atrás apenas de maio passado.

Figura 5 - Carne de frango – Brasil: quantidade exportada e receitas



Fonte: MDIC/Comex Stat

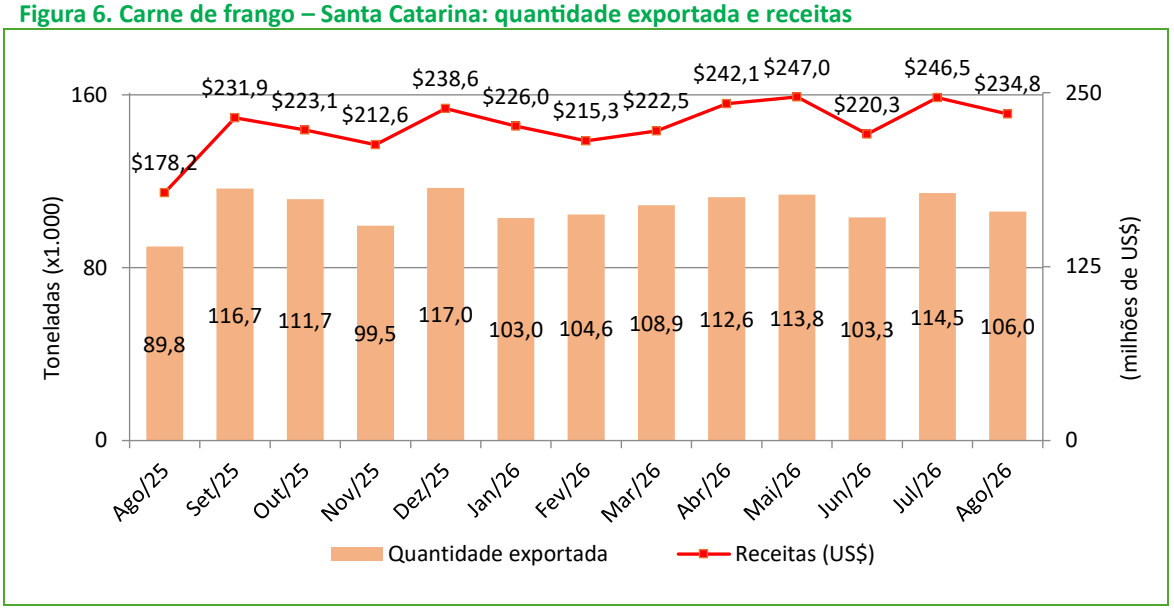
No acumulado de janeiro a agosto, o Brasil exportou 3,82 milhões de toneladas, com receitas de US$7,54 bilhões – altas de 16,2% e 22,8%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano passado. Os resultados dos primeiros oito meses representam o melhor desempenho da série histórica tanto em termos de receitas quanto em volume.

Os principais destinos da carne brasileira nesse período do ano foram: China (13,8% das receitas), Japão (11,1%), Arábia Saudita (9,3%) e Emirados Árabes Unidos (7,9%).

Santa Catarina, por sua vez, exportou 106,0 mil toneladas de carne de frango em agosto, volume que representa queda de 7,4% em relação a julho, mas alta de 18,1% na comparação com agosto de 2025. Já as receitas totalizaram US$ 234,8 milhões, redução de 4,8% frente a julho, mas alta de 31,8% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Quando se consideram as receitas, o resultado de agosto representa o melhor desempenho da série histórica para o referido mês, além de ser o segundo melhor em quantidade.

Vale ressaltar que, no início de maio de 2025, registrou-se o primeiro foco de influenza aviária em uma granja comercial no Rio Grande do Sul, o que derrubou de maneira expressiva as exportações daquele mês e levou a uma base de comparação bastante reduzida, fator que justifica parte da variação expressiva na comparação anual.

Figura 6. Carne de frango – Santa Catarina: quantidade exportada e receitas



Fonte: MDIC/Comex Stat

O valor médio da carne de frango *in natura* exportada por Santa Catarina em agosto foi de US$2.183,95 por tonelada – alta de 4,7% em relação a julho e de 10,9% na comparação com agosto de 2025.

No acumulado dos primeiros oito meses do ano, o estado exportou 866,6 mil toneladas, gerando US$1,85 bilhão em receitas. Esses valores representam aumentos de 14,5% e 20,1%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2025. Com esses números, Santa Catarina alcançou o melhor desempenho da história em termos de receitas para esse período do ano, além do segundo maior volume já registrado para o intervalo.

De janeiro a agosto deste ano, os principais destinos da carne de frango catarinense foram Países Baixos (14,7% do total), Japão (12,3%), China (10,8%) e Arábia Saudita (8,8%), conforme evidencia a Tabela 1.

Tabela 1 - Carne de frango – Santa Catarina: principais destinos das exportações – jan.-ago./2026

País	Valor (US$)	Participação (%)	Quantidade (t)	Participação (%)
Países Baixos	272.350.476,00	14,7	78.580	9,1
Japão	227.765.943,00	12,3	89.040	10,3
China	199.893.923,00	10,8	83.439	9,6
Arábia Saudita	163.491.545,00	8,8	76.918	8,9
Emirados Árabes Unidos	114.561.088,00	6,2	54.572	6,3
Demais países	876.302.662,00	47,3	484.088	55,9
Total	**1.854.365.637,00**	**100**	**866.638**	**100**

Fonte: MDIC/Comex Stat

Em relação ao ano anterior, os três principais compradores apresentaram variação positiva: Países Baixos (alta de 67,9% em quantidade e 65,7% em receitas), Japão (0,1% e 28,0%, respectivamente) e China (71,0% e 95,1%, respectivamente). No caso do Oriente Médio, importante destino da carne de frango do estado, observa-se que no período predominaram

quedas nos embarques, em especial para a Arábia Saudita (-8,3% em quantidade e -16,3% em receitas) e Emirados Árabes Unidos (-8,4% e -14,5%), possivelmente influenciadas pelas tensões geopolíticas envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã.

Santa Catarina foi responsável por 24,6% das receitas e 22,7% do volume de carne de frango exportado pelo Brasil nos primeiros oito meses de 2026.

Impactos da suspensão de exportações para a União Europeia

Em maio deste ano, a União Europeia (UE) anunciou a suspensão das importações de carnes e outros produtos de origem animal do Brasil a partir de 3 de setembro de 2026. De acordo com o comunicado da UE, a decisão, que afeta as carnes bovina, de aves e suína, além de ovos, mel, pescados e animais vivos, teria sido motivada pela falta de garantias do governo brasileiro quanto ao cumprimento das normas do bloco para prevenir o uso indevido de antimicrobianos na pecuária.

Em 2025, Santa Catarina exportou 2,05 milhões de toneladas de carnes e outros produtos de origem animal, totalizando receitas de US$4,56 bilhões. Já no período parcial de 2026 (janeiro a agosto), o montante total exportado pelo estado foi de 1,44 milhão de toneladas, com receitas de US$3,30 bilhões. No que tange especificamente à UE, o volume embarcado em 2025 atingiu 98,8 mil toneladas, com receitas de US$341,15 milhões, o que representou uma participação do bloco de 4,8% em quantidade e 7,5% em valor no total exportado pelo setor de produtos de origem animal do estado. No acumulado de janeiro a agosto de 2026, as vendas para a UE totalizaram 103,3 mil toneladas, com receitas de US$338,8 milhões, indicando um aumento na representatividade do bloco sobre o total estadual do setor, passando a responder por 7,2% do volume total e 10,3% das receitas.

A carne de frango é o carro-chefe das exportações catarinenses para a UE, representando **98,9%** do valor total exportado pelo estado ao bloco europeu em 2025 e **97,8%** em 2026 (jan.-ago.). A UE absorveu 13,8% do valor e 8,1% do volume total de carne de frango exportado por Santa Catarina em 2025. De janeiro a agosto de 2026, a participação do bloco subiu para 17,8% em valor 11,7% em quantidade, ampliando ainda mais sua relevância para o setor avícola catarinense.

Em relação ao ano anterior, a maioria dos principais destinos apresentou variação positiva no período de janeiro a agosto, com destaque para Países Baixos, maior comprador (14,7% do total), que registrou alta de 67,9% em quantidade e 65,7% em receitas. Em parte, essa variação deve-se ao foco de influenza aviária registrado no Rio Grande do Sul em maio de 2025, o que derrubou de maneira expressiva as exportações brasileiras nos meses seguintes, gerando uma base de comparação bastante reduzida. O Japão, segundo maior comprador do frango catarinense, manteve a quantidade praticamente inalterada em relação ao ano anterior (0,1%), mas ampliou significativamente as receitas (28,0%). A China, terceiro maior comprador, registrou crescimento expressivo de 71,0% em volume e de 95,1% em receitas.

Entre 24 de agosto e 4 de setembro, uma auditoria da União Europeia avaliou os setores avícola e de produção de mel brasileiros, com visitas a estabelecimentos produtivos e órgãos oficiais, verificando os procedimentos e controles do sistema de defesa agropecuária do país. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), os controles sanitários e a segregação para evitar o uso de antimicrobianos nas cadeias de aves e mel foram considerados satisfatórios, representando um avanço para a reinclusão do Brasil na lista de fornecedores autorizados a exportar ao bloco.

Porém, isso não garante retomada imediata, já que é necessária a aprovação dos Estados-membros da UE. Pelo rito ordinário, a decisão deve passar pelo Comitê Permanente de Plantas, Animais, Alimentos e Rações (SCoPAFF), que tem reunião prevista somente para novembro.

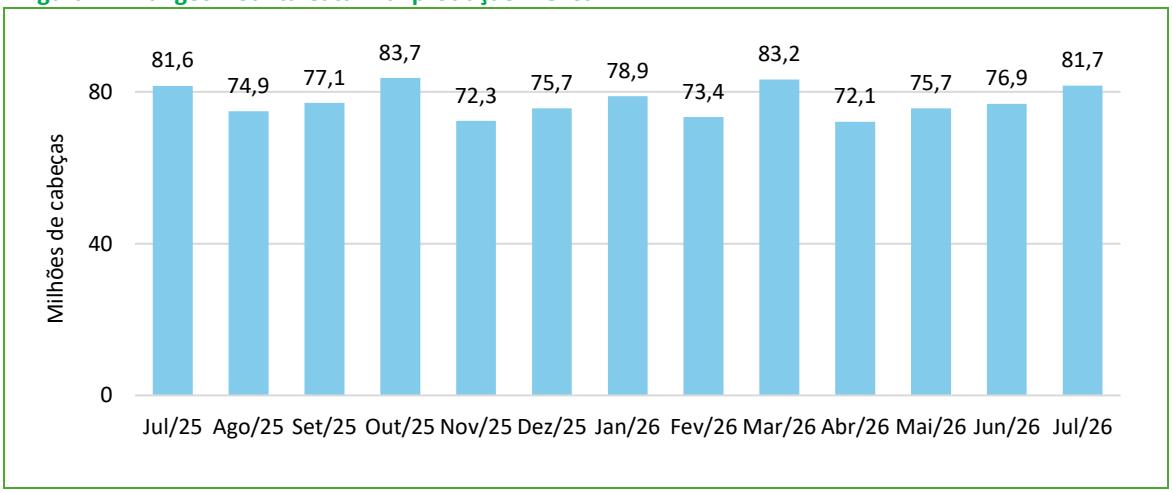
Os impactos mencionados são, por ora, potenciais e podem ser minimizados pelo redirecionamento da produção a outros mercados, como já ocorreu em momentos distintos. O Brasil e, em especial, Santa Catarina têm histórico de superar barreiras comerciais e diversificar seus destinos de exportação.

Contudo, é importante destacar que o mercado europeu paga prêmios pelas carnes brasileiras. A perda de acesso a esse mercado, mesmo que temporária, representa uma redução de receita e a possível necessidade de aceitar preços menores em mercados alternativos, afetando a rentabilidade do setor. Além disso, a suspensão carrega o risco de perda de credibilidade do sistema sanitário brasileiro, um ativo valioso para o agronegócio.

Produção

Santa Catarina produziu 541,8 milhões de frangos de janeiro a julho deste ano[10] – um crescimento de 1,8% em relação ao mesmo período de 2025. Os abates de julho foram 0,1% superiores aos do mês anterior e 6,2% acima do montante abatido em julho de 2025. Contudo, é necessário monitorar os resultados dos próximos meses, que podem ser afetados pela suspensão dos embarques para a União Europeia.

Figura 7 - Frangos – Santa Catarina: produção mensal



Fonte: Cidasc

[10] Para o presente boletim, optou-se por analisar somente os dados de janeiro a julho, já devidamente consolidados. As informações referentes a agosto de 2026, embora já disponibilizadas no Observatório Agro Catarinense, são preliminares e passíveis de ajustes por ocasião da próxima atualização da base de dados, no início de outubro.

Bovinocultura

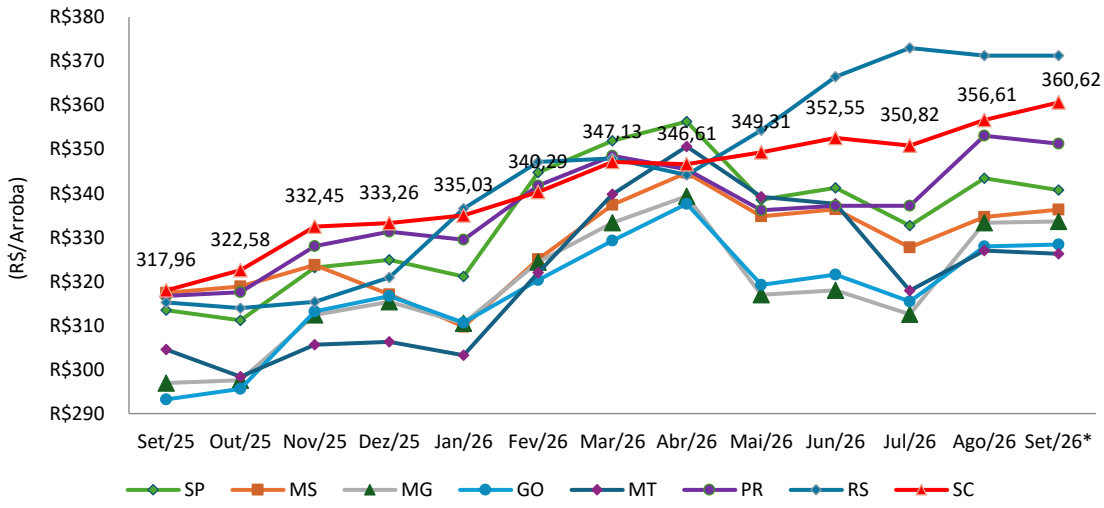
Alexandre Luís Giehl
Engenheiro-agrônomo – Epagri/Cepa
alexandregiehl@epagri.sc.gov.br

Preços

Depois de um período de recuperação generalizada em agosto, na primeira quinzena de setembro os preços do boi gordo apresentaram movimentos distintos nos principais estados produtores, embora com um leve predomínio de altas. Quando comparados ao mês anterior, foram registradas variações positivas em Santa Catarina (1,1%), Mato Grosso do Sul (0,5%), Minas Gerais (0,1%) e Goiás (0,1%). Variações negativas foram observadas em São Paulo (-0,8%), Paraná (-0,5%) e Mato Grosso (-0,2%). No Rio Grande do Sul, o preço pago ao produtor se manteve estável no período. Essa mudança de cenário ocorreu num contexto de queda expressiva das exportações de carne bovina ao longo dos últimos dois meses, por conta do fim da cota chinesa, além da perspectiva do início do embargo europeu, como veremos adiante. Por outro lado, a redução na oferta de animais para abate ajudou a minimizar os efeitos negativos do mercado externo.

Quando se comparam os preços das primeiras semanas de setembro deste ano com os do mesmo mês de 2025 – corrigidos pelo IGP-DI –, todos os estados registraram altas no período: 17,8% no Rio Grande do Sul; 13,4% em Santa Catarina; 12,3% em Minas Gerais; 12,0% em Goiás; 10,9% no Paraná; 8,7% em São Paulo; 7,2% no Mato Grosso; e 5,9% no Mato Grosso do Sul.

Figura 1 - Boi gordo – SC[1], SP[2], MG[2], GO[2], MT[2], MS[2], PR[3] e RS[4]: evolução dos preços da arroba (R$/arroba)

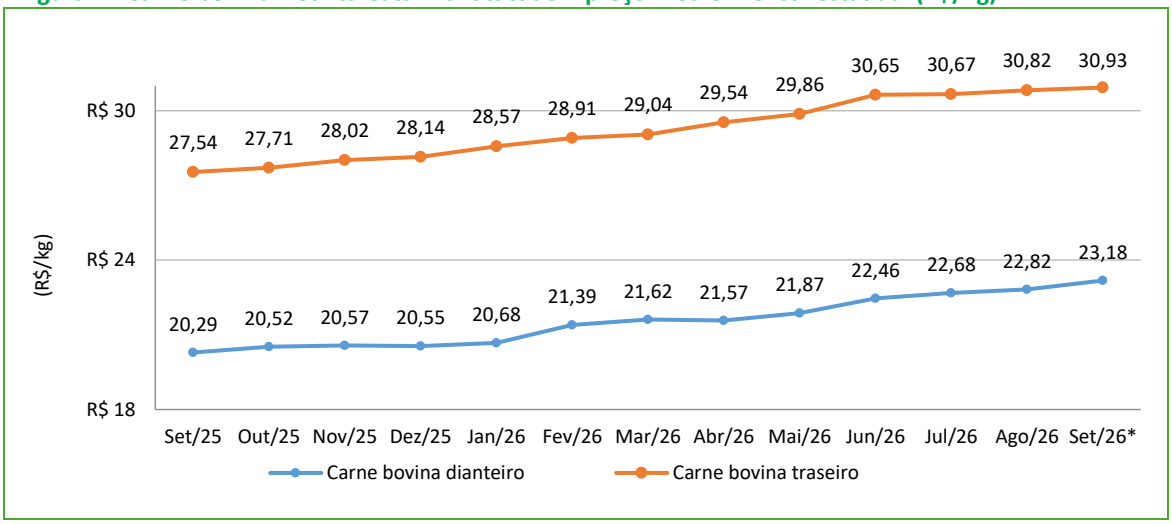


Fontes: [1]Epagri/Cepa; [2]Cepea; [3]Seab; [4]Nespro
Valores corrigidos pelo IGP-DI.
* Os valores de setembro de 2026 são preliminares (referentes aos dias 1 a 15 do mês).

Em Santa Catarina, observaram-se variações positivas na maioria das regiões no início de setembro, com destaque para o Planalto Norte, que registrou alta de 5,9% em relação à média de agosto. As únicas regiões catarinenses que apresentaram variação negativa no período foram Meio Oeste (-0,2%) e Planalto Sul (-0,2%).

No mercado atacadista, observaram-se altas nos dois tipos de corte, acompanhando o movimento observado nos preços do boi gordo em Santa Catarina. A carne de dianteiro subiu 1,6% nas primeiras semanas de setembro em relação ao mês anterior, enquanto a carne de traseiro apresentou alta de 0,4%. A variação média do período foi de 1,0%. No ano, a carne bovina no atacado acumula alta de 13,1%.

Figura 2 - Carne bovina – Santa Catarina: atacado – preço médio mensal estadual (R$/kg)



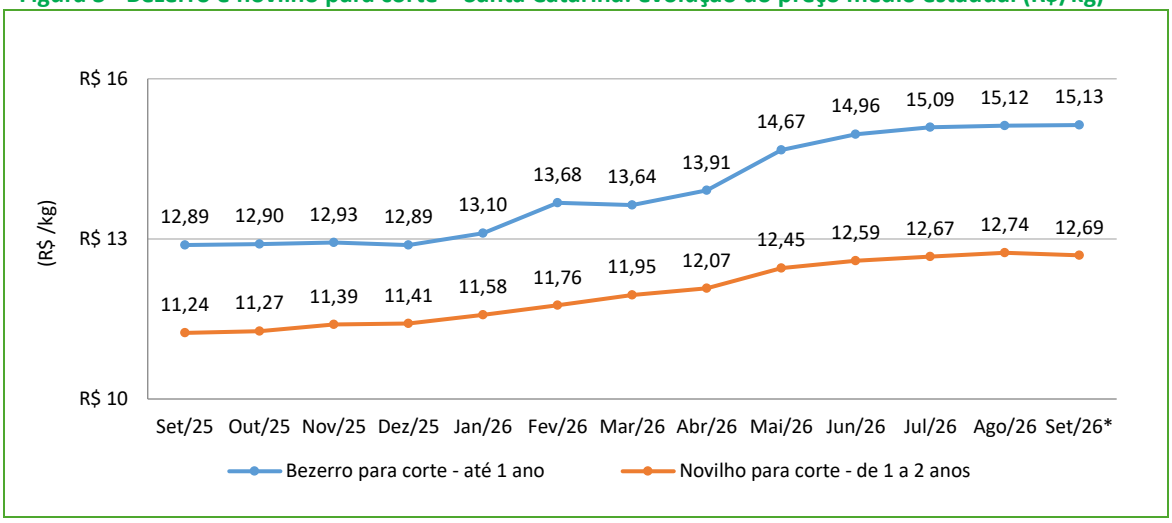
Fonte: Epagri/Cepa
Valores corrigidos pelo IGP-DI.
* Os valores de setembro de 2026 são preliminares (referentes aos dias 1 a 15 do mês).

Na comparação entre os preços atuais e as médias de setembro de 2025 – corrigidas pelo IGP-DI –, observam-se variações positivas em ambos os casos: 14,3% para a carne de dianteiro e 12,3% para a carne de traseiro, com aumento médio de 13,3%.

Custos

Na primeira quinzena de setembro, os preços das duas categorias de animais de reposição apresentaram oscilações levemente distintas entre si. Em relação ao mês anterior, o preço dos bezerros de corte com até 1 ano apresentou pequena alta de 0,1%, enquanto o dos novilhos de corte de 1 a 2 anos caiu 0,4%.

Figura 3 - Bezerro e novilho para corte – Santa Catarina: evolução do preço médio estadual (R$/kg)



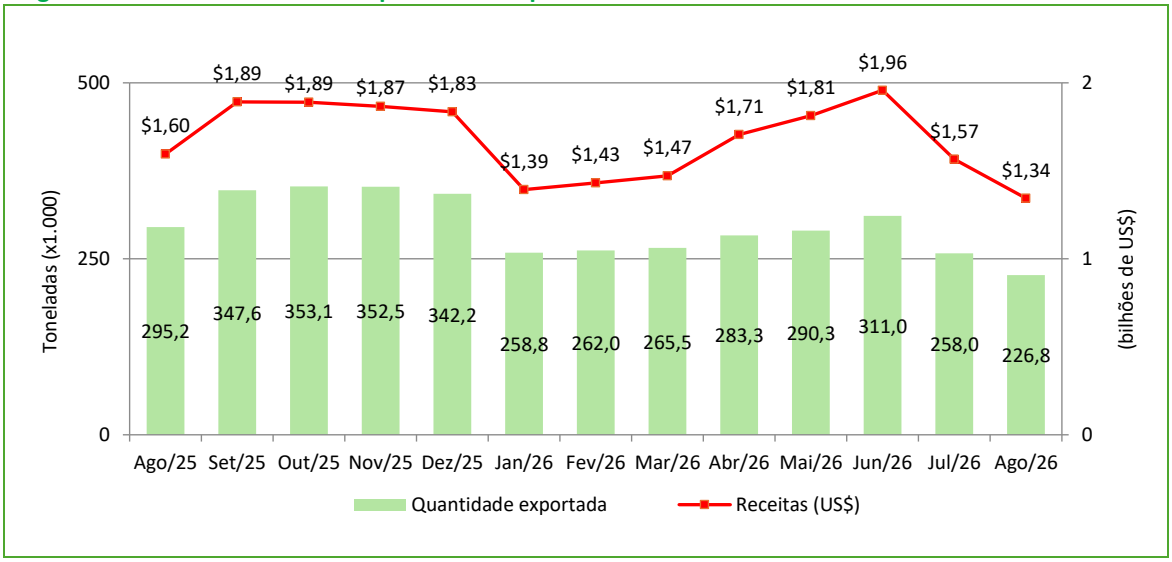
Fonte: Epagri/Cepa
Valores corrigidos pelo IGP-DI.
* Os valores de setembro de 2026 são preliminares (referentes aos dias 1 a 15 do mês).

Quando se comparam os valores preliminares deste mês com os de setembro de 2025 – corrigidos pelo IGP-DI –, verificam-se altas nos dois casos: 17,4% para os bezerros com até 1 ano e 12,9% para os novilhos de 1 a 2 anos.

Comércio exterior

Em agosto, o Brasil exportou **225,8 mil toneladas** de carne bovina, queda de 12,1% em relação ao mês anterior e de 23,2% em relação a agosto de 2025. As receitas foram de **US$1,34 bilhão**, recuo de 14,2% frente ao mês anterior e de 15,8% em relação ao mesmo mês de 2025.

Figura 4 - Carne bovina – Brasil: quantidade exportada e receitas



Fonte: MDIC/Comex Stat

Assim como já observado no mês anterior, o resultado de agosto foi decorrente da expressiva queda nas exportações para a China, principal comprador da carne bovina brasileira. Em relação a julho, os embarques para aquele destino apresentaram queda de 47,8% em volume e 39,6% em receitas. Essa redução expressiva é resultante do esgotamento da cota[11] de importação estabelecida pela China para o Brasil no âmbito de suas medidas de salvaguarda. Após o atingimento da cota, os embarques passam a ser taxados em 55%, o que afeta a competitividade da carne bovina brasileira naquele mercado.

O valor médio da carne bovina *in natura* exportada pelo Brasil em agosto foi de **US$6.165,75** por tonelada – queda de 2,9% ante julho, mas alta de 10,1% em relação a agosto de 2025.

No acumulado de janeiro a agosto, o Brasil exportou **2,15 milhões de toneladas**, com receitas de **US$12,68 bilhões**, altas de 4,5% e 21,3%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano passado. Esses são os melhores resultados para esse período do ano desde o início da série histórica, em 1997.

Santa Catarina, por sua vez, exportou **794 toneladas** de carne bovina em agosto, com faturamento de **US$3,33 milhões**, o que representou um crescimento de 139,7% em volume e de 75,3% em valor, na comparação com agosto de 2025. Os resultados de agosto representam o melhor desempenho da série histórica para o referido mês em termos de receitas.

No acumulado de janeiro a agosto, o estado já exportou **4,23 mil toneladas**, com receitas de **US$18,33 milhões,** altas de 168,8% e 155,1%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2025. Esses números representam o melhor desempenho da série histórica em termos de receitas e o segundo melhor em volume.

Impactos da suspensão das exportações para a União Europeia

Em maio deste ano, a União Europeia (UE) anunciou a suspensão das importações de carnes e outros produtos de origem animal do Brasil a partir de 3 de setembro de 2026. A decisão, que afeta as carnes bovina, de aves e suína, além de ovos, mel, pescados e animais vivos, teria sido motivada pela falta de garantias do governo brasileiro quanto ao cumprimento das normas do bloco para prevenir o uso indevido de antimicrobianos na pecuária.

Em termos nacionais, o setor mais afetado pelo embargo é a carne bovina, que, em 2025, exportou 129,2 mil toneladas para a UE, com receitas de US$1,05 bilhão, o que representa 3,7% e 5,9% da exportação total desse produto. De janeiro a agosto deste ano, já foram embarcadas para a UE um total de 87,1 mil toneladas, com receitas de US$758,9 milhões (4,0% e 6,0% do total exportado pelo país, respectivamente). Embora a participação da UE no total exportado pelo país seja relativamente pequena, há que se considerar que essa medida se soma à redução das exportações para a China, em decorrência do atingimento da cota com tarifa reduzida para aquele país. Nesse cenário, não é possível descartar eventuais efeitos negativos sobre os preços do boi gordo no mercado nacional, embora a maioria dos analistas acredite que os impactos serão reduzidos.

Embora Santa Catarina não seja um grande exportador de carne bovina e destine volume pouco expressivo para a UE (358,6 toneladas em 2025 e 439,8 toneladas de janeiro a agosto deste ano),

[11] Um elemento que acelerou o esgotamento da cota foi o critério de contabilização adotado pela China: o governo chinês contabilizou na cota de 2026 as cargas que chegaram aos portos do país a partir de 1º de janeiro de 2026, mesmo que tivessem sido embarcadas no fim de 2025. Isso reduziu ainda mais o volume efetivamente disponível para embarques em 2026.

a suspensão pode ter um impacto indireto na pecuária catarinense por meio do mecanismo da transferência de preços. No entanto, ainda não é possível dimensionar a amplitude desse impacto, já que ele tende a ser atenuado por outros fatores, como o redirecionamento dos embarques nacionais e a redução na produção decorrente da mudança do ciclo pecuário.

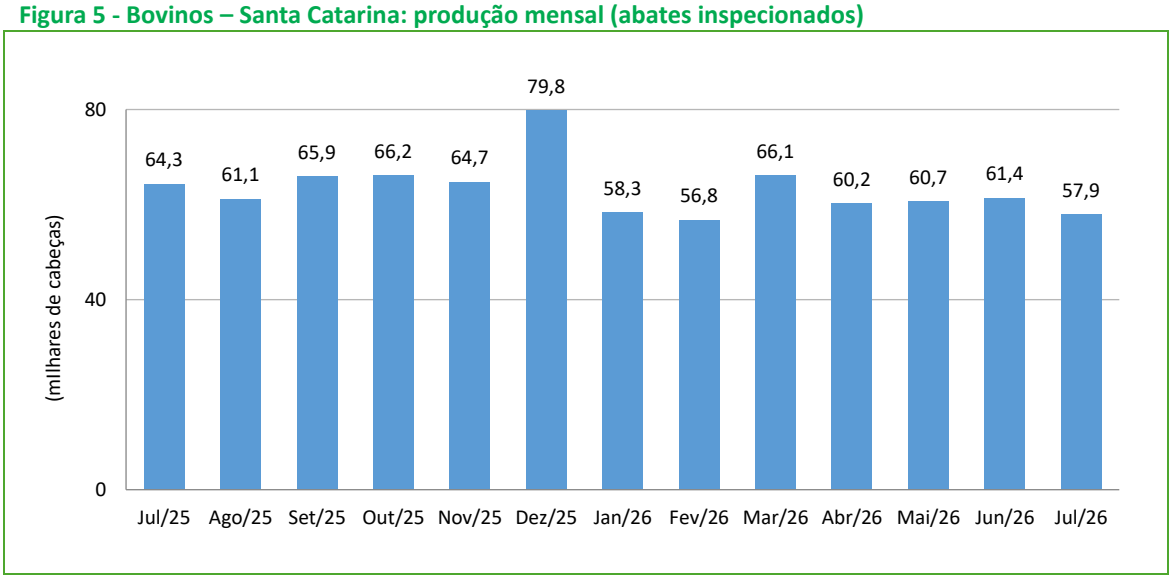
Em fins de agosto, os Estados Unidos anunciaram uma cota extra de 300 mil toneladas para a importação de aparas de carne bovina magra isentas de tarifa. A medida tem o objetivo declarado de conter os preços da proteína ao consumidor americano e pode ampliar o volume embarcado pelos frigoríficos brasileiros habilitados a operar no mercado norte-americano.

Outra notícia que pode contribuir para a minimização dos impactos da suspensão europeia e do atingimento da cota chinesa é a habilitação de 21 novos estabelecimentos para exportar carne e miúdos bovinos à Indonésia, conforme divulgado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) no início de setembro.

Produção

De janeiro a julho deste ano[12], foram produzidas e destinadas ao abate 421,4 mil cabeças de bovinos em Santa Catarina, queda de **0,5%** em relação ao mesmo período de 2025. Os abates de julho foram 5,7% inferiores aos do mês anterior e 10,0% abaixo do montante abatido em julho de 2025, o que demonstra que a produção de carne bovina encontra-se em desaceleração.

Figura 5 - Bovinos – Santa Catarina: produção mensal (abates inspecionados)



Fonte: Cidasc

[12] Para o presente boletim, optou-se por analisar somente os dados de janeiro a julho, já devidamente consolidados. As informações referentes a agosto de 2026, embora já disponibilizadas no Observatório Agro Catarinense, são preliminares e passíveis de ajustes por ocasião da próxima atualização da base de dados, no início de outubro.

Suinocultura

Alexandre Luís Giehl
Engenheiro-agrônomo – Epagri/Cepa
alexandregiehl@epagri.sc.gov.br

Preços

Após quedas acentuadas nos preços em agosto, na primeira quinzena de setembro observou-se uma desaceleração nesse processo, inclusive com uma leve alta em um dos estados analisados (Minas Gerais), como demonstra a Figura 1. O ritmo de produção de carne suína segue elevado, conforme evidenciam os dados apresentados no segmento final desta análise, o que constitui o principal fator responsável pela manutenção de variações negativas na maioria dos estados. A queda nos volumes exportados nos últimos meses também contribui para esse cenário, reforçando a pressão de baixa sobre os preços.

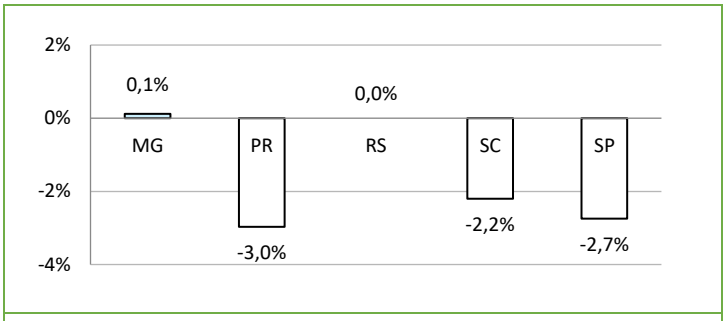
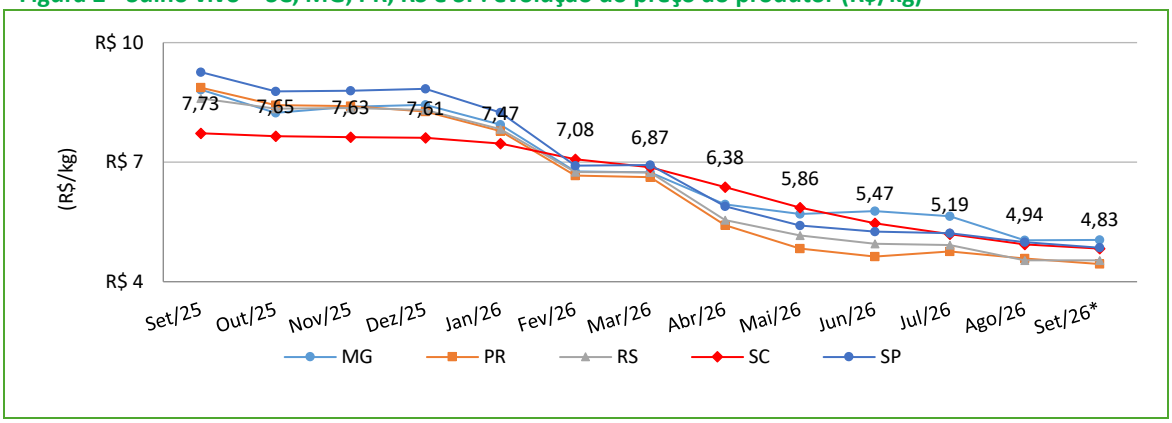


Figura 1. Suíno vivo – SC, MG, PR, RS e SP: variação do preço ao produtor (ago.-set./2026[1])
Fonte: Cepea (MG, PR, RS e SP) e Epagri/Cepa (SC)
Valores corrigidos pelo IGP-DI.
[1] Os valores de setembro de 2026 são preliminares (referentes aos dias 1 a 15 do mês).

Ao comparar os valores preliminares de setembro deste ano com os do mesmo mês de 2025 – corrigidos pelo IGP-DI –, verificam-se variações negativas acentuadas em todos os estados analisados: -51,0% no Paraná; -48,8% em São Paulo; -48,4% no Rio Grande do Sul; -44,1% em Minas Gerais; e -38,8% em Santa Catarina.

Figura 2 - Suíno vivo – SC, MG, PR, RS e SP: evolução do preço ao produtor (R$/kg)

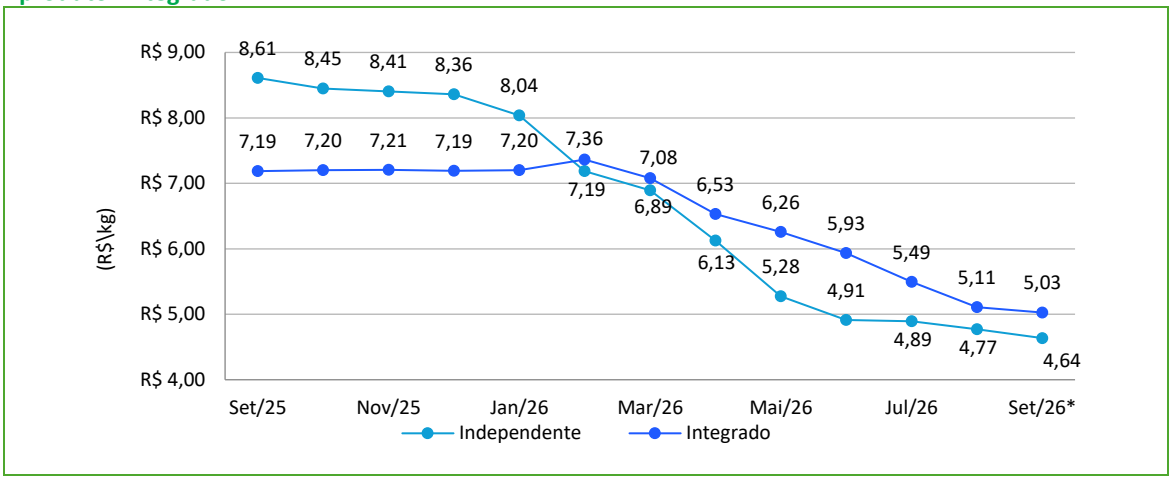


Fonte: Cepea (MG, PR, RS e SP) e Epagri/Cepa (SC)
Valores corrigidos pelo IGP-DI.
* Os valores de setembro de 2026 são preliminares (referentes aos dias 1 a 15 do mês).

A análise dos preços pagos aos diferentes tipos de produtores em Santa Catarina evidencia quedas nos dois grupos na primeira quinzena de setembro: -2,8% para os produtores integrados

e -1,6% para os produtores independentes, na comparação com o mês anterior. Ao levar em conta os valores de setembro em relação aos do mesmo mês de 2025 – corrigidos pelo IGP-DI –, se registram quedas mais expressivas em ambos os casos: -46,2% para os produtores independentes e -30,1% para os integrados.

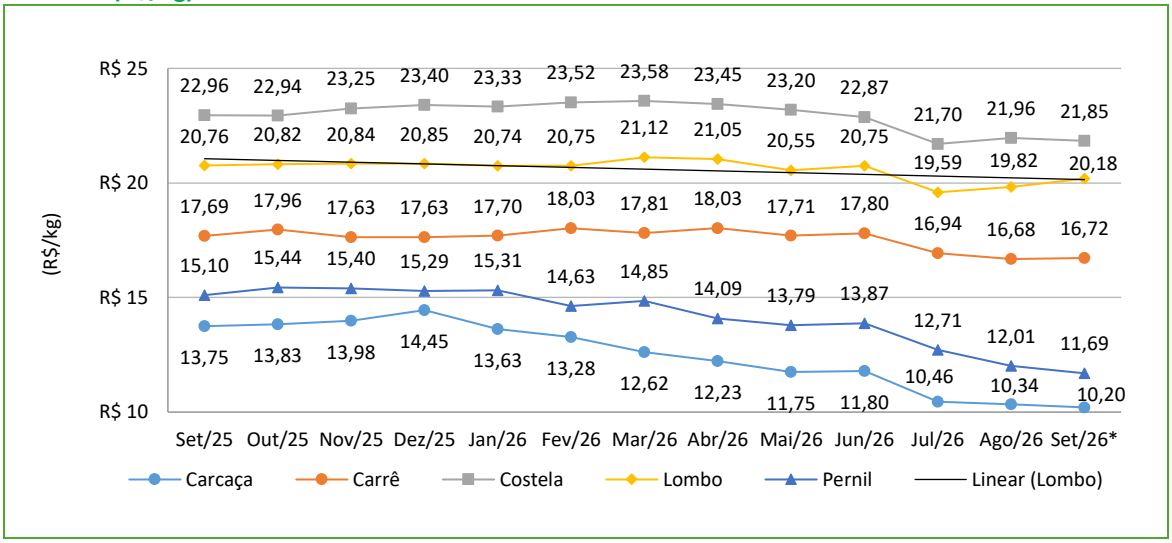
Figura 3 - Suíno vivo – Santa Catarina: preço médio mensal para o produtor independente e para o produtor integrado



Fonte: Epagri/Cepa
Valores corrigidos pelo IGP-DI.
* Os valores de setembro de 2026 são preliminares (referentes aos dias 1 a 15 do mês).

O mercado atacadista manteve a tendência de queda, predominante desde maio passado. Em relação ao mês anterior, a maioria dos cortes apresentou variações negativas nas primeiras semanas de setembro: pernil (-2,7%); carcaça (-1,3%); e costela (-0,5%). Altas foram registradas no caso do lombo (1,8%) e do carrê (0,2%). Na média dos cinco cortes, a variação foi de -0,5%. No ano, a carne suína acumula queda de 12,7%.

Figura 4. Carne suína – Santa Catarina: preço médio mensal estadual dos principais cortes suínos no atacado (R$/kg)



Fonte: Epagri/Cepa
Valores corrigidos pelo IGP-DI.
* Os valores de setembro de 2026 são preliminares (referentes aos dias 1 a 15 do mês).

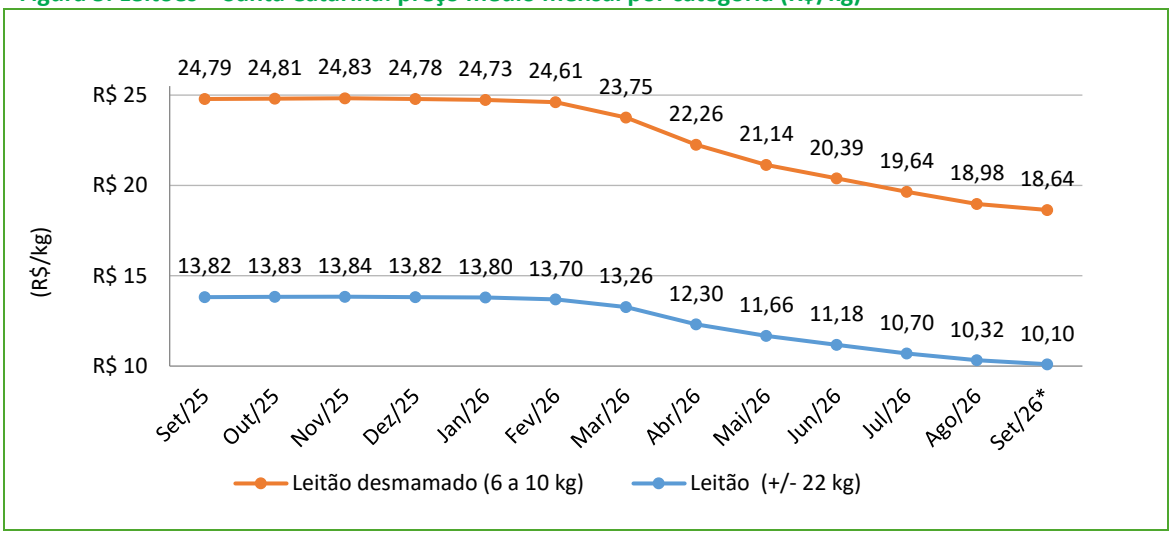
A comparação entre os valores preliminares de setembro com os do mesmo mês de 2025 – corrigidos pelo IGP-DI – demonstrou quedas em todos os cortes: carcaça (-25,8%); pernil (-22,6%); carrê (-5,5%); costela suína (-4,9%); e lombo (-2,8%). Na média dos cinco cortes, observou-se queda de 12,3%.

Custos

De acordo com a Embrapa Suínos e Aves, o custo de produção dos suínos em Santa Catarina foi de R$6,35/kg de peso vivo, o que representa uma alta de 1,0% em relação ao mês anterior, com alta acumulada no ano de 2,3%. Por outro lado, em relação a agosto de 2025, levando-se em consideração o IGP-DI do período, verifica-se leve queda de 0,8%.

Na primeira quinzena de setembro, os preços dos leitões mantiveram a tendência de queda que vem sendo observada desde fevereiro deste ano. Em relação às médias do mês anterior, os leitões de 6kg a 10kg tiveram queda de 1,8%, enquanto para os leitões de aproximadamente 22kg a redução foi de 2,1%.

Figura 5. Leitões – Santa Catarina: preço médio mensal por categoria (R$/kg)



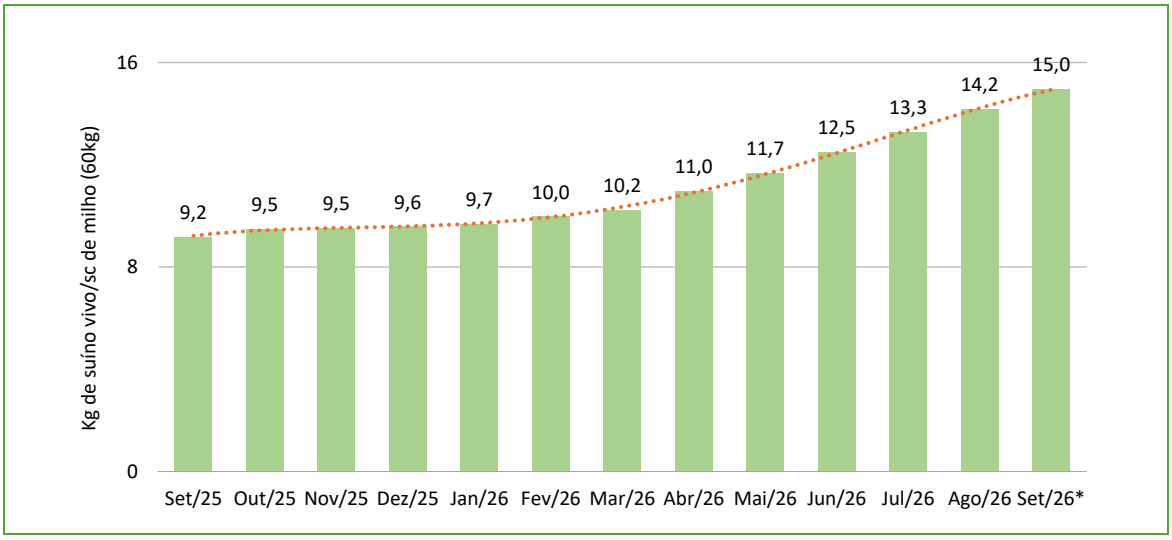
Fonte: Epagri/Cepa
Valores corrigidos pelo IGP-DI.
* Os valores de setembro de 2026 são preliminares (referentes aos dias 1 a 15 do mês).

Quando se comparam os valores do corrente mês com os de setembro do ano passado – corrigidos pelo IGP-DI –, observam-se variações negativas expressivas nas duas categorias: -24,8% para os leitões de 6kg a 10kg e -26,9% para os leitões de aproximadamente 22kg.

A relação de troca insumo-produto registrou elevação de 5,6% na primeira quinzena de setembro, resultante da queda de 2,2% no preço médio estadual[13] do suíno vivo, acentuada pela alta de 3,3% no preço do milho (no atacado).

[13] A partir da edição de janeiro do Boletim Agropecuário, a relação de troca insumo-produto passou a ser calculada levando em consideração os preços médios estaduais do suíno vivo (ao produtor) e do milho (atacado).

Figura 6 - Suíno vivo – Santa Catarina: quantidade necessária (kg) para adquirir uma saca de 60kg de milho



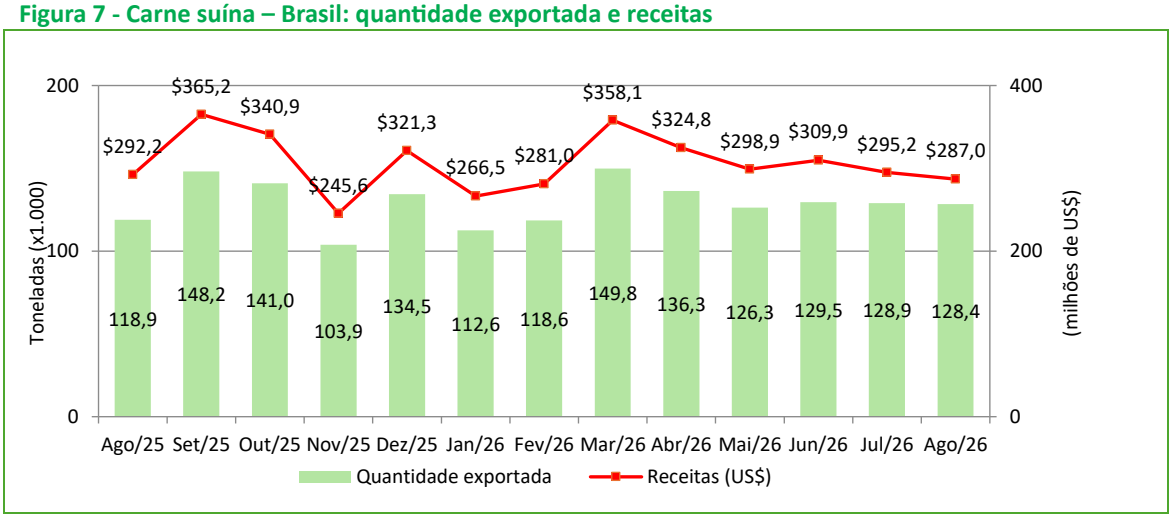
Fonte: Epagri/Cepa
Para o cálculo da relação de troca, utilizam-se os preços médios estaduais do suíno vivo (ao produtor) e do milho (atacado).
* Os valores de setembro de 2026 são preliminares (referentes aos dias 1 a 15 do mês).

Na comparação entre o valor preliminar de setembro e a média do mesmo mês de 2025 – corrigida pelo IGP-DI –, verifica-se uma alta de 62,9% no índice. Isso significa que os produtores atualmente necessitam de 5,8kg a mais de suíno vivo para comprar uma saca de milho (60kg).

Comércio exterior

Em agosto, o Brasil exportou 128,4 mil toneladas de carne suína, pequena queda de 0,4% em relação ao mês anterior, mas alta de 8,1% na comparação com agosto de 2025. As receitas, por sua vez, atingiram o montante de US$287,0 milhões no último mês, recuo de 2,8% frente ao mês anterior e de 1,8% em relação a agosto do ano passado. Apesar das variações negativas, o resultado de agosto representa o melhor desempenho da série histórica (iniciada em 1997) para o referido mês em termos de volume e o segundo em receitas.

Figura 7 - Carne suína – Brasil: quantidade exportada e receitas



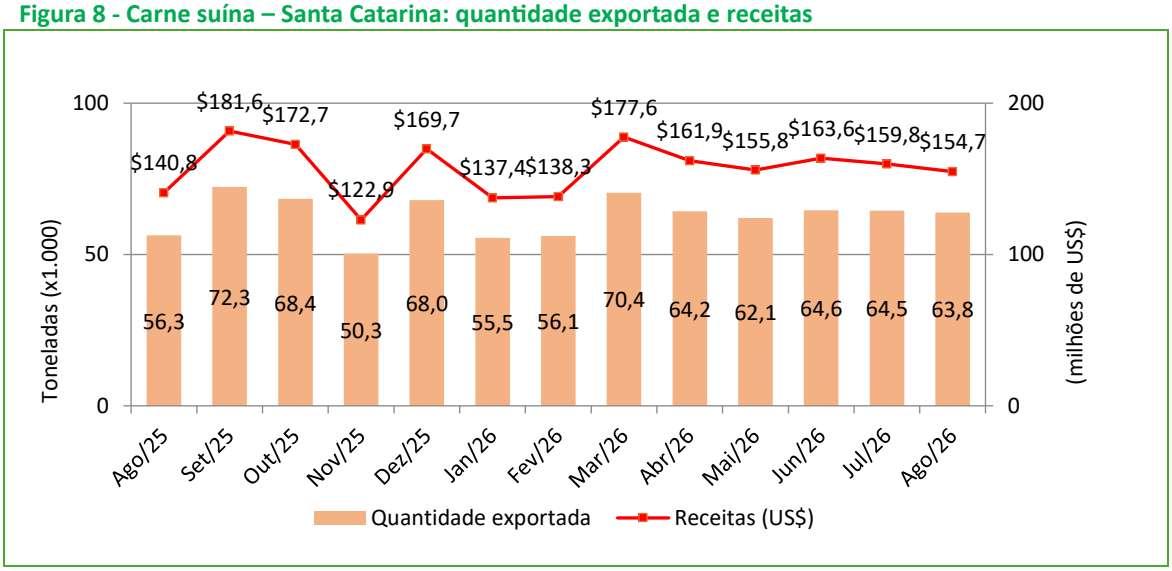
Fonte: MDIC/Comex Stat

No acumulado de janeiro a agosto, o país exportou 1,03 milhão de toneladas de carne suína, com receitas de US$2,42 bilhões, valores que representam crescimentos de 9,3% em quantidade e 5,1% em receitas na comparação com o mesmo período do ano passado. Esses resultados representam o melhor desempenho da série histórica para os primeiros oito meses do ano, tanto em volume quanto em receitas.

Os principais destinos das exportações brasileiras no período foram as Filipinas, que concentraram 22,6% das receitas totais, seguidas por Japão (17,6%), China (8,0%) e Chile (7,6%).

Santa Catarina, por sua vez, exportou 63,8 mil toneladas de carne suína em agosto. O volume representa queda de 1,1% em relação a julho, mas é 13,3% superior ao exportado no mesmo mês do ano passado. As receitas com os embarques totalizaram US$154,7 milhões, recuo de 3,2% frente a julho, mas alta de 9,8% ante agosto de 2025. Os resultados de agosto representam o melhor desempenho da série histórica para o referido mês, tanto em volume quanto em receitas.

Figura 8 - Carne suína – Santa Catarina: quantidade exportada e receitas



Fonte: MDIC/Comex Stat

O preço médio da carne suína *in natura* exportada por Santa Catarina em agosto ficou em **US$2.494,92** por tonelada – queda de 2,4% ante julho e de 3,4% na comparação com agosto do ano anterior.

No acumulado de janeiro a agosto, o estado exportou **501,2 mil toneladas**, gerando **US$1,25 bilhão** em receitas. Esses valores representam aumentos de 2,4% e 3,4%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2025. Com esses números, Santa Catarina alcançou o melhor desempenho da série histórica para os oito primeiros meses do ano, tanto em volume quanto em receitas.

Os principais destinos da carne suína catarinense entre janeiro e agosto foram Japão, Filipinas e China. Mais uma vez, chama a atenção o forte crescimento registrado pelo Japão, que ampliou suas aquisições de carne suína catarinense em 73,9% em volume e 69,5% em receitas. Com isso, os embarques para o Japão compensaram as quedas registradas em outros destinos relevantes, como China (-19,6% em quantidade e -16,2% em receitas) e Filipinas (-17,8% e -22,1%, respectivamente).

Tabela 1 - Carne suína – Santa Catarina: principais destinos das exportações – jan.-ago./2026

País	Valor (US$)	Participação (%)	Quantidade (t)	Participação (%)
Japão	426.616.153,00	34,2	127.164	25,4
China	172.414.867,00	13,8	79.468	15,9
Filipinas	170.422.250,00	13,6	79.557	15,9
México	95.146.913,00	7,6	41.267	8,2
Chile	83.742.544,00	6,7	37.281	7,4
Demais países	300.648.610,00	24	136.473	27,2
TOTAL	1.248.991.337,00	100	501.211	100

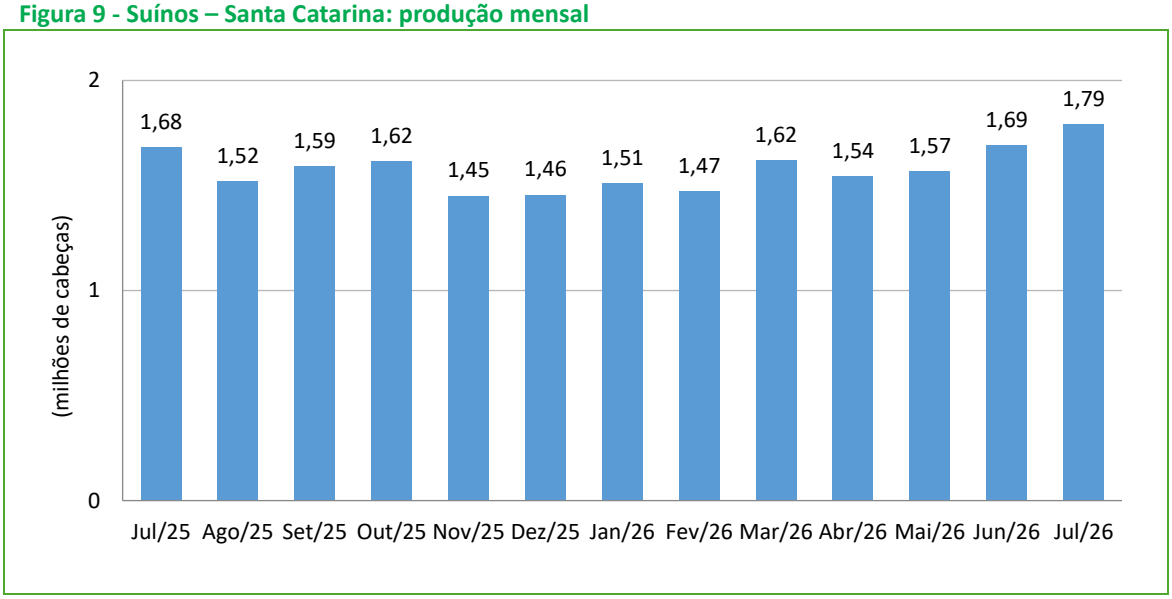
Fonte: MDIC/Comex Stat

Santa Catarina respondeu por **48,6% do volume** e **51,6% das receitas** totais das exportações brasileiras de carne suína nos oito primeiros meses do ano.

Produção

De janeiro a julho[14] deste ano, o estado de Santa Catarina produziu **11,2 milhões de suínos** – montante 3,4% superior ao mesmo período de 2025. Os abates de julho foram 5,8% superiores aos do mês anterior e 6,5% acima do montante abatido em julho de 2025, o que demonstra que o ritmo de produção de carne suína segue elevado.

Figura 9 - Suínos – Santa Catarina: produção mensal



Fonte: Cidasc

[14] Para o presente boletim, optou-se por analisar somente os dados de janeiro a julho, já devidamente consolidados. As informações referentes a agosto de 2026, embora já disponibilizadas no Observatório Agro Catarinense, são preliminares e passíveis de ajustes por ocasião da próxima atualização da base de dados, no início de outubro.

Leite

Andréa Castelo Branco Brasileiro-Assing
Economista, Dra. – Epagri/Cepa
andreassing@epagri.sc.gov.br

Captação de leite

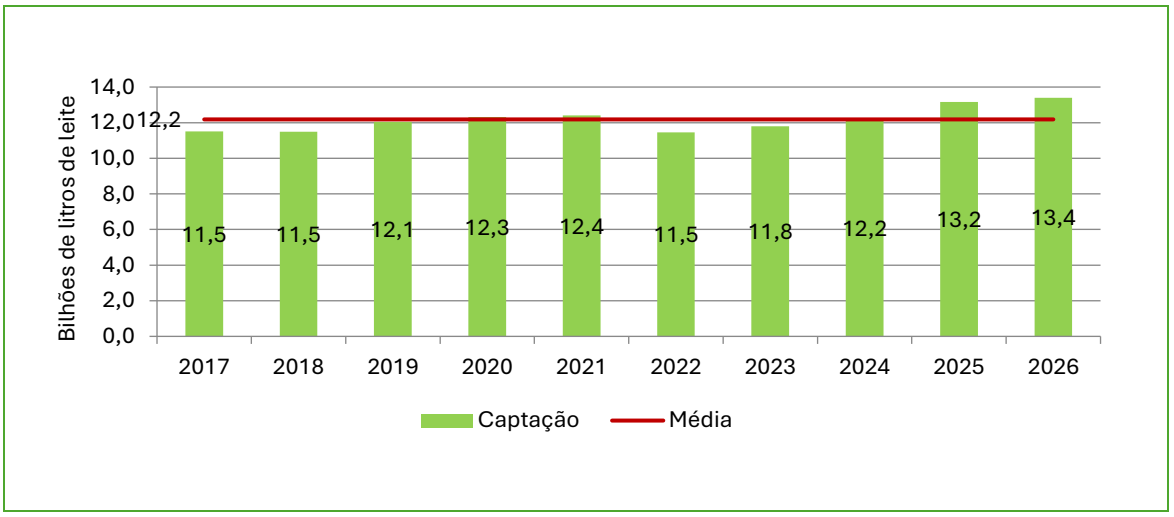
Brasil

Em 19 de agosto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os dados preliminares da captação de leite no Brasil referentes ao segundo trimestre de 2026. No acumulado do primeiro semestre, as indústrias nacionais captaram 13,4 bilhões de litros de leite (Figura 1), o maior volume registrado para o período nos últimos dez anos. O resultado ficou cerca de 10% acima da média histórica, de 12,2 bilhões de litros, e representou um crescimento de 2% em relação ao primeiro semestre de 2025, quando haviam sido captados 13,2 bilhões de litros.

Embora a expansão percentual tenha sido relativamente moderada, o volume captado permanece em patamar elevado. Após o primeiro trimestre de 2026 registrar crescimento de 3% em relação ao mesmo período de 2025, os dados do segundo trimestre indicam desaceleração do ritmo de crescimento da oferta.

Nesse contexto, a manutenção da captação em níveis historicamente elevados continua sendo um fator de atenção para o mercado, caso não haja aumento de demanda ou redução dos custos de produção. A maior oferta de matéria-prima pode contribuir para a redução dos preços dos produtos lácteos ao consumidor, mas, por outro lado, amplia a pressão sobre os preços recebidos pelos produtores.

Figura 1 - Captação de leite no primeiro semestre (2017-2026)



Fonte: Pesquisa Trimestral do Leite/IBGE, setembro/2026
Os dados do segundo trimestre de 2026 são preliminares.

Balança Comercial

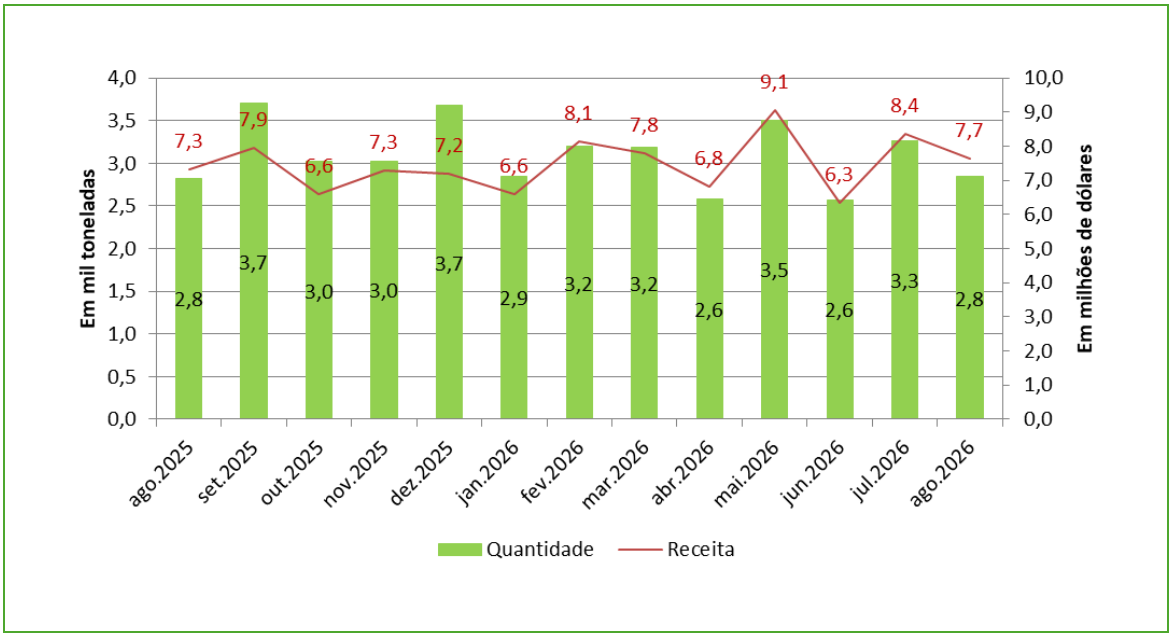
Balança Comercial Láctea Brasileira

Em agosto de 2026, o Brasil exportou 2,8 mil toneladas de produtos lácteos (Figura 2), volume 15,2% inferior ao registrado em julho de 2026 (3,3 mil toneladas). Na comparação com agosto de 2025, quando as exportações somaram 2,8 mil toneladas, observa-se estabilidade no volume embarcado.

Em termos de receita, as exportações totalizaram US$7,7 milhões (valor FOB), representando uma queda de 8,3% em relação a julho de 2026 (US$8,4 milhões). No comparativo interanual, entretanto, a receita apresentou crescimento de 5,5% frente a agosto de 2025, quando havia alcançado US$7,3 milhões, a preços correntes daquele ano.

Em agosto de 2026, entre os principais produtos lácteos exportados pelo Brasil, considerando a quantidade em toneladas, destacaram-se o soro de leite (29,3% do total exportado), o leite condensado (19,3%) e o creme de leite (17,9%). Os principais destinos dessas exportações foram a China (26,2%), a Venezuela (11,2%) e o Paraguai (9,8%).

Figura 2 - Leite – Brasil: evolução das exportações mensais – (ago./2025 a ago./2026)



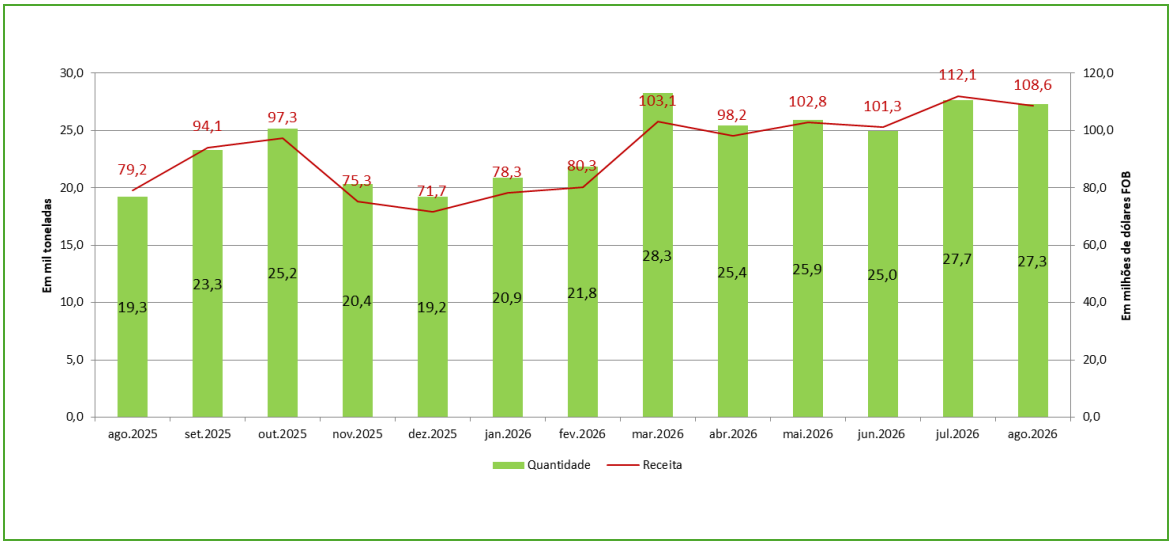
Fonte: Comex Stat/Mdic, setembro/2026

Em agosto de 2026, o Brasil importou 27,3 mil toneladas de produtos lácteos (Figura 3). Esse volume foi 1,4% inferior ao registrado em julho de 2026 (27,7 mil toneladas). Na comparação com agosto de 2025, quando as importações somaram 19,3 mil toneladas, observa-se um crescimento de 41,5% no volume importado.

Em termos de valor, as importações totalizaram US$108,6 milhões (FOB), representando uma queda de 3,1% em relação a julho de 2026 (US$112,1 milhões). No comparativo interanual, entretanto, houve crescimento de 37,1% frente a agosto de 2025, quando as importações haviam alcançado US$79,2 milhões, a preços correntes daquele ano.

Os principais produtos importados no mês de agosto foram leite em pó (66,9%), queijos (22,2%) e soro de leite (6,5%), originários principalmente da Argentina (62,5%), do Uruguai (25,3%) e do Paraguai (8,6%).

Figura 3 - Leite – Brasil: evolução das importações mensais – (ago./2025 a ago./2026)

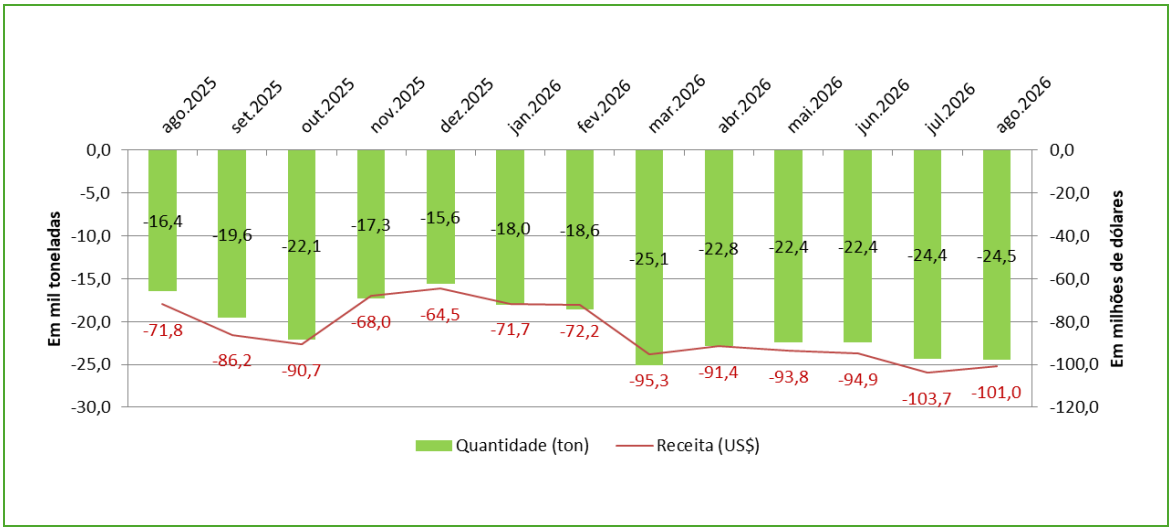


Fonte: Comex Stat/Mdic, setembro/2026

A balança comercial brasileira de produtos lácteos registrou, em agosto de 2026, déficit de 24,5 mil toneladas, resultado de 27,3 mil toneladas importadas e 2,8 mil toneladas exportadas (Figura 4). Esse volume representa um aumento de 0,4% em relação a julho de 2026, quando o déficit havia sido de 24,4 mil toneladas (27,7 mil toneladas importadas menos 3,3 mil toneladas exportadas).

Na comparação com agosto de 2025, quando o déficit foi de 16,5 mil toneladas (19,3 mil toneladas importadas menos 2,8 mil toneladas exportadas), observa-se um aumento de aproximadamente 48,5%.

Figura 4. Leite – Brasil: evolução do saldo mensal - (ago./2025 a ago./2026)



Fonte: Comex Stat/Mdic, setembro/2026

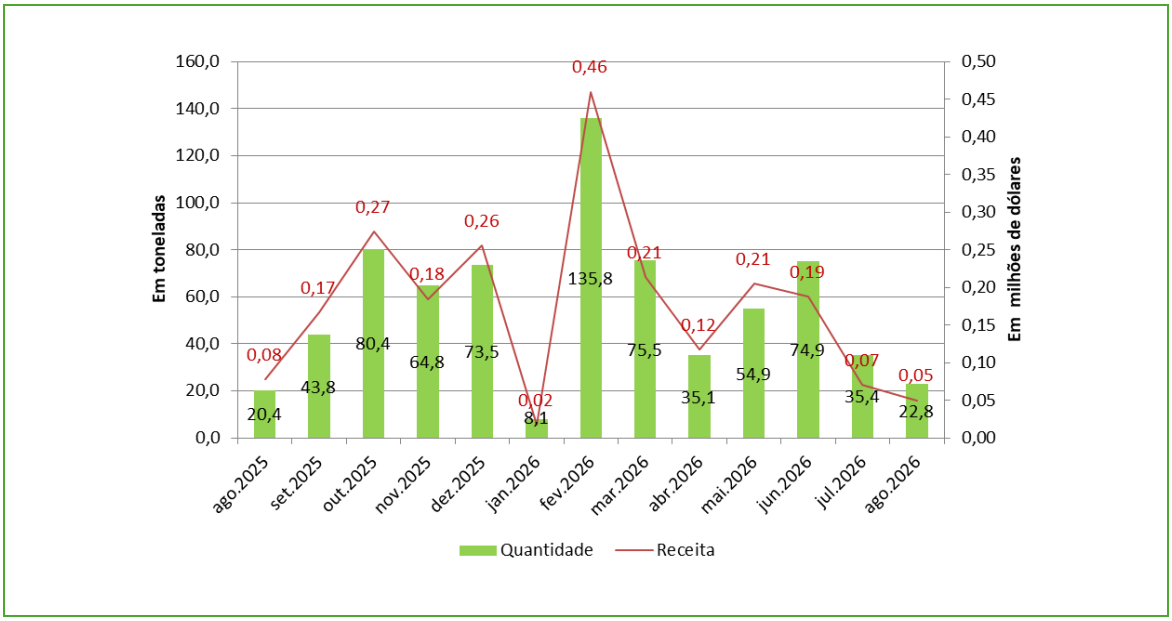
Balança Comercial Láctea Catarinense

Em agosto de 2026, Santa Catarina exportou 22,8 toneladas de produtos lácteos (Figura 5), volume 35,6% inferior ao registrado em julho de 2026 (35,4 toneladas). Na comparação com agosto de 2025, quando as exportações somaram 20,4 toneladas, observa-se um aumento de 11,8% no volume embarcado.

Em termos de valor, as exportações geraram uma receita de US$0,05 milhão (FOB), o que representa uma redução de 28,6% em relação a julho de 2026 (US$0,07 milhão). Na comparação com agosto de 2025, quando a receita havia alcançado US$0,08 milhão, observa-se uma queda de 37,5%, a preços correntes daquele ano.

Em agosto de 2026, entre os principais produtos lácteos exportados por Santa Catarina, considerando a quantidade em toneladas, destacaram-se o leite fluido (48,2% do total exportado), o creme de leite (19,8%) e o leite em pó (14,3%). Os principais destinos dessas exportações foram o Uruguai (62,5%), o Paraguai (13,1%) e a Libéria (6,2%).

Figura 5 - Leite – SC: evolução das exportações mensais – (ago./2025 a ago./2026)



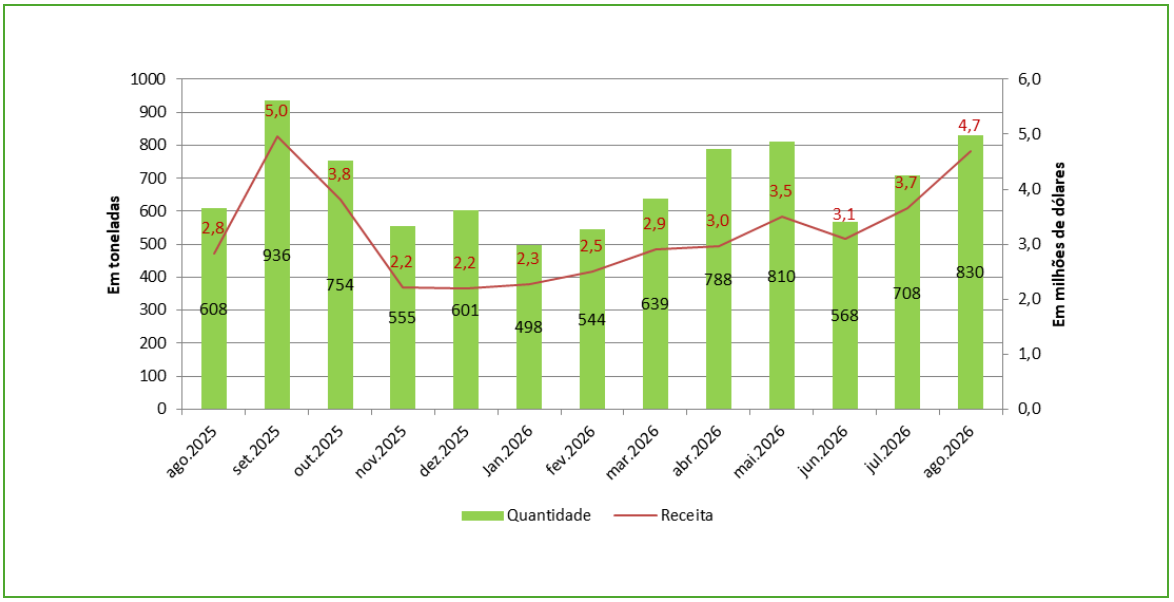
Fonte: Comex Stat/Mdic, setembro/2026

Em agosto de 2026, Santa Catarina importou 830 toneladas de produtos lácteos (Figura 6). Esse volume foi 17,2% superior ao registrado em julho de 2026 (708 toneladas) e 36,5% superior ao observado em agosto de 2025, quando as importações somaram 608 toneladas.

Em termos de valor, as importações totalizaram US$4,7 milhões (FOB), o que representa um avanço de 27,0% em relação a julho de 2026 (US$3,7 milhões). Na comparação com agosto de 2025, quando haviam alcançado US$2,8 milhões, a preços correntes daquele ano, observa-se um crescimento de 67,9%.

Os principais produtos importados por Santa Catarina no mês foram queijos (65,9%), leite em pó (17,1%) e demais gorduras lácteas (11,1%), originários principalmente da Argentina (81,8%), do Uruguai (13,5%) e dos Países Baixos (2,6%).

Figura 6 - Leite – SC: evolução das importações mensais – (ago./2025 a ago./2026)

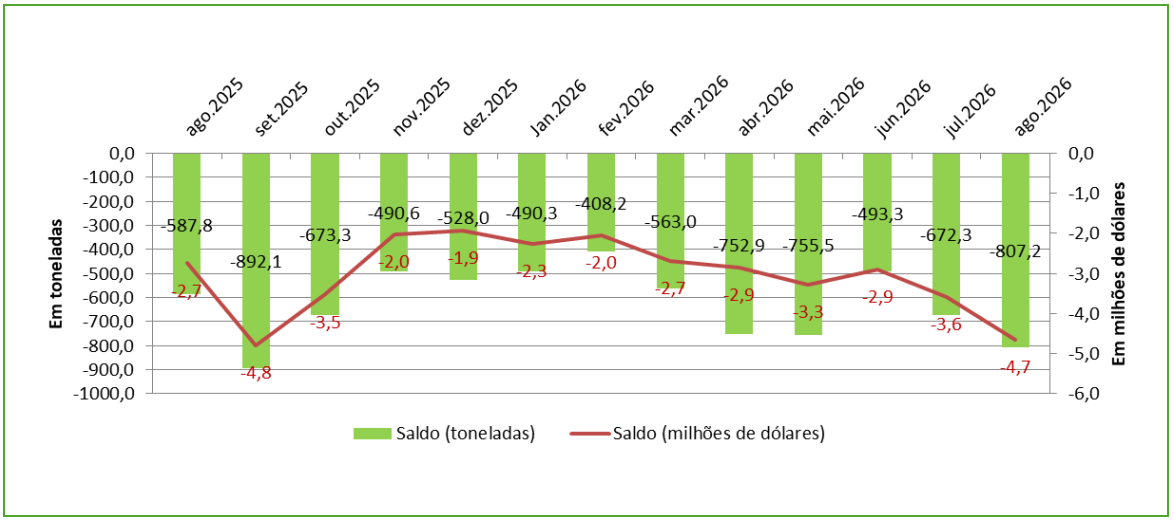


Fonte: Comex Stat/Mdic, setembro/2026

A balança comercial catarinense de produtos lácteos registrou, em agosto de 2026, déficit de aproximadamente 807,2 toneladas, resultado de importações de 830,0 toneladas e exportações de 22,8 toneladas (Figura 7). Esse saldo negativo representou um aumento de 20,0% em relação a julho de 2026, quando o déficit havia sido de aproximadamente 672,3 toneladas.

Na comparação com agosto de 2025, quando o déficit foi de aproximadamente 587,8 toneladas (608,2 toneladas importadas menos 20,4 toneladas exportadas), observa-se um aumento de 37% no saldo negativo da balança comercial catarinense de produtos lácteos.

Figura 7 - Leite – Santa Catarina: evolução do saldo mensal – (ago./2025 a ago./2026)



Fonte: Comex Stat/Mdic, setembro/2026

Preços do leite ao produtor e preços dos derivados em Santa Catarina

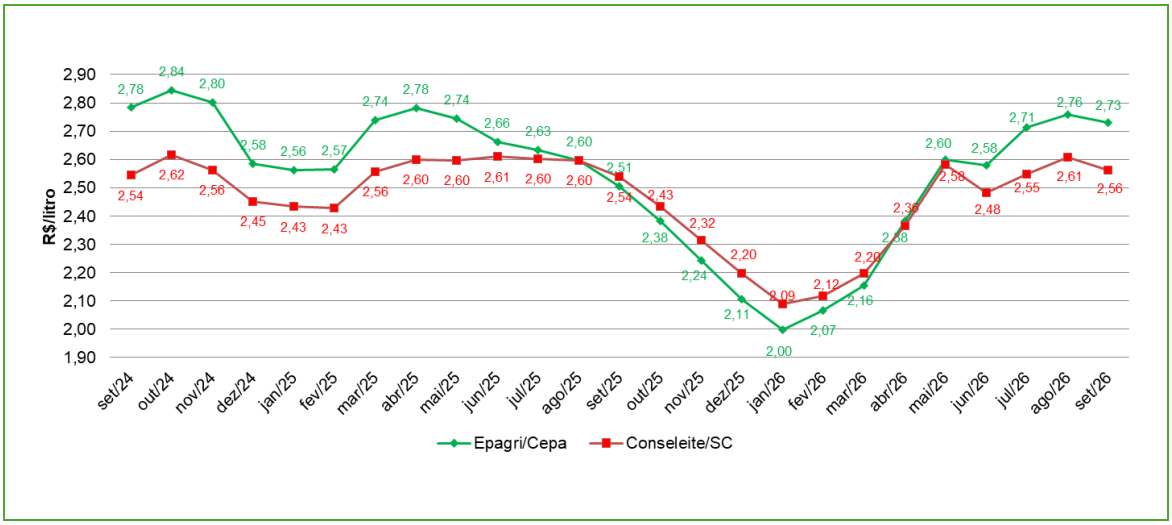
Preço pago ao produtor Epagri/Cepa e Preço de referência do Conseleite/SC

No dia 28 de agosto, o Conseleite/SC realizou sua reunião, ocasião em que aprovou e divulgou os valores de referência para o leite padrão. O valor final de referência para o leite entregue em julho e pago em agosto foi de R$2,6063 por litro, enquanto a projeção para o leite entregue em agosto e pago em setembro foi de R$2,5626 por litro, indicando redução de R$0,0437 por litro (-1,7%).

Os preços levantados pela Epagri/Cepa, por sua vez, mantiveram-se em patamar elevado nos últimos meses. Após passar de R$2,58/litro em junho para R$2,71/litro em julho, o preço médio alcançou R$2,76/litro em agosto, alta de 1,8% no mês. Nos primeiros levantamentos de setembro, entretanto, o valor recuou ligeiramente para R$2,73/litro, sinalizando interrupção do movimento de valorização observado desde o início do ano (Figura 8).

Na comparação interanual, o preço médio da Epagri/Cepa em setembro de 2026 (R$2,73/litro) permanece 8,8% acima do registrado em setembro de 2025 (R$2,51/litro). Apesar disso, a redução observada no início de setembro, somada à queda projetada pelo Conseleite/SC, sinaliza uma mudança na trajetória recente dos preços, em um contexto de elevada disponibilidade de leite no mercado nacional.

Figura 8 - Leite – SC: evolução do preço médio real mensal ao produtor – (set./2024 a set./2026*)



Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026
(*). Refere-se à média dos 10 primeiros dias do mês.
O preço Epagri/Cepa refere-se ao preço médio mensal corrigido pelo IGP-DI das quatro principais praças, responsáveis por mais de 90% da captação de leite.

Variação dos preços por praça

Em agosto de 2026, o preço médio pago ao produtor pelo litro de leite apresentou predomínio de valorização entre as praças catarinenses pesquisadas, na comparação com julho (Tabela 1). No confronto interanual, entretanto, o comportamento permaneceu heterogêneo entre as regiões.

- **Comparativo mensal (agosto/26 vs. julho/26):** A maior valorização ocorreu no Alto Vale do Rio do Peixe, com alta de 4%, passando de R$2,38 para R$2,47/litro. Na sequência aparecem o Extremo Oeste (+3%, de R$2,64 para R$2,72), o Litoral Norte (+3%, de R$2,66 para R$2,75) e o Oeste (+2%, de R$2,74 para R$2,80). Os preços permaneceram praticamente estáveis na Grande Florianópolis (R$2,80) e no Litoral Sul (R$2,82). A única retração foi observada no Meio Oeste, com queda de 3%, de R$2,63 para R$2,55/litro.
- **Comparativo anual (agosto/26 vs. agosto/25):** As maiores valorizações ocorreram no Litoral Sul e Oeste, ambos com alta de 7%, alcançando R$2,82 e R$2,80/litro, respectivamente. Extremo Oeste e Grande Florianópolis registraram crescimento de 5%, enquanto o Meio Oeste apresentou leve avanço de 1%. Em sentido contrário, o Alto Vale do Rio do Peixe apresentou a maior retração interanual (-7%), passando de R$2,67 para R$2,47/litro, seguido pelo Litoral Norte (-5%), de R$ 2,88 para R$2,75/litro.

Tabela 1 - Leite – Comparativo de preços pagos ao produtor por Praças em Santa Catarina

Praça	Ago. 2026	Jul. 2026	Var. mensal (%)	Ago.2025	Var. anual (%)
Alto Vale do Rio do Peixe	2,47	2,38	4	2,67	-7
Extremo Oeste	2,72	2,64	3	2,59	5
Grande Florianópolis	2,80	2,80	0	2,67	5
Litoral Norte	2,75	2,66	3	2,88	-5
Litoral Sul	2,82	2,81	0	2,64	7
Meio Oeste	2,55	2,63	-3	2,53	1
Oeste	2,80	2,74	2	2,63	7

Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026
Preço médio mensal em R$/litro corrigido pelo IGP DI

Além da moda, ou da média, quando não há ocorrência de moda, a Epagri/Cepa também coleta, junto a cada informante, os preços mínimo e máximo pagos aos produtores. Em agosto, entre os laticínios acompanhados no estado, o menor preço registrado foi de R$2,22/litro, na UGT do Extremo Oeste, enquanto o maior alcançou R$3,20/litro, na UGT do Litoral Sul.

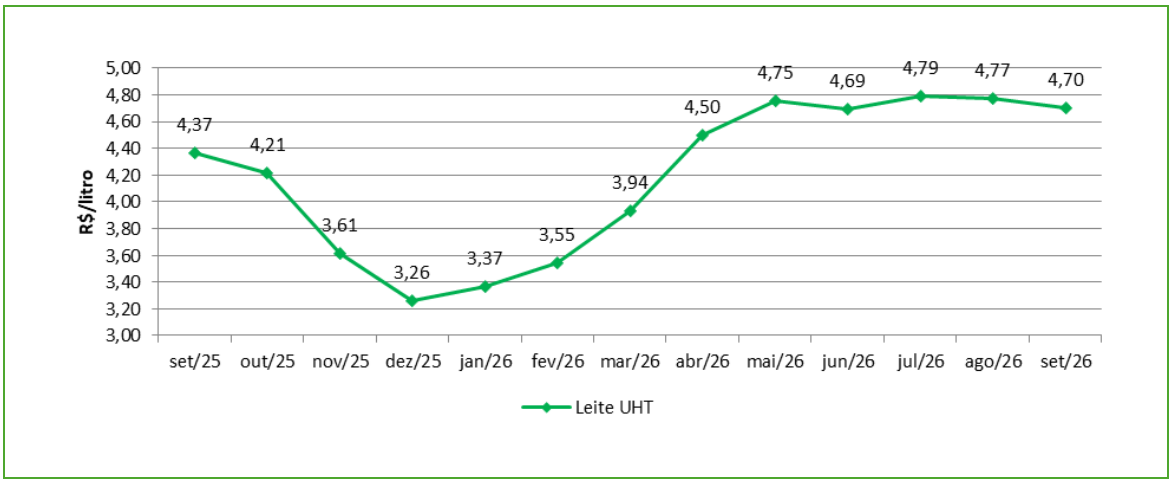
Preços dos derivados no atacado

Leite UHT

Nos primeiros dez dias de setembro de 2026, o mercado atacadista de leite UHT manteve o movimento de acomodação observado nos últimos meses, com leve recuo do preço médio (Figura 9).

- **Comparativo mensal (setembro/26 vs. agosto/26):** o preço médio do litro de leite UHT passou de R$4,77 para R$4,70, redução de R$0,07/litro (-1,5%). Apesar da queda, o valor permanece próximo ao observado desde maio, indicando relativa estabilidade dos preços no atacado.
- **Comparativo anual (setembro/26 vs. setembro/25**): em relação a setembro de 2025, quando o preço corrigido pelo IGP-DI foi de R$4,37/litro, o valor de setembro de 2026 (R$4,70/litro) representa uma valorização real de R$0,33/litro (7,6%).

Figura 9 - Leite – SC: evolução do preço médio real mensal ao atacado – (set./2025 a set./2026*)



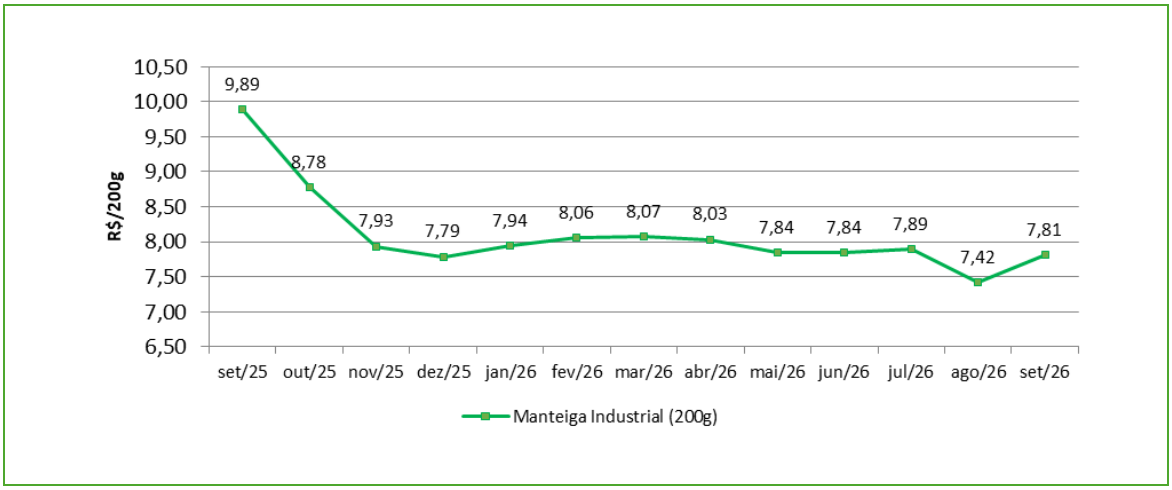
Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026
(*) Refere-se à média dos 10 primeiros dias do mês.
Preço médio mensal corrigido pelo IGP-DI

Manteiga

Nos primeiros dias de setembro de 2026, o preço da manteiga industrial (200g) apresentou recuperação em relação ao mês anterior, interrompendo a queda observada em agosto, embora permaneça significativamente abaixo do registrado no mesmo período de 2025 (Figura 10).

- **Comparativo mensal (setembro/26 vs. agosto/26):** o preço médio da embalagem de 200g passou de R$7,42 para R$7,81, aumento de R$0,39 (+5,3%). O movimento representa uma recuperação parcial após a retração observada em agosto.
- **Comparativo anual (setembro/26 vs. setembro/25):** em relação a setembro de 2025, quando o preço corrigido pelo IGP-DI foi de R$9,89, o valor de setembro de 2026 (R$7,81) representa uma desvalorização real de R$2,08 (-21,0%).

Figura 10 - Manteiga Industrial (200g) – SC: evolução do preço médio real mensal ao atacado – (set./2025 a set./2026[1])



Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026
(1) Refere-se à média dos 10 primeiros dias do mês.
Preço médio mensal corrigido pelo IGP-DI

Queijo Mussarela

Nos primeiros 10 dias de setembro de 2026, o preço do queijo mussarela no atacado apresentou leve recuperação em relação ao mês anterior, após o recuo observado em agosto (Figura 11).

- **Comparativo mensal (setembro/26 vs. agosto/26):** o preço médio do quilo passou de R$33,50 para R$34,02, aumento de R$0,52 (+1,6%).
- **Comparativo anual (setembro/26 vs. setembro/25):** em relação a setembro de 2025, quando o preço corrigido pelo IGP-DI foi de R$30,61/kg, o valor de setembro de 2026 (R$34,02/kg) representa uma valorização real de R$3,41 (+11,1%).

Queijo Prato

O mercado atacadista de queijo prato manteve a trajetória de valorização em setembro de 2026, alcançando o maior preço da série apresentada (Figura 11).

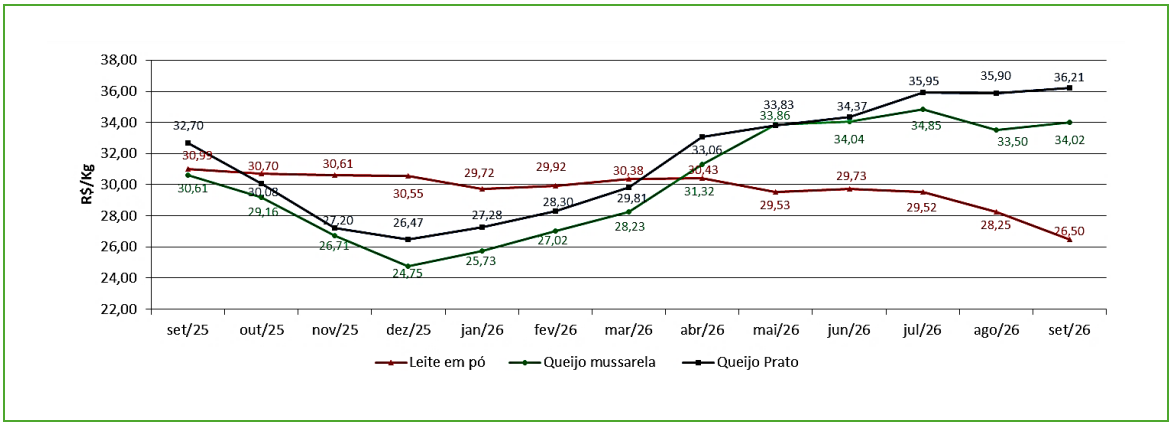
- Comparativo mensal (setembro/26 vs. agosto/26): o preço médio avançou de R$35,90/kg para R$36,21/kg, acréscimo de R$0,31 (+0,9%).
- Comparativo anual (setembro/26 vs. setembro/25): frente aos R$32,70/kg registrados em setembro de 2025, em valores corrigidos pelo IGP-DI, o preço de setembro de 2026 (R$36,21/kg) representa uma valorização real de R$3,51 (+10,7%).

Leite em Pó

Em setembro de 2026, o leite em pó manteve a trajetória de desvalorização observada nos últimos meses, atingindo o menor preço da série apresentada (Figura 11).

- **Comparativo mensal (setembro/26 vs. agosto/26):** o preço médio recuou de R$28,25/kg para R$26,50/kg, queda de R$1,75 (-6,2%).
- **Comparativo anual (setembro/26 vs. setembro/25):** em relação a setembro de 2025, quando o preço corrigido pelo IGP-DI foi de R$30,99/kg, o valor de setembro de 2026 (R$26,50/kg) representa uma desvalorização real de R$4,49 (-14,5%).

Figura 11 - Produtos Lácteos – SC: evolução do preço médio real mensal ao atacado – (set./2025 a set./2026*)



Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026
(*) Refere-se à média dos 10 primeiros dias do mês.
Preço médio mensal corrigido pelo IGP-DI

Preços dos derivados no varejo

Em setembro de 2026, a segunda rodada do projeto piloto de monitoramento dos preços dos derivados lácteos no varejo da Grande Florianópolis mostrou predomínio de alta ou estabilidade dos preços médios em relação a agosto (Tabela 2). Dos cinco produtos acompanhados, três apresentaram aumento, enquanto dois permaneceram praticamente estáveis.

A maior variação mensal foi observada no queijo mussarela fatiado, cujo preço médio passou de R$55,00/kg, em agosto, para R$58,88/kg, alta de 7,1%. A manteiga (200g) apresentou o segundo maior aumento, de 5,5%, passando de R$12,15 para R$12,82. O leite UHT também registrou valorização, com o preço médio avançando de R$5,89/litro para R$6,01/litro (+2,0%).

Por outro lado, os preços médios do leite em pó e do queijo prato fatiado apresentaram estabilidade entre agosto e setembro. O leite em pó permaneceu praticamente inalterado, passando de R$51,80/kg para R$51,79/kg (0,0%), enquanto o queijo prato variou de R$59,62/kg para R$59,66/kg (+0,1%).

Além das variações mensais, os resultados evidenciam ampla dispersão dos preços entre os produtos, marcas e estabelecimentos pesquisados. Em setembro, o leite em pó foi encontrado entre R$28,92/kg e R$78,68/kg, enquanto a manteiga variou de R$7,99 a R$34,50 por embalagem de 200g. Entre os queijos fatiados, os preços oscilaram de R$39,90/kg a R$79,93/kg para a mussarela e de R$46,90/kg a R$81,26/kg para o queijo prato. Já o leite UHT apresentou menor amplitude, com preços entre R$4,57 e R$7,49/litro.

Tabela 2 - Preço mínimo, médio e máximo dos derivados do leite no varejo

Produto	Unidade	Preço mín. set./2026	Preço máx. set./2026	Preço méd. ago./2026	Preço Méd. set./2026	Var. mensal do preço méd. (%)
Leite em Pó	Kg	28,92	78,68	51,8	51,79	0,0
Leite UHT	Litro	4,57	7,49	5,89	6,01	2,0
Manteiga	200g	7,99	34,5	12,15	12,82	5,5
Queijo Mussarela (fatiado)	Kg	39,9	79,93	55	58,88	7,1
Queijo Prato (fatiado)	Kg	46,9	81,26	59,62	59,66	0,1

Fonte: Epagri/Cepa, setembro/2026

Nota: Os preços mínimo, médio e máximo foram calculados a partir dos preços das diferentes marcas disponíveis nos estabelecimentos pesquisados. Dessa forma, a amplitude observada reflete a diversidade de produtos comercializados e não, necessariamente, diferenças de preços entre estabelecimentos.



Outras culturas

Tabaco 80

Outras culturas

Tabaco

Luis Augusto Araujo
Engenheiro agrônomo, M.Sc. – Epagri/Cepa
laraujo@epagri.sc.gov.br

Produção e área cultivada

A safra de tabaco 2025/26 em Santa Catarina encerrou com produção de 223.643 toneladas, recuo de 1,1% em relação às 226.233 toneladas do ciclo anterior. O estado manteve participação de 31,5% na produção sul-brasileira, que totalizou 710.229 toneladas, 1,3% inferior à da safra 2024/2025, conforme levantamento da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), divulgado em 26 de agosto de 2026. A área cultivada catarinense recuou 1,3%, para 93.023 hectares, e o número de famílias produtoras ficou em 40.656; no conjunto dos três estados do Sul, a área somou 308.932 hectares, redução de 0,3%.

Tabela 1 - Santa Catarina: indicadores da safra de tabaco 2025/26

Indicador	Safra 2024/2025	Safra 2025/2026	Variação (%)
Produção total (t)	226.233	223.643	-1,1
Área cultivada (ha)	94.212	93.023	-1,3
Produtividade média (kg/ha)	2.401	2.404	0,1
Produtividade Virgínia (kg/ha)	2.434	2.429	-0,2
Produtividade Burley (kg/ha)	2.141	2.180	1,8
Produtividade Comum (kg/ha)	1.746	1.743	-0,2
Preço médio (R$/kg)	20,32	18,35	-9,7
Preço Virgínia (R$/kg)	20,59	18,65	-9,4
Preço Burley (R$/kg)	17,58	14,89	-15,3
Preço Comum (R$/kg)	16	13,71	-14,3

Fonte: Afubra — Safra 2025/26, divulgada em 26/08/2026. Variações calculadas sobre a safra 2024/25
Valores de preço em R$/kg.

Produtividade, clima e qualidade

O ponto mais favorável do ciclo foi a produtividade. A média estadual ficou em 2.404kg/ha, praticamente estável em relação aos 2.401kg/ha da safra anterior (+0,1%), e superou em cerca de 4,6% a média sul-brasileira, de 2.299kg/ha, que recuou 1,0%. Trata-se de um desempenho de relativa resiliência, sobretudo diante das adversidades climáticas relatadas no período.

O comportamento por tipo de tabaco reforça o quadro de estabilidade quantitativa com mudanças na composição da produção. O Virgínia, que responde por aproximadamente 92% da produção catarinense, somou 206.075 toneladas, leve redução de 0,5%, sobre área de 84.838 hectares (−0,3%) e produtividade de 2.429kg/ha (−0,2%). O Burley atingiu 16.482 toneladas, queda de 4,2%, com área de 7.562 hectares (−5,9%) e produtividade de 2.180kg/ha, a única elevação expressiva entre os tipos (+1,8%). Já o tabaco Comum, de menor peso na matriz

estadual, recuou 40,8%, para 1.086 toneladas, movimento alinhado à forte retração de 40,7% na área cultivada, reduzida a 623 hectares — a maior queda relativa registrada no estado.

O desempenho da safra precisa ser interpretado à luz de um comportamento climático heterogêneo. Segundo a Afubra, em diversas áreas as lavouras apresentaram bom desenvolvimento vegetativo, sanidade adequada e resposta favorável às chuvas ocorridas em momentos importantes do ciclo; em outras, frio prolongado, geadas, excesso de umidade, ventos, chuvas intensas, granizo e períodos de estiagem comprometeram parcialmente o rendimento, a uniformidade e a qualidade do produto.

Comercialização e renda

A comercialização transcorreu de forma mais desafiadora que no ciclo anterior. As compras começaram gradualmente, com movimentações pontuais ainda no fim de 2025, e ganharam maior abrangência a partir de janeiro de 2026. Os tabacos de melhor qualidade — mais claros, bem curados e provenientes do meio pé e da ponteira — encontraram maior aceitação, ao passo que produtos mais finos, manchados, verdes, escuros ou com menor definição de classe tiveram maiores dificuldades de enquadramento e comercialização.

O desfecho financeiro foi o ponto mais sensível do ciclo. O preço médio recebido pelos produtores catarinenses caiu 9,7%, para R$18,35/kg ante os R$20,32/kg da safra anterior, retração inferior à sul-brasileira, de 10,8% (para R$18,07/kg), mas ainda expressiva. Por tipo, os valores médios em Santa Catarina foram de R$18,65/kg no Virgínia (−9,4%), R$14,89/kg no Burley (−15,3%) e R$13,71/kg no Comum (−14,3%). A receita bruta estadual totalizou R$4,104 bilhões, sobre uma receita sul-brasileira de R$12,835 bilhões, 11,9% inferior à do ciclo anterior. Como observa a própria Afubra, a produção teve redução pequena, mas a queda do preço médio se refletiu diretamente na renda das famílias produtoras.

Perspectivas para a safra 2026/27

As perspectivas para a safra 2026/27 exigem cautela. Os relatos iniciais indicam que, em muitas regiões, a área plantada tende a permanecer em patamar semelhante, sustentada, em parte, pela instabilidade observada em outras atividades agropecuárias — especialmente grãos e leite —, que contribui para manter o interesse pelo tabaco. Observa-se também a antecipação do plantio em determinadas regiões, o que aumenta a exposição das lavouras a geadas, frio intenso, excesso de umidade e dificuldades no desenvolvimento inicial.


Epagri
CEPA
Centro de Socioeconomia
e Planejamento Agrícola